

11º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 04/2018 – CONTEÚDO E GABARITO DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 11º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO, **TORNA PÚBLICO** o conteúdo e o gabarito das Provas de Seleção (versões 01, 02, 03 e 04) do referido certame, realizadas em 25/02 e 04/03/2018:

CRITÉRIO PROVIMENTO (PROVA REALIZADA AOS 25/02/2018)

VERSÃO 1

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

01. De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, o cadastramento e a prestação de serviços de apostilamento pelas serventias notariais e de registro são obrigatórios

(A) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, com possibilidade de dispensa por motivos justificados, e facultativos no interior.

(B) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal e facultativos no interior.

(C) em todas as serventias, com possibilidade de dispensa por motivos justificados.

(D) em todas as serventias.

02. Nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002, o limite de receita bruta para fins de suplementação da receita mínima das serventias deficitárias é equivalente a

(A) 12 (doze) salários-mínimos mensais.

(B) 10 (dez) salários-mínimos mensais.

(C) 15 (quinze) salários-mínimos mensais.

(D) 13 (treze) salários-mínimos mensais.

03. De acordo com as Notas Explicativas da Tabela de Emolumentos relativa ao Registro de Títulos e Documentos, anexa à Lei Estadual nº 11.331/2002, a base de cálculo do registro de contrato de locação de imóvel com duração de 30 (trinta) meses será equivalente

(A) à soma dos 12 (doze) primeiros alugueres.

(B) ao valor total do contrato, calculado com base no valor do primeiro aluguel.

(C) ao valor do imóvel.

(D) a um terço do valor do imóvel.

04. No Estado de São Paulo, a execução de atividades fora das dependências das serventias notariais e de registro pela modalidade de teletrabalho é

(A) admitida para o titular e seus prepostos, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(B) admitida para o titular e seus prepostos, independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(C) vedada.

(D) admitida somente para os prepostos.

05. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a apresentação a protesto do crédito referente a contribuições de condomínio edilício deve ser feita perante o Tabelião do

- (A) local da unidade condominial.
- (B) local da unidade condominial ou do domicílio do devedor.
- (C) domicílio do devedor.
- (D) local indicado para o ato pela assembleia dos condôminos.

06. Devedor microempresário efetua pagamento de título no tabelionato de protesto com cheque de sua emissão. Comprovada a devolução do cheque, sem a devida provisão de fundos (alínea 11), no décimo segundo dia útil seguinte, o Tabelião

- (A) informará ao apresentante sobre o decurso de prazo para eventuais reclamações, restituindo imediatamente o cheque ao apresentante.
- (B) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.
- (C) lavrará o protesto no mesmo dia e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.
- (D) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano, salvo na hipótese de pagamento em dinheiro, pelo devedor, dentro do referido prazo.

07. Assinale a alternativa correta.

- (A) O protesto especial para fins falimentares poderá ser lavrado na praça de pagamento ou na circunscrição do principal estabelecimento do devedor.
- (B) Os termos de protesto para fins falimentares, de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar, são lavrados em livro especial.
- (C) O termo de protesto especial para fins falimentares deve indicar o nome completo de quem recebeu a intimação, salvo se realizada por edital.
- (D) O deferimento do processamento de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados com o requerente do benefício legal.

08. Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, uma vez apresentada ao Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas apenas uma via do documento original do ato constitutivo, caso seja adotado sistema de microfilmagem na serventia, o registrador

- (A) sobrestará o registro, depois de protocolado o documento, e notificará o requerente para que apresente outra via original no prazo de 20 (vinte) dias, consignando que, depois de findo o prazo, o registro somente produzirá efeitos a partir da data da reapresentação.
- (B) promoverá o registro e devolverá essa via para o apresentante, após o registro.
- (C) protocolará o documento e entregará nota devolutiva com a exigência de apresentação de outra via.
- (D) promoverá o registro e arquivará essa via na serventia, facultando-se a expedição de certidão ao usuário.

09. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, exige-se, em regra, visto de advogado nos atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das pessoas jurídicas. Em determinadas hipóteses, no entanto, essa providência pode ser dispensada para

- (A) organizações religiosas.
- (B) sociedades simples.
- (C) fundações de direito privado.
- (D) associações.

10. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, no Registro de Títulos e Documentos, o Livro designado sob a letra "E" é

- (A) o indicador real.
- (B) o indicador pessoal.
- (C) específico para registro de documentos para fins de mera conservação.
- (D) específico para registro de documentos eletrônicos.

11. Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça preveem a averbação do resultado, positivo ou negativo, da notificação decorridos

- (A) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (B) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (C) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (D) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.

12. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o registro que dá origem a uma notificação

- (A) considera-se pendente até a averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (B) somente será efetivado após o cumprimento da diligência, elaborando-se nota devolutiva caso não seja possível sua realização.
- (C) considera-se perfeito, independentemente da averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (D) somente será efetivado após o cumprimento da diligência ou a certificação da impossibilidade de sua realização.

13. Em relação ao Livro nº 1 – Protocolo do registro de imóveis, é correto afirmar que

(A) em caso de escrituração por sistema informatizado, as anotações relativas aos atos formalizados no dia serão feitas no próprio termo de encerramento diário quando não houver possibilidade de serem lançados na coluna própria.

(B) as escrituras públicas e os instrumentos particulares deverão ser identificados de acordo com a sua espécie (compra e venda, doação, compromisso de compra e venda, etc.) na coluna correspondente à natureza formal do título.

(C) quando não adotados mecanismos informatizados, o controle da tramitação simultânea de títulos contraditórios ou excludentes será feito por meio de fichas, que serão inutilizadas à medida em que os títulos correspondentes forem registrados ou cessarem os efeitos da prenotação.

(D) é dispensável a indicação do horário no termo diário de abertura do Protocolo, limitando-se a obrigatoriedade apenas à indicação da data.

14. Em relação à cobrança das prestações vencidas do contrato de alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que

(A) quando o fiduciante for domiciliado em comarca diversa à da situação do imóvel, a intimação deverá ser sempre feita pelo oficial de registro de títulos e documentos da comarca do domicílio de quem deva recebê-la.

(B) nos condomínios edifícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários com controle de acesso, a intimação poderá ser feita ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento da correspondência.

(C) a intimação será feita pessoalmente ao fiduciante, ou ao seu representante legal ou procurador regularmente constituído, exceto nos casos de suspeita motivada de ocultação ou quando se encontrar em lugar ignorado, incerto ou inacessível, hipóteses em que a intimação será, respectivamente, feita por hora certa ou por edital.

(D) não cabe ao oficial de registro de imóveis fazer a intimação por hora certa, caso em que o credor fiduciário deverá requerê-la por via judicial.

15. Com referência ao crédito imobiliário, tendo como garantia a alienação fiduciária de um determinado imóvel, assinale a alternativa correta.

(A) Sendo o credor fiduciário uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, poderá optar pela emissão de Letra de Crédito Imobiliário ou de Cédula de Crédito Imobiliário representativa desse crédito, implicando a transferência de qualquer um deles na automática transmissão da respectiva garantia ao cessionário, que ficará sub-rogado em todos os direitos decorrentes do referido crédito.

(B) O credor fiduciário, mesmo não sendo instituição financeira, poderá emitir Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa desse crédito.

(C) Na hipótese de emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, quando em forma escritural, todas as transferências deverão ser averbadas na matrícula, com a finalidade de se manter a continuidade nas sucessões dos direitos.

(D) A Cédula de Crédito Imobiliário, quando não escritural, deverá ser emitida concomitantemente ao contrato de alienação fiduciária, devendo ainda ser subscrita pelo devedor fiduciante.

16. A respeito do registro do loteamento em que a área a ser loteada estiver situada em duas circunscrições imobiliárias, é correto afirmar:

(A) deverá ser requerido simultaneamente em ambas as circunscrições.

(B) poderá ser requerido simultaneamente ou sequencialmente, mas, somente após o registro em ambas as circunscrições, será o loteamento considerado registrado.

(C) deverá ser requerido, primeiro, naquela em que estiver situada a maior parte da área, e, enquanto não realizado o registro, não poderá ser prenotado o mesmo pedido na outra circunscrição.

(D) quando já estiver realizado em uma das circunscrições, mas vier a ser indeferido na outra, o registro já efetuado deverá ser cancelado, mesmo que o motivo se limite à área situada sob competência sua.

17. Na retificação extrajudicial da descrição do imóvel urbano, em que houver modificação das medidas perimetrais, em relação aos confrontantes que não manifestaram a anuência na planta,

(A) deverão todos ser notificados.

(B) deverão ser notificados apenas aqueles das divisas alcançadas pelas alterações.

(C) a necessidade de sua notificação deverá ser aferida pelo oficial, inclusive a municipalidade deverá ser sempre notificada na falta de seu consentimento na planta.

(D) independentemente de sua notificação, quando requerido pelo adquirente do imóvel, deverá ser notificado o proprietário tabular mesmo quando apresentado o título aquisitivo.

18. Em relação à incorporação imobiliária, é correto afirmar que

(A) o prazo de carência, dentro do qual é permitido ao incorporador desistir do empreendimento, é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma só vez por igual período.

(B) havendo o registro de escritura definitiva de compra e venda de fração ideal de terreno vinculada à futura unidade autônoma, o incorporador não mais poderá desistir do empreendimento, mesmo estando ainda no período de carência.

(C) o registro da hipoteca do terreno vinculada ao financiamento das obras é fato que caracteriza a concretização da incorporação.

(D) uma vez averbada a desistência da incorporação no registro de imóveis, diante de sua publicidade, é facultativo ao incorporador comunicar o fato aos eventuais adquirentes.

19. Assinale a alternativa correta relativa à escritura de pacto antenupcial, já registrada no livro nº 3 do registro de imóveis do primeiro domicílio do casal, em caso de mudança deste para outra comarca.

(A) Somente poderá ser registrada novamente em caso de a mudança ser para outra unidade da federação.

(B) Não poderá ser novamente registrada, por ser vedada a duplicidade de registros do mesmo título.

(C) O novo registro é obrigatório em razão da necessária publicidade do regime de bens do casal em relação a terceiros, no caso de existirem imóveis registrados em nome de um dos cônjuges.

(D) A requerimento das partes poderá ser registrada na circunscrição imobiliária do novo domicílio.

20. Na incorporação, cisão ou fusão de sociedades, o ato a ser praticado na matrícula do imóvel de titularidade da empresa sucedida será

(A) de registro do ato societário nos três casos, em razão de ter ocorrido a sucessão de direitos e obrigações e consequente transmissão do domínio do imóvel da empresa sucedida para a sucessora.

(B) de registro do ato societário na hipótese de incorporação e de averbação na cisão ou fusão.

(C) de averbação do ato societário na hipótese de incorporação e de registro na cisão ou fusão.

(D) de averbação do ato societário nas três hipóteses, por ser essa a forma determinada em lei.

21. Em relação à imissão provisória de posse em processo de desapropriação judicial, assinale a alternativa correta.

(A) Quando houver expressa concordância do expropriado, ela pode ser registrada na matrícula, como aquisição do domínio pelo expropriante, mesmo em caso de contestação do valor ofertado como indenização.

(B) Por se tratar de ato de transmissão de posse e não de propriedade, a mesma não poderá ser objeto de registro, mas tão somente de averbação.

(C) Somente quando se tratar de implementação de projetos habitacionais ou de regularização fundiária, em área urbana ou de expansão urbana, poderão ser unificados dois ou mais imóveis, mesmo quando imitidos em favor do expropriante em processos distintos; todavia, a unificação não poderá abranger imóvel contíguo, cuja propriedade já tenha sido adquirida pelo mesmo expropriante.

(D) Por ser ato meramente processual, não há previsão de ingresso no registro.

22. Em relação à certidão do registrador de imóveis expedida em formato eletrônico, é correto afirmar que

(A) poderá ser disponibilizada para *download*, desde que seja por meio da central de serviços compartilhados ou por meio de *site* próprio da serventia, aprovada pelo Juiz Corregedor Permanente.

(B) poderá ser postada pelo oficial, via correio eletrônico, diretamente ao solicitante.

(C) o fornecimento de certidão no formato eletrônico depende de autorização do juiz corregedor permanente, a quem cabe verificar se a serventia está apta à prestação desse tipo de serviço.

(D) qualquer oficial de registro de imóveis, integrante da central de registradores de imóveis do Estado de São Paulo, poderá materializar certidão em papel de segurança com base em certidão eletrônica fornecida por outro registrador integrante da mesma central.

23. O registro da hipoteca judiciária na matrícula do imóvel poderá ser feito

(A) por meio de carta de sentença extraída de processo, contendo condenação do réu a pagar quantia certa e com a comprovação do seu trânsito em julgado.

(B) somente por meio de mandado judicial, em procedimento de cumprimento de sentença condenatória de pagamento de quantia certa transitada em julgado.

(C) mediante apresentação da cópia da sentença que condenar o réu a pagar quantia em dinheiro, mesmo que genérica, ou ainda de conversão em pecúnia, de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa, independentemente de mandado judicial, de comprovação de trânsito em julgado ou de outra declaração expressa do juiz.

(D) somente por meio de mandado judicial, em decorrência da concessão de tutela de urgência.

24. Considerando as particularidades entre os registros e as averbações, é correto afirmar que serão registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais

(A) os nascimentos, as conversões das uniões estáveis em casamento e as emancipações.

(B) as interdições, os traslados de assentos lavrados no estrangeiro e em consulados brasileiros e a sentença que determinar a extinção do poder familiar.

(C) os casamentos, as sentenças declaratórias de ausência e morte presumida e a nomeação de tutor.

(D) os óbitos, as opções de nacionalidade e os atos que reconhecerem a filiação.

25. Tendo em vista as peculiaridades do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar, em relação ao expediente regulamentar, que

(A) se considera válido o ato lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.

(B) será nulo o ato lavrado em feriado, uma vez que a prática evidencia o desrespeito a uma das solenidades essenciais para sua validade.

(C) quando a celebração do casamento for em edifício particular, ficará este de portas abertas durante o ato, sendo defeso em lei a sua realização após às vinte e duas horas.

(D) os mandados atinentes às sentenças que constituírem vínculo de adoção, que não forem registrados até a hora de encerramento dos serviços, terão o seu cumprimento, obrigatoriamente, adiado para o dia útil seguinte, a fim de garantir a sua publicidade.

26. Levando em conta a escrituração dos livros pertencentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa correta.

(A) Os assentos serão escriturados seguidamente, em sequência cronológica de declarações, não sendo obrigatória a utilização de número de ordem para cada um deles.

(B) É vedada a utilização de transporte para as averbações destinadas aos reconhecimentos de filiação.

(C) Na hipótese de uso de livro próprio destinado ao transporte de anotações e averbações, deverá o Registrador Civil escriturar as respectivas remissões junto aos assentos originários.

(D) Se as circunstâncias exigirem a presença de testemunhas nos assentos, estas devem satisfazer as condições exigidas pela lei civil, não sendo admitidos os parentes do registrando.

27. De acordo com a disciplina que envolve o registro de nascimento, é correto afirmar que
- (A) o evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano não faz operar a atração da competência do assento de nascimento para o mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição para lavrar o óbito.
 - (B) poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, sendo que o sobrenome da família materna deverá anteceder ao da linha paterna.
 - (C) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante o implemento de despacho do juiz corregedor permanente.
 - (D) em caráter de exceção, permite-se a lavratura do assento em local diverso da ocorrência do parto ou da residência dos pais, sob a conjuntura do evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano.

28. A respeito da Declaração de Nascido Vivo, assinale a alternativa correta.

- (A) No registro de nascimento de criança com menos de 03 (três) anos de idade, nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira, a Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo Oficial de Registro Civil que lavrará o assento de nascimento e será assinada também pelo declarante, dispensada a comunicação do ato ao Ministério Público.
- (B) O assento de nascimento deverá conter o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo.
- (C) Constitui motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil, a omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
- (D) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo representa uma das formas legais de presunção da paternidade, entretanto, será qualificada como ineficaz, diante de negativa expressa da mãe na oportunidade do registro.

29. No assento de nascimento, far-se-á referência:

- (A) no caso de irmãos bilaterais não gêmeos, mas registrados na mesma ocasião, à respectiva ordem de nascimento em cada um dos assentos.
- (B) no caso de não comparecimento do pai, à indicação minuciosa dos dados relativos ao casamento deste com a mãe, desde que a filiação se presuma concebida na constância do matrimônio.
- (C) no caso de filhos havidos fora do casamento, ao estado civil dos pais.
- (D) ao número de inscrição, perante o Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, daquele cujo assento se lavra.

30. No âmbito administrativo, é correto afirmar que

- (A) o reconhecimento espontâneo do filho, pelo relativamente incapaz, poderá ser realizado independentemente da assistência de seus pais, tutor, curador ou apoiador.
- (B) o filho menor poderá ser reconhecido, mesmo sem a anuência escrita da mãe, condicionado, nesse caso, à manifestação favorável do Ministério Público.
- (C) a averbação do reconhecimento será concretizada na serventia em que foi lavrado o assento de nascimento, independentemente da manifestação do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente, mas com a anuência escrita do filho maior, cuja falta ou impossibilidade de manifestação válida, implicará na apreciação do caso diretamente pelo Registrador Civil responsável.
- (D) o reconhecimento da paternidade por absolutamente incapaz ou pessoa com deficiência que não puder exprimir sua vontade, qualquer que seja a causa, poderá ser efetivado diretamente perante o serviço de registro civil, observando-se as regras concernentes à representação, facultada, ainda, a intervenção individual de curador ou apoiador.

31. A respeito do procedimento de registro tardio de nascimento, deverá o Registrador Civil processante

- (A) lavrar o assento de nascimento com o estabelecimento da filiação materna e paterna, na hipótese de requerimento formulado pelo próprio registrando, mesmo sem anuência dos apontados pais.
- (B) nos casos em que os genitores forem absolutamente desconhecidos, lançar no respectivo assento os nomes fictícios de pai e de mãe.
- (C) lavrar o assento de nascimento sem a indicação de filiação, nas hipóteses em que não se verificarem os reconhecimentos espontâneos por parte dos genitores.
- (D) quando ausente a identificação dos genitores, indeferir a adoção do sobrenome indicado pelo registrando.

32. Sobre o casamento, é correto afirmar que

- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.
- (B) a dispensa dos proclamas, nos casos previstos em lei, será submetida à decisão do Registrador Civil processante, com a audiência obrigatória do Ministério Público.
- (C) o casamento pode celebrar-se mediante procuração com eficácia limitada ao prazo de 90 (noventa) dias, por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- (D) a escritura de pacto antenupcial deverá ser anexada aos autos da habilitação, devendo constar do respectivo assento de casamento somente a menção de sua existência, vedada a indicação do cartório em cujas notas foi lavrada.

33. Sobre o casamento religioso para efeitos civis, é correto afirmar que

- (A) o casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil jamais poderá ser registrado.
- (B) o registro no Livro B-Auxiliar produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.
- (C) o registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de 90 (noventa) dias de sua realização, desde que previamente certificada a habilitação. Expirado o prazo, ainda que se proceda a nova habilitação, o registro não poderá mais ser autorizado.
- (D) apresentado o termo do casamento religioso para fins de registro, o Registrador Civil deverá formalizar a lavratura do ato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

34. A propósito da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O assento de conversão da união estável em casamento será lavrado imediatamente após a celebração do matrimônio, com expressa indicação da data do início de seu estabelecimento.
- (B) A união estável poderá converter-se em casamento mediante pedido dos companheiros ao Juiz Corregedor Permanente, independentemente de prévia habilitação para o casamento.
- (C) Não se admite, para fins de registro, a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo.
- (D) O processo de habilitação se desenvolve sob o mesmo rito previsto para o casamento, devendo constar dos editais que se trata de conversão, seguindo-se a lavratura do respectivo assento independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente, prescindindo o registro da celebração do matrimônio.

35. Em relação ao registro de óbito, assinale a proposição verdadeira.

- (A) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, vedada a atribuição de nome ao registrado.
- (B) A competência para a lavratura do assento de óbito é exclusiva do Registro Civil do lugar do falecimento.
- (C) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública, sendo desnecessário que o atestado seja firmado por um médico legista.
- (D) O registro de óbito após o prazo legal e o registro de óbito de cadáver destinado ao estudo e pesquisa, por escola de medicina, dependem, obrigatoriamente, da autorização do Juiz Corregedor Permanente.

36. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, leia as afirmações a seguir com relação ao inventário extrajudicial:

- I - é possível a sua promoção por cessionários de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.
 - II - é obrigatória a nomeação de inventariante extrajudicial na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio com poderes de inventariante, no cumprimento das obrigações ativas ou passivas pendentes, observando-se a ordem prevista na legislação processual civil.
 - III - para a lavratura de escritura de nomeação de inventariante, será obrigatória a apresentação dos documentos previstos no item 114, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (partes e respectivos cônjuges devem estar nomeados e qualificados: nacionalidade, profissão, idade, estado civil, regime de bens, data do casamento, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, número do documento de identidade; número de inscrição no CPF/MF, domicílio e residência).
- A partir da análise, assinale a alternativa com afirmações corretas.
- (A) I e II estão corretas.
 - (B) I e III estão corretas.
 - (C) II e III estão corretas.
 - (D) Todas as afirmativas estão corretas.

37. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis

- (A) de valor superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) quando o valor da transação for superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) quando o valor da transação for superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

38. Conforme as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, ao Tabelião de Notas é facultado lavrar os atos notariais

- (A) nos dias e horários definidos por Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, que atenderá às necessidades e peculiaridades locais e ao mínimo de oito horas de atendimento ao público.
- (B) apenas nos dias e horários definidos por meio de Portaria do Juiz Corregedor Permanente, que atenderá às peculiaridades locais e ao mínimo de seis horas de atendimento ao público.
- (C) fora do horário e dos dias estabelecidos na Portaria do Juiz Corregedor Permanente para o atendimento ao público, salvo expressa proibição motivada pelo Juiz Corregedor Permanente, a ser submetida à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.
- (D) nos dias úteis, assim considerados aqueles nos quais há expediente forense no Foro Judicial de 1ª e 2ª Instâncias do Estado de São Paulo.

39. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas deve, antes da lavratura de quaisquer atos notariais, conferir as procurações e verificar o prazo de validade da certidão, que não poderá exceder a

- (A) 30 (trinta) dias.
- (B) 60 (sessenta) dias.
- (C) 30 (trinta) dias, se lavrada no Brasil, e 60 (sessenta) dias, se lavrada no exterior.
- (D) 90 (noventa) dias.

40. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, antes da lavratura de atos notariais relacionados a direitos de natureza patrimonial ou negocial, praticados por pessoa em situação de curatela, ou em nome de pessoa com deficiência, por seus eventuais apoiadores, o Tabelião de Notas deve exigir

- (A) certidão de nascimento atualizada, alvará e termo de curatela.
- (B) alvará, termo de curatela ou termo de acordo de decisão apoiada.
- (C) termo de curatela, sentença declaratória da interdição e o termo de nomeação do curador.
- (D) alvará e certidão de inscrição da sentença declaratória da interdição.

41. Na escrituração dos livros de notas, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, são vedadas

(A) as emendas, as entrelinhas e as notas marginais, mesmo para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(B) as emendas e as entrelinhas, mas permitidas as notas marginais para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(C) as entrelinhas e as notas marginais, mas permitidas as emendas para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(D) as entrelinhas, mas permitidas as emendas para a correção de erros e as notas marginais para inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

42. No Estado de São Paulo, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, nos inventários extrajudiciais,

(A) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(B) apenas os ônus reais incidentes sobre os imóveis impedem a lavratura da escritura pública; os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) não impedem a lavratura da escritura pública.

(C) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais (certidões positivas fiscais municipais) não impedem a lavratura da escritura pública; apenas os débitos tributários da Receita Federal (certidões positivas fiscais federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(D) os ônus incidentes sobre os imóveis não impedem a lavratura da escritura pública; mas os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

43. Sobre a lavratura de escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) na partilha em que houver transmissão de propriedade individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual de patrimônio comum, está dispensada a comprovação do recolhimento de tributo eventualmente devido sobre a fração transferida.

(B) as partes devem declarar ao Tabelião que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico, ou, ao menos, que não tenham conhecimento sobre essa condição.

(C) as escrituras públicas serão levadas a registro no Livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais.

(D) não é necessário constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no Registro Civil do assento de casamento, para a averbação devida.

44. Sobre as cartas de sentença notariais, e nos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Paulo, é correto afirmar:

(A) as peças instrutórias das cartas de sentença deverão ser extraídas dos autos judiciais originais, ou do processo judicial eletrônico, conforme o caso.

(B) o termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença; e serão consideradas 02 (duas) certidões para fins de cobrança de emolumentos.

(C) a carta de sentença deverá ser formalizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação do interessado e da entrega dos autos originais do processo judicial, ou do acesso ao processo judicial eletrônico.

(D) o Tabelião fará a autenticação de cada cópia extraída dos autos do processo judicial, atendidos os requisitos referentes à prática desse ato, exceto a aposição de selos de autenticidade, que poderá ser feita uma única vez.

45. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) não é possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

(B) é dispensado o arquivamento dos documentos apresentados para a lavratura da ata notarial.

(C) a ata notarial deverá conter a assinatura do solicitante e das testemunhas.

(D) a ata notarial é a narração objetiva, fiel e detalhada de fatos jurídicos presenciados ou verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Sobre o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que

(A) se dá pelo veto jurídico de projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, pela Presidência da República.

(B) o seu exercício se dá por via de exceção, ou seja, qualquer interessado poderá suscitar a inconstitucionalidade, em qualquer processo e em qualquer juízo.

(C) decorre do ajuizamento da ação direta de constitucionalidade genérica, por qualquer cidadão.

(D) se dá pela arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição, de competência do Supremo Tribunal Federal.

47. De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

(A) A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

(B) O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.

(C) Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equiparação dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.

(D) A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.

48. São agentes administrativos os

- (A) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.
- (B) senadores, os deputados e os juízes.
- (C) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.
- (D) militares e os vereadores municipais.

49. A respeito do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) os Ministros são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de quarenta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.

(B) um quinto dos Ministros é composto, em partes iguais, de advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e Distrital, alternadamente.

(C) um terço dos Ministros é composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(D) dois quintos dos Ministros é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.

50. A respeito da Ordem Econômica e Financeira estabelecida na Constituição da República, assinale a resposta correta.

(A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, na forma da lei.

(B) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

(C) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

(D) Aquele que possuir como sua área de terra, em zona rural, não superior a quarenta hectares, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel rural ou urbano.

51. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nas seguintes hipóteses:

(A) para restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções da natureza.

(B) para restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, e no caso da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

(C) no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

(D) no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

52. Sobre os direitos dos índios, dispõe a Constituição da República:

(A) é vedada toda e qualquer exploração dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.

(B) as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, salvo por deliberação do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades locais, ficando-lhes assegurada participação no resultado.

(C) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

(D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, das jazidas e dos demais recursos minerais, dos rios e dos lagos nelas existentes.

53. Os denominados direitos fundamentais de terceira geração

(A) correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais.

(B) são de titularidade coletiva.

(C) tutelam a integridade física e moral.

(D) consagram o princípio da isonomia.

54. A respeito das Constituições brasileiras, é correto afirmar:

(A) a Constituição Federal de 1934 não seguiu o modelo de constituição política, econômica e social.

(B) a Constituição Federal de 1937 é classificada como semântica, pois atuou como simples instrumento de estabilização do Poder, sem o escopo de organizá-lo ou limitá-lo.

(C) a Constituição Federal de 1946 é classificada como dirigente, pois associada a determinada corrente ideológica.

(D) a Constituição Federal de 1824 previa normas de organização social.

55. No que tange à cláusula de supranacionalidade, é correto afirmar que

(A) ela consubstancia um dos fundamentos para a concessão de asilo político.

(B) implica na perda da nacionalidade brasileira, decorrente do cancelamento da naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

(C) não é admitida em nosso ordenamento jurídico, pois viola o princípio constitucional da soberania.

(D) por meio dela, tratados internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, ingressam na ordem interna como normas superiores ou de igual hierarquia à Constituição Federal.

56. Assinale a alternativa que é conforme ao regime jurídico administrativo.

- (A) A Administração pode renunciar ao exercício de competências concedidas por lei.
- (B) A lei encerra o pressuposto, fundamento e limite da atividade administrativa.
- (C) Para a satisfação de interesses coletivos, a Administração é impedida de limitar o exercício de direitos individuais.
- (D) O regime jurídico administrativo concede prerrogativas à Administração similares às existentes no regime de direito privado.

57. A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em razão da hierarquia perante às Corregedorias Permanentes do Serviço Extrajudicial, pode

- (A) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes apenas para correlação de ilegalidades.
- (B) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes somente se houver interposição de recurso administrativo.
- (C) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes para correção de atos eivados de ilegalidade ou desconformes com a orientação administrativa e/ou precedentes administrativos da Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) substituir o Juiz Corregedor Permanente e decidir diretamente a questão posta, desde que não seja de competência exclusiva daquele, por meio do instituto da delegação.

58. Quanto à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) seus efeitos são retroativos.
- (B) ocorre diante de razões de ilegalidade do ato administrativo.
- (C) pode envolver atos administrativos que já produziram todos os seus efeitos.
- (D) encerra a extinção de um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.

59. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A inalienabilidade do bem público é absoluta.
- (B) Os móveis das instalações físicas destinadas à prestação do serviço delegado extrajudicial de notas e registro são bens públicos.
- (C) Os bens públicos de uso especial não permitem oneração por meio de hipoteca.
- (D) Os bens públicos não comportam a possibilidade de uso privativo por particulares.

60. A pena de perda da delegação imposta aos notários e registradores em processo administrativo disciplinar, em tramite perante a Corregedoria Permanente, no Estado de São Paulo, é aplicada

- (A) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (B) pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (C) pelo Corregedor Geral de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.

61. Quanto ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) o mandado de segurança e a ação popular são meios de controle judicial da Administração.
- (B) ao Poder Legislativo é vedado o controle sobre atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (C) o recurso administrativo não integra o controle administrativo da Administração.
- (D) não há previsão legal de controle administrativo financeiro do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo.

62. No Estado de São Paulo, a competência para dar início ao exercício da delegação aos Notários e Oficiais de Registro é do

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (B) Corregedor Geral da Justiça.
- (C) Governador do Estado.
- (D) Juiz Corregedor Permanente.

63. A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

- (A) desconcentração do poder.
- (B) reunião de competências.
- (C) descentralização do poder.
- (D) unificação de competências.

64. Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- (B) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- (C) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.
- (D) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.

65. A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) impessoalidade.
- (C) publicidade.
- (D) motivação.

66. A Constituição Federal veda que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se de limitação constitucional ao poder de tributar, conhecida por princípio da anterioridade. Assinale a alternativa na qual consta um tributo que excepciona tal princípio.

- (A) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (B) Imposto sobre a propriedade rural.
- (C) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (D) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

67. Em relação à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis* e doação, é correto afirmar:

- (A) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar estadual.
- (B) tratando-se de bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.
- (C) tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (D) terá a competência regulada por lei estadual se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

68. De acordo com o Código Tributário Nacional,

- (A) a obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (B) os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive para a definição dos respectivos efeitos tributários.
- (C) a lei tributária nova pode retroagir, quando for expressamente interpretativa, inclusive para aplicação de penalidade.
- (D) está em conformidade com o conceito de tributo a noção de prestação pecuniária que constitua sanção de ato ilícito.

69. A respeito do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), assinale alternativa correta.

- (A) O ITR será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (B) O ITR não incide sobre o imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária.
- (C) Não há previsão constitucional para a progressividade do ITR.
- (D) A base de cálculo do ITR é o valor da terra nua.

70. Para fins de instituição e cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, o Código Tributário Nacional exige a implementação por parte do Poder Público Municipal de, pelo menos, dois melhoramentos ali elencados. Assinale a alternativa que contém 02 (dois) melhoramentos previstos no CTN.

- (A) Sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância mínima de 05 (cinco) quilômetros do imóvel considerado.
- (B) Meio-fio ou calçamento, com ou sem canalização de águas pluviais, e abastecimento de água.
- (C) Abastecimento de água e posto de saúde a uma distância mínima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.
- (D) Sistemas de esgotos sanitários e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição familiar.

71. A respeito do Imposto sobre Transmissão “Inter vivos” de bens imóveis – ITBI, é correto afirmar que

- (A) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (B) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (C) sua instituição compete ao Município onde se realiza a transmissão.
- (D) sua instituição compete ao Estado da situação do bem.

DIREITO CIVIL

72. Apresentado requerimento de habilitação para o casamento, constatou-se que o nubente contava com dezessete anos de idade, mas tinha sido emancipado, enquanto que a nubente possuía dezessete anos, porém estava sob tutela. Nesse caso hipotético, no que concerne à autorização para contrair matrimônio, deve o Oficial do Cartório de Registro Civil exigir autorização

- (A) dos genitores de ambos os nubentes ou ato judicial que a supra.
- (B) dos genitores do nubente emancipado, bem como de um curador especial nomeado para a nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.
- (C) do tutor da nubente ou ato judicial que a supra.
- (D) dos genitores da nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.

73. A presunção de paternidade dos filhos concebidos na constância do casamento, prevista no artigo 1.597 do Código Civil,

- (A) é estabelecida para os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que haja prévia autorização do marido e mediante comprovação de que esse seja incapaz de procriar.
- (B) é estabelecida para os havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.
- (C) configura-se para os havidos a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários decorrentes de concepção artificial heteróloga.
- (D) tem caráter absoluto em relação ao pai e relativo em relação a terceiros.

74. Tulio e Lúvia possuem, respectivamente, sessenta e cinquenta e quatro anos de idade e celebraram pacto antenupcial, no qual adotaram o regime da participação final nos aquestos. Convencionaram, nesse pacto, a dispensa da autorização conjugal para a livre disposição dos bens imóveis particulares. O referido pacto antenupcial é

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) ineficaz.
- (D) válido.

75. Assinale a alternativa correta a respeito da tomada de decisão apoiada.

(A) Antes da apreciação do pedido de tomada de decisão apoiada, é imprescindível a realização de perícia por equipe multidisciplinar, podendo ser dispensada, a critério do magistrado, a oitiva pessoal do requerente e das pessoas que lhe prestarão apoio.

(B) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar aos apoiadores que contra-assinem o contrato, especificando, por escrito, suas respectivas funções em relação ao apoiado.

(C) Os apoiadores da pessoa com deficiência serão por ela indicados, com observância do rol previsto no artigo 1.775 do Código Civil e passarão a representá-la nos atos da vida civil.

(D) É um procedimento que implica em uma restrição da capacidade civil do autor do pedido, seja com relação à sua pessoa, seja com relação aos seus bens.

76. No que concerne à deserção e à exclusão por indignidade, é correto afirmar:

(A) a deserção e a exclusão por indignidade atingem herdeiros necessários e testamentários.

(B) todos os motivos que ensejam a deserção configuram causas que servem de fundamento para a exclusão por indignidade.

(C) se a deserção não se concretizar por ser nulo o testamento que a contempla, e a causa invocada pelo testador for causa também de exclusão por indignidade, poderá ser proposta ação para exclusão do herdeiro indigno.

(D) na exclusão por indignidade, os fatos que a fundamentam não podem ser posteriores à morte do autor da herança.

77. A substituição compendiosa é

(A) aquela em que o testador designa vários substitutos simultâneos ao herdeiro instituído.

(B) a concorrência da substituição ordinária e da substituição recíproca.

(C) a concorrência da substituição vulgar e da substituição fideicomissária.

(D) aquela em que o testador determina que certa parte de seu patrimônio ou um ou mais bens dele destacado fiquem sob a confiança de um herdeiro instituído, sobre o qual pesará a obrigação de transmitir o conteúdo da deixa testamentária a um outro herdeiro ou legatário.

78. Pompeu era solteiro, não vivia em união estável e faleceu sem deixar ascendentes ou descendentes e testamento. Entretanto, deixou um tio materno, dois irmãos germanos, um irmão unilateral e um sobrinho – filho de um irmão unilateral premorto. O acervo hereditário corresponde ao montante em pecúnia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Nesse caso, assinale a alternativa correta referente à divisão do acervo hereditário.

(A) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o tio materno e o sobrinho receberão, respectivamente, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada um.

(B) Cada um dos irmãos receberá um quinhão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

(C) Cada um dos irmãos e o tio materno receberão, respectivamente, R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

(D) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o sobrinho R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

79. O silêncio circunstanciado

(A) implica na ausência de vontade e, por via de consequência, na inexistência do negócio jurídico.

(B) ocorre quando o declarante omite sua vontade real ao celebrar um negócio jurídico.

(C) é vedado no ordenamento jurídico pátrio.

(D) pode produzir efeitos jurídicos.

80. Com relação à posse, é correto afirmar:

(A) mesmo tendo o possuidor de boa-fé tomado conhecimento inequívoco da existência de vício na aquisição de sua posse, esta permanece de boa-fé, em consideração ao momento de sua aquisição.

(B) a denominada posse violenta tem natureza jurídica de detenção.

(C) a posse não pode ser adquirida por representante do possuidor ante a necessidade de atos materiais de apreensão da coisa.

(D) posse precária é a exercida de forma velada, sem publicidade, não ostensiva.

81. Com relação ao usufruto, é correto afirmar:

(A) o exercício do usufruto é impenhorável.

(B) o usufruto não pode ter por objeto bens consumíveis ou fungíveis.

(C) o direito de usufruto não pode ser adquirido por usucapião.

(D) no usufruto simultâneo ou conjuntivo, o direito de acrescer entre os usufrutuários, ocorrendo o falecimento de um deles, depende de estipulação expressa.

82. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

(A) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

(B) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

(C) há perda da propriedade.

(D) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência

(A) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.

(B) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.

(C) encerra a noção do vínculo real a que se prende.

(D) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.

84. Com relação ao instituto da representação, assinale a alternativa correta.

(A) A representação legal pressupõe uma declaração de vontade unilateral do representado.

(B) A representação pode ter origem na lei ou na manifestação de vontade do representado.

(C) A extinção da representação voluntária ou convencional por ato unilateral do representante é denominada revogação.

(D) A representação também ocorre no caso da entrega de um documento por um colaborador, no qual o interessado haja declarado sua vontade.

85. O ato da criação de uma obrigação com a finalidade de extinguir uma obrigação antiga encerra:

(A) Compensação.

(B) Imputação em pagamento.

(C) Transação.

(D) Novação.

86. Com relação à mora, é correto afirmar:

(A) o cumprimento integral e tempestivo da obrigação pode configurar mora na hipótese de o devedor, culposamente, cumprir a obrigação fora do lugar ou de forma diversa do estabelecido.

(B) havendo retardo no cumprimento da obrigação, sempre estará caracterizada a mora.

(C) o instituto da mora não se aplica ao credor.

(D) por regra de boa-fé objetiva, a purgação da mora sempre é possível, ainda que a prestação seja inútil ao credor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Analise as afirmações a seguir em relação às normas fundamentais do processo civil.

I - Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito, justa e efetiva.

II - As partes têm o direito de obter em tempo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

III - O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, excetuando as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

IV - Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

(A) I e III.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) I e IV.

88. É correto afirmar que

(A) não é cabível requerimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento.

(B) em ação que verse sobre direito real imobiliário, basta a citação de um dos cônjuges, se casados sob o regime de comunhão parcial de bens.

(C) o Juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel.

(D) o adquirente da coisa litigiosa sucede a parte alienante no processo, independentemente do consentimento da parte contrária.

89. Sobre os atos processuais, é correto afirmar:

(A) serão realizados em dias úteis, das 6h às 22h.

(B) poderão ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

(C) as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se, desde que com autorização judicial, no período de férias forenses, onde houver, e nos feriados.

(D) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.

90. Sobre as ações de despejo decorrentes de locação de imóvel residencial urbano, é correto afirmar que
- (A) devem sempre estar instruídas com a prova da propriedade do imóvel ou do compromisso, ainda que seja por denúncia vazia.
- (B) se fundadas em falta de pagamento, caberá liminar para desocupação se o contrato trazer somente a fiança como garantia.
- (C) é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- (D) a execução provisória do despejo por infração legal ou contratual dependerá de caução, real ou fidejussória, não inferior a seis meses nem superior a doze meses do aluguel.

DIREITO PENAL

91. É causa impeditiva da prescrição
- (A) o cumprimento da pena, pelo agente, no estrangeiro.
- (B) o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) a reincidência.
- (D) o início ou continuação do cumprimento da pena.
92. No roubo, a pena é aumentada
- (A) se o agente, ao tempo da ação, se encontrava em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- (B) se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
- (C) durante o repouso noturno.
- (D) se o agente comete o crime sob coação a que podia resistir.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. A prisão preventiva poderá ser decretada
- (A) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.
- (B) como garantia da ordem pública, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 (dois) anos.
- (C) para assegurar a aplicação da lei penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.
- (D) por conveniência da instrução criminal, nos crimes dolosos ou culposos.

DIREITO COMERCIAL

94. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a
- (A) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
95. Na sociedade limitada, os poderes do sócio, conferidos por ato separado, são
- (A) irrevogáveis, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.
- (B) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (C) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pela maioria de votos dos presentes, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (D) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a, no mínimo, dois terços do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
96. Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de embarcação sujeita a registro, serão feitos por
- (A) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (B) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
- (C) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (D) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
97. O portador do cheque
- (A) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (B) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (C) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (D) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

98. O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de
- (A) metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (B) 3/4 (três quartos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (C) 2/3 (dois terços) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (D) 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

99. No Registro Público Empresarial,

- (A) as alterações contratuais poderão ser efetuadas por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.
- (B) a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de 05 (cinco) anos consecutivos, deverá comunicar à Junta Comercial que deseja se manter em funcionamento.
- (C) as procurações e os atos levados a arquivamento nas Juntas Comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.
- (D) expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, a proteção ao nome empresarial caducará no prazo de 05 (cinco) anos.

CONHECIMENTOS GERAIS

100. Dentre as minorias étnico-religiosas perseguidas e massacradas mais recentemente ao redor do mundo, destacam-se os rohingyas. Esse conflito ocorre
- (A) em Mianmar, e os rohingyas fogem para Bangladesh.
 - (B) na Somália, e os rohingyas fogem para a Etiópia.
 - (C) na Indonésia, e os rohingyas fogem para a Malásia.
 - (D) no Brunei, e os rohingyas fogem para a Indonésia.

Versão 1 (GABARITO)

1 - A	2 - D	3 - A	4 - D	5 - B	6 - A	7 - C	8 - B	9 - B	10 - A
11 - B	12 - C	13 - A	14 - C	15 - B	16 - C	17 - B	18 - C	19 - D	20 - D
21 - A	22 - D	23 - C	24 - A	25 - A	26 - C	27 - D	28 - B	29 - D	30 - A
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - C	38 - C	39 - D	40 - B
41 - A	42 - D	43 - B	44 - A	45 - D	46 - B	47 - A	48 - C	49 - C	50 - B
51 - A	52 - C	53 - B	54 - B	55 - D	56 - B	57 - C	58 - D	59 - C	60 - B
61 - A	62 - D	63 - C	64 - A	65 - B	66 - D	67 - C	68 - A	69 - A	70 - D
71 - A	72 - C	73 - B	74 - D	75 - B	76 - C	77 - C	78 - D	79 - D	80 - B
81 - D	82 - C	83 - A	84 - B	85 - D	86 - A	87 - D	88 - C	89 - B	90 - C
91 - A	92 - B	93 - A	94 - C	95 - B	96 - D	97 - C	98 - D	99 - A	100 - A

VERSÃO 2

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

01. De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, o cadastramento e a prestação de serviços de apostilamento pelas serventias notariais e de registro são obrigatórios
- (A) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal e facultativos no interior.
 - (B) em todas as serventias, com possibilidade de dispensa por motivos justificados.
 - (C) em todas as serventias.
 - (D) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, com possibilidade de dispensa por motivos justificados, e facultativos no interior.
02. Nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002, o limite de receita bruta para fins de suplementação da receita mínima das serventias deficitárias é equivalente a
- (A) 10 (dez) salários-mínimos mensais.
 - (B) 12 (doze) salários-mínimos mensais.
 - (C) 13 (treze) salários-mínimos mensais.
 - (D) 15 (quinze) salários-mínimos mensais.
03. De acordo com as Notas Explicativas da Tabela de Emolumentos relativa ao Registro de Títulos e Documentos, anexa à Lei Estadual nº 11.331/2002, a base de cálculo do registro de contrato de locação de imóvel com duração de 30 (trinta) meses será equivalente
- (A) ao valor total do contrato, calculado com base no valor do primeiro aluguel.
 - (B) à soma dos 12 (doze) primeiros alugueres.
 - (C) a um terço do valor do imóvel.
 - (D) ao valor do imóvel.

04. No Estado de São Paulo, a execução de atividades fora das dependências das serventias notariais e de registro pela modalidade de teletrabalho é

- (A) admitida para o titular e seus prepostos, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (B) admitida somente para os prepostos.
- (C) admitida para o titular e seus prepostos, independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) vedada.

05. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a apresentação a protesto do crédito referente a contribuições de condomínio edilício deve ser feita perante o Tabelião do

- (A) domicílio do devedor.
- (B) local da unidade condominial.
- (C) local indicado para o ato pela assembleia dos condôminos.
- (D) local da unidade condominial ou do domicílio do devedor.

06. Devedor microempresário efetua pagamento de título no tabelionato de protesto com cheque de sua emissão. Comprovada a devolução do cheque, sem a devida provisão de fundos (alínea 11), no décimo segundo dia útil seguinte, o Tabelião

- (A) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.
- (B) informará ao apresentante sobre o decurso de prazo para eventuais reclamações, restituindo imediatamente o cheque ao apresentante.
- (C) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano, salvo na hipótese de pagamento em dinheiro, pelo devedor, dentro do referido prazo.
- (D) lavrará o protesto no mesmo dia e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.

07. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos de protesto para fins falimentares, de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar, são lavrados em livro especial.
- (B) O protesto especial para fins falimentares poderá ser lavrado na praça de pagamento ou na circunscrição do principal estabelecimento do devedor.
- (C) O deferimento do processamento de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados com o requerente do benefício legal.
- (D) O termo de protesto especial para fins falimentares deve indicar o nome completo de quem recebeu a intimação, salvo se realizada por edital.

08. Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, uma vez apresentada ao Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas apenas uma via do documento original do ato constitutivo, caso seja adotado sistema de microfilmagem na serventia, o registrador

- (A) promoverá o registro e arquivará essa via na serventia, facultando-se a expedição de certidão ao usuário.
- (B) sobrestará o registro, depois de protocolado o documento, e notificará o requerente para que apresente outra via original no prazo de 20 (vinte) dias, consignando que, depois de findo o prazo, o registro somente produzirá efeitos a partir da data da reapresentação.
- (C) promoverá o registro e devolverá essa via para o apresentante, após o registro.
- (D) protocolará o documento e entregará nota devolutiva com a exigência de apresentação de outra via.

09. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, exige-se, em regra, visto de advogado nos atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das pessoas jurídicas. Em determinadas hipóteses, no entanto, essa providência pode ser dispensada para

- (A) fundações de direito privado.
- (B) associações.
- (C) sociedades simples.
- (D) organizações religiosas.

10. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, no Registro de Títulos e Documentos, o Livro designado sob a letra "E" é

- (A) o indicador pessoal.
- (B) específico para registro de documentos para fins de mera conservação.
- (C) específico para registro de documentos eletrônicos.
- (D) o indicador real.

11. Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça preveem a averbação do resultado, positivo ou negativo, da notificação decorridos

- (A) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (B) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (C) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (D) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.

12. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o registro que dá origem a uma notificação

- (A) considera-se perfeito, independentemente da averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (B) considera-se pendente até a averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (C) somente será efetivado após o cumprimento da diligência ou a certificação da impossibilidade de sua realização.
- (D) somente será efetivado após o cumprimento da diligência, elaborando-se nota devolutiva caso não seja possível sua realização.

13. Em relação ao Livro nº 1 – Protocolo do registro de imóveis, é correto afirmar que
- (A) as escrituras públicas e os instrumentos particulares deverão ser identificados de acordo com a sua espécie (compra e venda, doação, compromisso de compra e venda, etc.) na coluna correspondente à natureza formal do título.
 - (B) quando não adotados mecanismos informatizados, o controle da tramitação simultânea de títulos contraditórios ou excludentes será feito por meio de fichas, que serão inutilizadas à medida em que os títulos correspondentes forem registrados ou cessarem os efeitos da prenotação.
 - (C) é dispensável a indicação do horário no termo diário de abertura do Protocolo, limitando-se a obrigatoriedade apenas à indicação da data.
 - (D) em caso de escrituração por sistema informatizado, as anotações relativas aos atos formalizados no dia serão feitas no próprio termo de encerramento diário quando não houver possibilidade de serem lançados na coluna própria.

14. Em relação à cobrança das prestações vencidas do contrato de alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que
- (A) nos condomínios edifícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários com controle de acesso, a intimação poderá ser feita ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento da correspondência.
 - (B) a intimação será feita pessoalmente ao fiduciante, ou ao seu representante legal ou procurador regularmente constituído, exceto nos casos de suspeita motivada de ocultação ou quando se encontrar em lugar ignorado, incerto ou inacessível, hipóteses em que a intimação será, respectivamente, feita por hora certa ou por edital.
 - (C) quando o fiduciante for domiciliado em comarca diversa à da situação do imóvel, a intimação deverá ser sempre feita pelo oficial de registro de títulos e documentos da comarca do domicílio de quem deva recebê-la.
 - (D) não cabe ao oficial de registro de imóveis fazer a intimação por hora certa, caso em que o credor fiduciário deverá requerê-la por via judicial.

15. Com referência ao crédito imobiliário, tendo como garantia a alienação fiduciária de um determinado imóvel, assinale a alternativa correta.
- (A) Na hipótese de emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, quando em forma escritural, todas as transferências deverão ser averbadas na matrícula, com a finalidade de se manter a continuidade nas sucessões dos direitos.
 - (B) Sendo o credor fiduciário uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, poderá optar pela emissão de Letra de Crédito Imobiliário ou de Cédula de Crédito Imobiliário representativa desse crédito, implicando a transferência de qualquer um deles na automática transmissão da respectiva garantia ao cessionário, que ficará sub-rogado em todos os direitos decorrentes do referido crédito.
 - (C) A Cédula de Crédito Imobiliário, quando não escritural, deverá ser emitida concomitantemente ao contrato de alienação fiduciária, devendo ainda ser subscrita pelo devedor fiduciante.
 - (D) O credor fiduciário, mesmo não sendo instituição financeira, poderá emitir Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa desse crédito.

16. A respeito do registro do loteamento em que a área a ser loteada estiver situada em duas circunscrições imobiliárias, é correto afirmar:
- (A) deverá ser requerido, primeiro, naquela em que estiver situada a maior parte da área, e, enquanto não realizado o registro, não poderá ser prenotado o mesmo pedido na outra circunscrição.
 - (B) deverá ser requerido simultaneamente em ambas as circunscrições.
 - (C) quando já estiver realizado em uma das circunscrições, mas vier a ser indeferido na outra, o registro já efetuado deverá ser cancelado, mesmo que o motivo se limite à área situada sob competência sua.
 - (D) poderá ser requerido simultaneamente ou sequencialmente, mas, somente após o registro em ambas as circunscrições, será o loteamento considerado registrado.

17. Na retificação extrajudicial da descrição do imóvel urbano, em que houver modificação das medidas perimetrais, em relação aos confrontantes que não manifestaram a anuência na planta,
- (A) deverão ser notificados apenas aqueles das divisas alcançadas pelas alterações.
 - (B) independentemente de sua notificação, quando requerido pelo adquirente do imóvel, deverá ser notificado o proprietário tabular mesmo quando apresentado o título aquisitivo.
 - (C) a necessidade de sua notificação deverá ser aferida pelo oficial, inclusive a municipalidade deverá ser sempre notificada na falta de seu consentimento na planta.
 - (D) deverão todos ser notificados.

18. Em relação à incorporação imobiliária, é correto afirmar que
- (A) havendo o registro de escritura definitiva de compra e venda de fração ideal de terreno vinculada à futura unidade autônoma, o incorporador não mais poderá desistir do empreendimento, mesmo estando ainda no período de carência.
 - (B) uma vez averbada a desistência da incorporação no registro de imóveis, diante de sua publicidade, é facultativo ao incorporador comunicar o fato aos eventuais adquirentes.
 - (C) o prazo de carência, dentro do qual é permitido ao incorporador desistir do empreendimento, é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma só vez por igual período.
 - (D) o registro da hipoteca do terreno vinculada ao financiamento das obras é fato que caracteriza a concretização da incorporação.

19. Assinale a alternativa correta relativa à escritura de pacto antenupcial, já registrada no livro nº 3 do registro de imóveis do primeiro domicílio do casal, em caso de mudança deste para outra comarca.
- (A) A requerimento das partes poderá ser registrada na circunscrição imobiliária do novo domicílio.
 - (B) Somente poderá ser registrada novamente em caso de a mudança ser para outra unidade da federação.
 - (C) Não poderá ser novamente registrada, por ser vedada a duplicidade de registros do mesmo título.
 - (D) O novo registro é obrigatório em razão da necessária publicidade do regime de bens do casal em relação a terceiros, no caso de existirem imóveis registrados em nome de um dos cônjuges.

20. Na incorporação, cisão ou fusão de sociedades, o ato a ser praticado na matrícula do imóvel de titularidade da empresa sucedida será

(A) de registro do ato societário na hipótese de incorporação e de averbação na cisão ou fusão.

(B) de registro do ato societário nos três casos, em razão de ter ocorrido a sucessão de direitos e obrigações e consequente transmissão do domínio do imóvel da empresa sucedida para a sucessora.

(C) de averbação do ato societário nas três hipóteses, por ser essa a forma determinada em lei.

(D) de averbação do ato societário na hipótese de incorporação e de registro na cisão ou fusão.

21. Em relação à imissão provisória de posse em processo de desapropriação judicial, assinale a alternativa correta.

(A) Somente quando se tratar de implementação de projetos habitacionais ou de regularização fundiária, em área urbana ou de expansão urbana, poderá ser unificados dois ou mais imóveis, mesmo quando imitados em favor do expropriante em processos distintos; todavia, a unificação não poderá abranger imóvel contíguo, cuja propriedade já tenha sido adquirida pelo mesmo expropriante.

(B) Quando houver expressa concordância do expropriado, ela pode ser registrada na matrícula, como aquisição do domínio pelo expropriante, mesmo em caso de contestação do valor ofertado como indenização.

(C) Por ser ato meramente processual, não há previsão de ingresso no registro.

(D) Por se tratar de ato de transmissão de posse e não de propriedade, a mesma não poderá ser objeto de registro, mas tão somente de averbação.

22. Em relação à certidão do registrador de imóveis expedida em formato eletrônico, é correto afirmar que

(A) poderá ser postada pelo oficial, via correio eletrônico, diretamente ao solicitante.

(B) poderá ser disponibilizada para *download*, desde que seja por meio da central de serviços compartilhados ou por meio de *site* próprio da serventia, aprovada pelo Juiz Corregedor Permanente.

(C) qualquer oficial de registro de imóveis, integrante da central de registradores de imóveis do Estado de São Paulo, poderá materializar certidão em papel de segurança com base em certidão eletrônica fornecida por outro registrador integrante da mesma central.

(D) o fornecimento de certidão no formato eletrônico depende de autorização do juiz corregedor permanente, a quem cabe verificar se a serventia está apta à prestação desse tipo de serviço.

23. O registro da hipoteca judiciária na matrícula do imóvel poderá ser feito

(A) somente por meio de mandado judicial, em procedimento de cumprimento de sentença condenatória de pagamento de quantia certa transitada em julgado.

(B) mediante apresentação da cópia da sentença que condenar o réu a pagar quantia em dinheiro, mesmo que genérica, ou ainda de conversão em pecúnia, de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa, independentemente de mandado judicial, de comprovação de trânsito em julgado ou de outra declaração expressa do juiz.

(C) por meio de carta de sentença extraída de processo, contendo condenação do réu a pagar quantia certa e com a comprovação do seu trânsito em julgado.

(D) somente por meio de mandado judicial, em decorrência da concessão de tutela de urgência.

24. Considerando as particularidades entre os registros e as averbações, é correto afirmar que serão registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais

(A) os óbitos, as opções de nacionalidade e os atos que reconhecerem a filiação.

(B) os casamentos, as sentenças declaratórias de ausência e morte presumida e a nomeação de tutor.

(C) os nascimentos, as conversões das uniões estáveis em casamento e as emancipações.

as interdições, os traslados de assentos lavrados no estrangeiro e em consulados brasileiros e a sentença que determinar a extinção do poder familiar.

25. Tendo em vista as peculiaridades do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar, em relação ao expediente regulamentar, que

(A) será nulo o ato lavrado em feriado, uma vez que a prática evidencia o desrespeito a uma das solenidades essenciais para sua validade.

(B) os mandados atinentes às sentenças que constituírem vínculo de adoção, que não forem registrados até a hora de encerramento dos serviços, terão o seu cumprimento, obrigatoriamente, adiado para o dia útil seguinte, a fim de garantir a sua publicidade.

(C) se considera válido o ato lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.

(D) quando a celebração do casamento for em edifício particular, ficará este de portas abertas durante o ato, sendo defeso em lei a sua realização após às vinte e duas horas.

26. Levando em conta a escrituração dos livros pertencentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa correta.

(A) É vedada a utilização de transporte para as averbações destinadas aos reconhecimentos de filiação.

(B) Na hipótese de uso de livro próprio destinado ao transporte de anotações e averbações, deverá o Registrador Civil escriturar as respectivas remissões junto aos assentos originários.

(C) Se as circunstâncias exigirem a presença de testemunhas nos assentos, estas devem satisfazer as condições exigidas pela lei civil, não sendo admitidos os parentes do registrando.

(D) Os assentos serão escriturados seguidamente, em sequência cronológica de declarações, não sendo obrigatória a utilização de número de ordem para cada um deles.

27. De acordo com a disciplina que envolve o registro de nascimento, é correto afirmar que

- (A) em caráter de exceção, permite-se a lavratura do assento em local diverso da ocorrência do parto ou da residência dos pais, sob a conjuntura do evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano.
- (B) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante o implemento de despacho do juiz corregedor permanente.
- (C) poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, sendo que o sobrenome da família materna deverá anteceder ao da linha paterna.
- (D) o evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano não faz operar a atração da competência do assento de nascimento para o mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição para lavrar o óbito.

28. A respeito da Declaração de Nascido Vivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O assento de nascimento deverá conter o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo.
- (B) Constitui motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil, a omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
- (C) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo representa uma das formas legais de presunção da paternidade, entretanto, será qualificada como ineficaz, diante de negativa expressa da mãe na oportunidade do registro.
- (C) No registro de nascimento de criança com menos de 03 (três) anos de idade, nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira, a Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo Oficial de Registro Civil que lavrar o assento de nascimento e será assinada também pelo declarante, dispensada a comunicação do ato ao Ministério Público.

29. No assento de nascimento, far-se-á referência:

- (A) no caso de não comparecimento do pai, à indicação minuciosa dos dados relativos ao casamento deste com a mãe, desde que a filiação se presuma concebida na constância do matrimônio.
- (B) ao número de inscrição, perante o Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, daquele cujo assento se lavra.
- (C) no caso de irmãos bilaterais não gêmeos, mas registrados na mesma ocasião, à respectiva ordem de nascimento em cada um dos assentos.
- (D) no caso de filhos havidos fora do casamento, ao estado civil dos pais.

30. No âmbito administrativo, é correto afirmar que

- (A) o filho menor poderá ser reconhecido, mesmo sem a anuência escrita da mãe, condicionado, nesse caso, à manifestação favorável do Ministério Público.
- (B) a averbação do reconhecimento será concretizada na serventia em que foi lavrado o assento de nascimento, independentemente da manifestação do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente, mas com a anuência escrita do filho maior, cuja falta ou impossibilidade de manifestação válida, implicará na apreciação do caso diretamente pelo Registrador Civil responsável.
- (C) o reconhecimento da paternidade por absolutamente incapaz ou pessoa com deficiência que não puder exprimir sua vontade, qualquer que seja a causa, poderá ser efetivado diretamente perante o serviço de registro civil, observando-se as regras concernentes à representação, facultada, ainda, a intervenção individual de curador ou apoiador.
- (D) o reconhecimento espontâneo do filho, pelo relativamente incapaz, poderá ser realizado independentemente da assistência de seus pais, tutor, curador ou apoiador.

31. A respeito do procedimento de registro tardio de nascimento, deverá o Registrador Civil processante

- (A) nos casos em que os genitores forem absolutamente desconhecidos, lançar no respectivo assento os nomes fictícios de pai e de mãe.
- (B) lavrar o assento de nascimento sem a indicação de filiação, nas hipóteses em que não se verificarem os reconhecimentos espontâneos por parte dos genitores.
- (C) quando ausente a identificação dos genitores, indeferir a adoção do sobrenome indicado pelo registrando.
- (D) lavrar o assento de nascimento com o estabelecimento da filiação materna e paterna, na hipótese de requerimento formulado pelo próprio registrando, mesmo sem anuência dos apontados pais.

32. Sobre o casamento, é correto afirmar que

- (A) a dispensa dos proclamas, nos casos previstos em lei, será submetida à decisão do Registrador Civil processante, com a audiência obrigatória do Ministério Público.
- (B) o casamento pode celebrar-se mediante procuração com eficácia limitada ao prazo de 90 (noventa) dias, por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- (C) a escritura de pacto antenupcial deverá ser anexada aos autos da habilitação, devendo constar do respectivo assento de casamento somente a menção de sua existência, vedada a indicação do cartório em cujas notas foi lavrada.
- (D) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.

33. Sobre o casamento religioso para efeitos civis, é correto afirmar que

- (A) o registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de 90 (noventa) dias de sua realização, desde que previamente certificada a habilitação. Expirado o prazo, ainda que se proceda a nova habilitação, o registro não poderá mais ser autorizado.
- (B) apresentado o termo do casamento religioso para fins de registro, o Registrador Civil deverá formalizar a lavratura do ato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (C) o registro no Livro B-Auxiliar produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.
- (D) o casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil jamais poderá ser registrado.

34. A propósito da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de habilitação se desenvolve sob o mesmo rito previsto para o casamento, devendo constar dos editais que se trata de conversão, seguindo-se a lavratura do respectivo assento independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente, prescindindo o registro da celebração do matrimônio.
- (B) O assento de conversão da união estável em casamento será lavrado imediatamente após a celebração do matrimônio, com expressa indicação da data do início de seu estabelecimento.
- (C) A união estável poderá converter-se em casamento mediante pedido dos companheiros ao Juiz Corregedor Permanente, independentemente de prévia habilitação para o casamento.
- (D) Não se admite, para fins de registro, a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo.

35. Em relação ao registro de óbito, assinale a proposição verdadeira.

- (A) A competência para a lavratura do assento de óbito é exclusiva do Registro Civil do lugar do falecimento.
- (B) O registro de óbito após o prazo legal e o registro de óbito de cadáver destinado ao estudo e pesquisa, por escola de medicina, dependem, obrigatoriamente, da autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (C) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, vedada a atribuição de nome ao registrado.
- (D) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública, sendo desnecessário que o atestado seja firmado por um médico legista.

36. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, leia as afirmações a seguir com relação ao inventário extrajudicial:

- I - é possível a sua promoção por cessionários de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.
 - II - é obrigatória a nomeação de inventariante extrajudicial na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio com poderes de inventariante, no cumprimento das obrigações ativas ou passivas pendentes, observando-se a ordem prevista na legislação processual civil.
 - III - para a lavratura de escritura de nomeação de inventariante, será obrigatória a apresentação dos documentos previstos no item 114, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (partes e respectivos cônjuges devem estar nomeados e qualificados: nacionalidade, profissão, idade, estado civil, regime de bens, data do casamento, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, número do documento de identidade; número de inscrição no CPF/MF, domicílio e residência).
- A partir da análise, assinale a alternativa com afirmações corretas.
- (A) I e III estão corretas.
 - (B) I e II estão corretas.
 - (C) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (D) II e III estão corretas.

37. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis

- (A) quando o valor da transação for superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) quando o valor da transação for superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) de valor superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

38. Conforme as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, ao Tabelião de Notas é facultado lavrar os atos notariais

- (A) nos dias úteis, assim considerados aqueles nos quais há expediente forense no Foro Judicial de 1ª e 2ª Instâncias do Estado de São Paulo.
- (B) fora do horário e dos dias estabelecidos na Portaria do Juiz Corregedor Permanente para o atendimento ao público, salvo expressa proibição motivada pelo Juiz Corregedor Permanente, a ser submetida à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.
- (C) nos dias e horários definidos por Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, que atenderá às necessidades e peculiaridades locais e ao mínimo de oito horas de atendimento ao público.
- (D) apenas nos dias e horários definidos por meio de Portaria do Juiz Corregedor Permanente, que atenderá às peculiaridades locais e ao mínimo de seis horas de atendimento ao público.

39. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas deve, antes da lavratura de quaisquer atos notariais, conferir as procurações e verificar o prazo de validade da certidão, que não poderá exceder a

- (A) 60 (sessenta) dias.
- (B) 30 (trinta) dias, se lavrada no Brasil, e 60 (sessenta) dias, se lavrada no exterior.
- (C) 90 (noventa) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.

40. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, antes da lavratura de atos notariais relacionados a direitos de natureza patrimonial ou negocial, praticados por pessoa em situação de curatela, ou em nome de pessoa com deficiência, por seus eventuais apoiadores, o Tabelião de Notas deve exigir

- (A) alvará, termo de curatela ou termo de acordo de decisão apoiada.
- (B) certidão de nascimento atualizada, alvará e termo de curatela.
- (C) alvará e certidão de inscrição da sentença declaratória da interdição.
- (D) termo de curatela, sentença declaratória da interdição e o termo de nomeação do curador.

41. Na escrituração dos livros de notas, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, são vedadas

(A) as emendas e as entrelinhas, mas permitidas as notas marginais para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(B) as entrelinhas e as notas marginais, mas permitidas as emendas para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(C) as emendas, as entrelinhas e as notas marginais, mesmo para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(D) as entrelinhas, mas permitidas as emendas para a correção de erros e as notas marginais para inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

42. No Estado de São Paulo, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, nos inventários extrajudiciais,

(A) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais (certidões positivas fiscais municipais) não impedem a lavratura da escritura pública; apenas os débitos tributários da Receita Federal (certidões positivas fiscais federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(B) os ônus incidentes sobre os imóveis não impedem a lavratura da escritura pública; mas os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(C) apenas os ônus reais incidentes sobre os imóveis impedem a lavratura da escritura pública; os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) não impedem a lavratura da escritura pública.

(D) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

43. Sobre a lavratura de escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) as partes devem declarar ao Tabelião que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico, ou, ao menos, que não tenham conhecimento sobre essa condição.

(B) na partilha em que houver transmissão de propriedade individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual de patrimônio comum, está dispensada a comprovação do recolhimento de tributo eventualmente devido sobre a fração transferida.

(C) não é necessário constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no Registro Civil do assento de casamento, para a averbação devida.

(D) as escrituras públicas serão levadas a registro no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais.

44. Sobre as cartas de sentença notariais, e nos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Paulo, é correto afirmar:

(A) o termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença; e serão consideradas 02 (duas) certidões para fins de cobrança de emolumentos.

(B) o Tabelião fará a autenticação de cada cópia extraída dos autos do processo judicial, atendidos os requisitos referentes à prática desse ato, exceto a aposição de selos de autenticidade, que poderá ser feita uma única vez.

(C) as peças instrutórias das cartas de sentença deverão ser extraídas dos autos judiciais originais, ou do processo judicial eletrônico, conforme o caso.

(D) a carta de sentença deverá ser formalizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação do interessado e da entrega dos autos originais do processo judicial, ou do acesso ao processo judicial eletrônico.

45. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) é dispensado o arquivamento dos documentos apresentados para a lavratura da ata notarial.

(B) a ata notarial é a narração objetiva, fiel e detalhada de fatos jurídicos presenciados ou verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas.

(C) não é possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

(D) a ata notarial deverá conter a assinatura do solicitante e das testemunhas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Sobre o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que

(A) decorre do ajuizamento da ação direta de constitucionalidade genérica, por qualquer cidadão.

(B) se dá pelo veto jurídico de projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, pela Presidência da República.

(C) se dá pela arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição, de competência do Supremo Tribunal Federal.

(D) o seu exercício se dá por via de exceção, ou seja, qualquer interessado poderá suscitar a inconstitucionalidade, em qualquer processo e em qualquer juízo.

47. De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

(A) O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.

(B) A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.

(C) A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

(D) Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equiparação dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.

48. São agentes administrativos os

- (A) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.
- (B) militares e os vereadores municipais.
- (C) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.
- (D) senadores, os deputados e os juízes.

49. A respeito do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) dois quintos dos Ministros é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.
- (B) um terço dos Ministros é composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) os Ministros são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de quarenta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.
- (D) um quinto dos Ministros é composto, em partes iguais, de advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e Distrital, alternadamente.

50. A respeito da Ordem Econômica e Financeira estabelecida na Constituição da República, assinale a resposta correta.

- (A) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) Aquele que possuir como sua área de terra, em zona rural, não superior a quarenta hectares, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel rural ou urbano.
- (C) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, na forma da lei.

51. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nas seguintes hipóteses:

- (A) para restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, e no caso da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.
- (B) no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- (C) no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.
- (D) para restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções da natureza.

52. Sobre os direitos dos índios, dispõe a Constituição da República:

- (A) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (B) é vedada toda e qualquer exploração dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.
- (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, das jazidas e dos demais recursos minerais, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (D) as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, salvo por deliberação do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades locais, ficando-lhes assegurada participação no resultado.

53. Os denominados direitos fundamentais de terceira geração

- (A) correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais.
- (B) tutelam a integridade física e moral.
- (C) consagram o princípio da isonomia.
- (D) são de titularidade coletiva.

54. A respeito das Constituições brasileiras, é correto afirmar:

- (A) a Constituição Federal de 1824 previa normas de organização social.
- (B) a Constituição Federal de 1934 não seguiu o modelo de constituição política, econômica e social.
- (C) a Constituição Federal de 1937 é classificada como semântica, pois atuou como simples instrumento de estabilização do Poder, sem o escopo de organizá-lo ou limitá-lo.
- (D) a Constituição Federal de 1946 é classificada como dirigente, pois associada a determinada corrente ideológica.

55. No que tange à cláusula de supranacionalidade, é correto afirmar que

- (A) por meio dela, tratados internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, ingressam na ordem interna como normas superiores ou de igual hierarquia à Constituição Federal.
- (B) não é admitida em nosso ordenamento jurídico, pois viola o princípio constitucional da soberania.
- (C) ela consubstancia um dos fundamentos para a concessão de asilo político.
- (D) implica na perda da nacionalidade brasileira, decorrente do cancelamento da naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

56. Assinale a alternativa que é conforme ao regime jurídico administrativo.

- (A) A lei encerra o pressuposto, fundamento e limite da atividade administrativa.
- (B) A Administração pode renunciar ao exercício de competências concedidas por lei.
- (C) O regime jurídico administrativo concede prerrogativas à Administração similares às existentes no regime de direito privado.
- (D) Para a satisfação de interesses coletivos, a Administração é impedida de limitar o exercício de direitos individuais.

57. A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em razão da hierarquia perante às Corregedorias Permanentes do Serviço Extrajudicial, pode

- (A) substituir o Juiz Corregedor Permanente e decidir diretamente a questão posta, desde que não seja de competência exclusiva daquele, por meio do instituto da delegação.
- (B) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes apenas para correlação de ilegalidades.
- (C) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes somente se houver interposição de recurso administrativo.
- (D) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes para correção de atos eivados de ilegalidade ou desconformes com a orientação administrativa e/ou precedentes administrativos da Corregedoria Geral da Justiça.

58. Quanto à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) seus efeitos são retroativos.
- (B) pode envolver atos administrativos que já produziram todos os seus efeitos.
- (C) encerra a extinção de um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) ocorre diante de razões de ilegalidade do ato administrativo.

59. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos de uso especial não permitem oneração por meio de hipoteca.
- (B) A inalienabilidade do bem público é absoluta.
- (C) Os móveis das instalações físicas destinadas à prestação do serviço delegado extrajudicial de notas e registro são bens públicos.
- (D) Os bens públicos não comportam a possibilidade de uso privativo por particulares.

60. A pena de perda da delegação imposta aos notários e registradores em processo administrativo disciplinar, em tramite perante a Corregedoria Permanente, no Estado de São Paulo, é aplicada

- (A) pelo Corregedor Geral de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (B) pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (C) pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (D) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.

61. Quanto ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) o recurso administrativo não integra o controle administrativo da Administração.
- (B) não há previsão legal de controle administrativo financeiro do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo.
- (C) o mandato de segurança e a ação popular são meios de controle judicial da Administração.
- (D) ao Poder Legislativo é vedado o controle sobre atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

62. No Estado de São Paulo, a competência para dar início ao exercício da delegação aos Notários e Oficiais de Registro é do

- (A) Juiz Corregedor Permanente.
- (B) Governador do Estado.
- (C) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) Corregedor Geral da Justiça.

63. A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

- (A) reunião de competências.
- (B) desconcentração do poder.
- (C) unificação de competências.
- (D) descentralização do poder.

64. Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- (B) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.
- (C) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.
- (D) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.

65. A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) motivação.
- (D) supremacia do interesse público.

66. A Constituição Federal veda que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se de limitação constitucional ao poder de tributar, conhecida por princípio da anterioridade.

Assinale a alternativa na qual consta um tributo que excepciona tal princípio.

(A) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

(B) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.

(C) Imposto sobre a propriedade rural.

(D) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

67. Em relação à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis* e doação, é correto afirmar:

(A) terá a competência regulada por lei estadual se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

(B) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar estadual.

(C) tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

(D) tratando-se de bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.

68. De acordo com o Código Tributário Nacional,

(A) a lei tributária nova pode retroagir, quando for expressamente interpretativa, inclusive para aplicação de penalidade.

(B) está em conformidade com o conceito de tributo a noção de prestação pecuniária que constitui sanção de ato ilícito.

(C) a obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(D) os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive para a definição dos respectivos efeitos tributários.

69. A respeito do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), assinale alternativa correta.

(A) O ITR não incide sobre o imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária.

(B) Não há previsão constitucional para a progressividade do ITR.

(C) A base de cálculo do ITR é o valor da terra nua.

(D) O ITR será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

70. Para fins de instituição e cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, o Código Tributário Nacional exige a implementação por parte do Poder Público Municipal de, pelo menos, dois melhoramentos ali elencados.

Assinale a alternativa que contém 02 (dois) melhoramentos previstos no CTN.

(A) Abastecimento de água e posto de saúde a uma distância mínima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.

(B) Sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância mínima de 05 (cinco) quilômetros do imóvel considerado.

(C) Sistemas de esgotos sanitários e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição familiar.

(D) Meio-fio ou calçamento, com ou sem canalização de águas pluviais, e abastecimento de água.

71. A respeito do Imposto sobre Transmissão “Inter vivos” de bens imóveis – ITBI, é correto afirmar que

(A) sua instituição compete ao Estado da situação do bem.

(B) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

(C) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

(D) sua instituição compete ao Município onde se realiza a transmissão.

DIREITO CIVIL

72. Apresentado requerimento de habilitação para o casamento, constatou-se que o nubente contava com dezessete anos de idade, mas tinha sido emancipado, enquanto que a nubente possuía dezessete anos, porém estava sob tutela. Nesse caso hipotético, no que concerne à autorização para contrair matrimônio, deve o Oficial do Cartório de Registro Civil exigir autorização

(A) dos genitores do nubente emancipado, bem como de um curador especial nomeado para a nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.

(B) dos genitores de ambos os nubentes ou ato judicial que a supra.

(C) dos genitores da nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.

(D) do tutor da nubente ou ato judicial que a supra.

73. A presunção de paternidade dos filhos concebidos na constância do casamento, prevista no artigo 1.597 do Código Civil,

(A) é estabelecida para os havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.

(B) tem caráter absoluto em relação ao pai e relativo em relação a terceiros.

(C) é estabelecida para os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que haja prévia autorização do marido e mediante comprovação de que esse seja incapaz de procriar.

(D) configura-se para os havidos a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários decorrentes de concepção artificial heteróloga.

74. Tulio e Lúvia possuem, respectivamente, sessenta e cinquenta e quatro anos de idade e celebraram pacto antenupcial, no qual adotaram o regime da participação final nos aquestos. Convencionaram, nesse pacto, a dispensa da autorização conjugal para a livre disposição dos bens imóveis particulares. O referido pacto antenupcial é

- (A) nulo.
- (B) anulável.
- (C) válido.
- (D) ineficaz.

75. Assinale a alternativa correta a respeito da tomada de decisão apoiada.

(A) É um procedimento que implica em uma restrição da capacidade civil do autor do pedido, seja com relação à sua pessoa, seja com relação aos seus bens.

(B) Os apoiadores da pessoa com deficiência serão por ela indicados, com observância do rol previsto no artigo 1.775 do Código Civil e passarão a representá-la nos atos da vida civil.

(C) Antes da apreciação do pedido de tomada de decisão apoiada, é imprescindível a realização de perícia por equipe multidisciplinar, podendo ser dispensada, a critério do magistrado, a oitiva pessoal do requerente e das pessoas que lhe prestarão apoio.

(D) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar aos apoiadores que contra-assinem o contrato, especificando, por escrito, suas respectivas funções em relação ao apoiado.

76. No que concerne à deserdação e à exclusão por indignidade, é correto afirmar:

(A) todos os motivos que ensejam a deserdação configuram causas que servem de fundamento para a exclusão por indignidade.

(B) a deserdação e a exclusão por indignidade atingem herdeiros necessários e testamentários.

(C) na exclusão por indignidade, os fatos que a fundamentam não podem ser posteriores à morte do autor da herança.

(D) se a deserdação não se concretizar por ser nulo o testamento que a contempla, e a causa invocada pelo testador for causa também de exclusão por indignidade, poderá ser proposta ação para exclusão do herdeiro indigno.

77. A substituição compendiosa é

(A) a concorrência da substituição vulgar e da substituição fideicomissária.

(B) aquela em que o testador designa vários substitutos simultâneos ao herdeiro instituído.

(C) aquela em que o testador determina que certa parte de seu patrimônio ou um ou mais bens dele destacado fiquem sob a confiança de um herdeiro instituído, sobre o qual pesará a obrigação de transmitir o conteúdo da deixa testamentária a um outro herdeiro ou legatário.

(D) a concorrência da substituição ordinária e da substituição recíproca.

78. Pompeu era solteiro, não vivia em união estável e faleceu sem deixar ascendentes ou descendentes e testamento. Entretanto, deixou um tio materno, dois irmãos germanos, um irmão unilateral e um sobrinho – filho de um irmão unilateral premorto. O acervo hereditário corresponde ao montante em pecúnia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nesse caso, assinale a alternativa correta referente à divisão do acervo hereditário.

Cada um dos irmãos receberá um quinhão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o sobrinho R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o tio materno e o sobrinho receberão, respectivamente, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada um.

Cada um dos irmãos e o tio materno receberão, respectivamente, R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

79. O silêncio circunstanciado

(A) ocorre quando o declarante omite sua vontade real ao celebrar um negócio jurídico.

(B) pode produzir efeitos jurídicos.

(C) implica na ausência de vontade e, por via de consequência, na inexistência do negócio jurídico.

(D) é vedado no ordenamento jurídico pátrio.

80. Com relação à posse, é correto afirmar:

(A) posse precária é a exercida de forma velada, sem publicidade, não ostensiva.

(B) a posse não pode ser adquirida por representante do possuidor ante a necessidade de atos materiais de apreensão da coisa.

(C) a denominada posse violenta tem natureza jurídica de detenção.

(D) mesmo tendo o possuidor de boa-fé tomado conhecimento inequívoco da existência de vício na aquisição de sua posse, esta permanece de boa-fé, em consideração ao momento de sua aquisição.

81. Com relação ao usufruto, é correto afirmar:

(A) no usufruto simultâneo ou conjuntivo, o direito de acrescer entre os usufrutuários, ocorrendo o falecimento de um deles, depende de estipulação expressa.

(B) o exercício do usufruto é impenhorável.

(C) o usufruto não pode ter por objeto bens consumíveis ou fungíveis.

(D) o direito de usufruto não pode ser adquirido por usucapião.

82. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

- (A) há perda da propriedade.
- (B) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
- (C) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
- (D) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência

- (A) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
- (B) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
- (C) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
- (D) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.

84. Com relação ao instituto da representação, assinale a alternativa correta.

- (A) A extinção da representação voluntária ou convencional por ato unilateral do representante é denominada revogação.
- (B) A representação legal pressupõe uma declaração de vontade unilateral do representado.
- (C) A representação também ocorre no caso da entrega de um documento por um colaborador, no qual o interessado haja declarado sua vontade.
- (D) A representação pode ter origem na lei ou na manifestação de vontade do representado.

85. O ato da criação de uma obrigação com a finalidade de extinguir uma obrigação antiga encerra:

- (A) Imputação em pagamento.
- (B) Novação.
- (C) Compensação.
- (D) Transação.

86. Com relação à mora, é correto afirmar:

- (A) o instituto da mora não se aplica ao credor.
- (B) por regra de boa-fé objetiva, a purgação da mora sempre é possível, ainda que a prestação seja inútil ao credor.
- (C) o cumprimento integral e tempestivo da obrigação pode configurar mora na hipótese de o devedor, culposamente, cumprir a obrigação fora do lugar ou de forma diversa do estabelecido.
- (D) havendo retardo no cumprimento da obrigação, sempre estará caracterizada a mora.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Analise as afirmações a seguir em relação às normas fundamentais do processo civil.

I - Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito, justa e efetiva.

II - As partes têm o direito de obter em tempo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

III - O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, excetuando as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

IV - Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.

88. É correto afirmar que

- (A) o Juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel.
- (B) não é cabível requerimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento.
- (C) o adquirente da coisa litigiosa sucede a parte alienante no processo, independentemente do consentimento da parte contrária.
- (D) em ação que verse sobre direito real imobiliário, basta a citação de um dos cônjuges, se casados sob o regime de comunhão parcial de bens.

89. Sobre os atos processuais, é correto afirmar:

- (A) as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se, desde que com autorização judicial, no período de férias forenses, onde houver, e nos feriados.
- (B) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.
- (C) poderão ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- (D) serão realizados em dias úteis, das 6h às 22h.

90. Sobre as ações de despejo decorrentes de locação de imóvel residencial urbano, é correto afirmar que
- (A) é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- (B) devem sempre estar instruídas com a prova da propriedade do imóvel ou do compromisso, ainda que seja por denúncia vazia.
- (C) a execução provisória do despejo por infração legal ou contratual dependerá de caução, real ou fidejussória, não inferior a seis meses nem superior a doze meses do aluguel.
- (D) se fundadas em falta de pagamento, caberá liminar para desocupação se o contrato trazer somente a fiança como garantia.

DIREITO PENAL

91. É causa impeditiva da prescrição

- (A) a reincidência.
- (B) o cumprimento da pena, pelo agente, no estrangeiro.
- (C) o início ou continuação do cumprimento da pena.
- (D) o recebimento da denúncia ou da queixa.

92. No roubo, a pena é aumentada

- (A) durante o repouso noturno.
- (B) se o agente comete o crime sob coação a que podia resistir.
- (C) se o agente, ao tempo da ação, se encontrava em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- (D) se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. A prisão preventiva poderá ser decretada

- (A) como garantia da ordem pública, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 (dois) anos.
- (B) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.
- (C) por conveniência da instrução criminal, nos crimes dolosos ou culposos.
- (D) para assegurar a aplicação da lei penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.

DIREITO COMERCIAL

94. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a

- (A) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

95. Na sociedade limitada, os poderes do sócio, conferidos por ato separado, são

- (A) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (B) irrevogáveis, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.
- (C) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a, no mínimo, dois terços do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (D) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pela maioria de votos dos presentes, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.

96. Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de embarcação sujeita a registro, serão feitos por

- (A) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
- (B) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (C) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
- (D) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.

97. O portador do cheque

- (A) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (B) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (C) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (D) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

98. O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de
- (A) 2/3 (dois terços) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (B) metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (C) 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (D) 3/4 (três quartos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

99. No Registro Público Empresarial,

- (A) as procurações e os atos levados a arquivamento nas Juntas Comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.
- (B) expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, a proteção ao nome empresarial caducará no prazo de 05 (cinco) anos.
- (C) as alterações contratuais poderão ser efetuadas por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.
- (D) a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de 05 (cinco) anos consecutivos, deverá comunicar à Junta Comercial que deseja se manter em funcionamento.

CONHECIMENTOS GERAIS

100. Dentre as minorias étnico-religiosas perseguidas e massacradas mais recentemente ao redor do mundo, destacam-se os rohingyas. Esse conflito ocorre

- (A) na Indonésia, e os rohingyas fogem para a Malásia.
- (B) no Brunei, e os rohingyas fogem para a Indonésia.
- (C) na Somália, e os rohingyas fogem para a Etiópia.
- (D) em Mianmar, e os rohingyas fogem para Bangladesh.

Versão 2 (GABARITO)

1 - D	2 - C	3 - B	4 - B	5 - D	6 - B	7 - D	8 - C	9 - C	10 - D
11 - C	12 - A	13 - D	14 - B	15 - D	16 - A	17 - A	18 - D	19 - A	20 - C
21 - B	22 - C	23 - B	24 - C	25 - C	26 - B	27 - A	28 - A	29 - B	30 - D
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - B	36 - A	37 - D	38 - B	39 - C	40 - A
41 - C	42 - B	43 - A	44 - C	45 - B	46 - D	47 - C	48 - A	49 - B	50 - C
51 - D	52 - A	53 - D	54 - C	55 - A	56 - A	57 - D	58 - C	59 - A	60 - C
61 - C	62 - A	63 - D	64 - D	65 - B	66 - A	67 - C	68 - C	69 - D	70 - C
71 - B	72 - D	73 - A	74 - C	75 - D	76 - D	77 - A	78 - B	79 - B	80 - C
81 - A	82 - A	83 - C	84 - D	85 - B	86 - C	87 - D	88 - A	89 - C	90 - A
91 - B	92 - D	93 - B	94 - D	95 - A	96 - C	97 - B	98 - C	99 - C	100 - D

VERSÃO 3

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

01. De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, o cadastramento e a prestação de serviços de apostilamento pelas serventias notariais e de registro são obrigatórios

- (A) em todas as serventias.
- (B) em todas as serventias, com possibilidade de dispensa por motivos justificados.
- (C) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, com possibilidade de dispensa por motivos justificados, e facultativos no interior.
- (D) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal e facultativos no interior.

02. Nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002, o limite de receita bruta para fins de suplementação da receita mínima das serventias deficitárias é equivalente a

- (A) 15 (quinze) salários-mínimos mensais.
- (B) 13 (treze) salários-mínimos mensais.
- (C) 10 (dez) salários-mínimos mensais.
- (D) 12 (doze) salários-mínimos mensais.

03. De acordo com as Notas Explicativas da Tabela de Emolumentos relativa ao Registro de Títulos e Documentos, anexa à Lei Estadual nº 11.331/2002, a base de cálculo do registro de contrato de locação de imóvel com duração de 30 (trinta) meses será equivalente

- (A) ao valor do imóvel.
- (B) a um terço do valor do imóvel.
- (C) à soma dos 12 (doze) primeiros alugueres.
- (D) ao valor total do contrato, calculado com base no valor do primeiro aluguel.

04. No Estado de São Paulo, a execução de atividades fora das dependências das serventias notariais e de registro pela modalidade de teletrabalho é

- (A) admitida somente para os prepostos.
- (B) vedada.
- (C) admitida para o titular e seus prepostos, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) admitida para o titular e seus prepostos, independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente.

05. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a apresentação a protesto do crédito referente a contribuições de condomínio edilício deve ser feita perante o Tabelião do

- (A) domicílio do devedor.
- (B) local indicado para o ato pela assembleia dos condôminos.
- (C) local da unidade condominial ou do domicílio do devedor.
- (D) local da unidade condominial.

06. Devedor microempresário efetua pagamento de título no tabelionato de protesto com cheque de sua emissão. Comprovada a devolução do cheque, sem a devida provisão de fundos (alínea 11), no décimo segundo dia útil seguinte, o Tabelião

- (A) lavrará o protesto no mesmo dia e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.
- (B) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano, salvo na hipótese de pagamento em dinheiro, pelo devedor, dentro do referido prazo.
- (C) informará ao apresentante sobre o decurso de prazo para eventuais reclamações, restituindo imediatamente o cheque ao apresentante.
- (D) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.

07. Assinale a alternativa correta.

- (A) O deferimento do processamento de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados com o requerente do benefício legal.
- (B) Os termos de protesto para fins falimentares, de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar, são lavrados em livro especial.
- (C) O protesto especial para fins falimentares poderá ser lavrado na praça de pagamento ou na circunscrição do principal estabelecimento do devedor.
- (D) O termo de protesto especial para fins falimentares deve indicar o nome completo de quem recebeu a intimação, salvo se realizada por edital.

08. Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, uma vez apresentada ao Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas apenas uma via do documento original do ato constitutivo, caso seja adotado sistema de microfilmagem na serventia, o registrador

- (A) promoverá o registro e devolverá essa via para o apresentante, após o registro.
- (B) protocolará o documento e entregará nota devolutiva com a exigência de apresentação de outra via.
- (C) sobrestará o registro, depois de protocolado o documento, e notificará o requerente para que apresente outra via original no prazo de 20 (vinte) dias, consignando que, depois de findo o prazo, o registro somente produzirá efeitos a partir da data da reapresentação.
- (D) promoverá o registro e arquivará essa via na serventia, facultando-se a expedição de certidão ao usuário.

09. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, exige-se, em regra, visto de advogado nos atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das pessoas jurídicas. Em determinadas hipóteses, no entanto, essa providência pode ser dispensada para

- (A) sociedades simples.
- (B) organizações religiosas.
- (C) associações.
- (D) fundações de direito privado.

10. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, no Registro de Títulos e Documentos, o Livro designado sob a letra "E" é

- (A) específico para registro de documentos eletrônicos.
- (B) o indicador real.
- (C) específico para registro de documentos para fins de mera conservação.
- (D) o indicador pessoal.

11. Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça preveem a averbação do resultado, positivo ou negativo, da notificação decorridos

- (A) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (B) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (C) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (D) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.

12. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o registro que dá origem a uma notificação

- (A) somente será efetivado após o cumprimento da diligência, elaborando-se nota devolutiva caso não seja possível sua realização.
- (B) somente será efetivado após o cumprimento da diligência ou a certificação da impossibilidade de sua realização.
- (C) considera-se pendente até a averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (D) considera-se perfeito, independentemente da averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.

13. Em relação ao Livro nº 1 – Protocolo do registro de imóveis, é correto afirmar que

(A) quando não adotados mecanismos informatizados, o controle da tramitação simultânea de títulos contraditórios ou excludentes será feito por meio de fichas, que serão inutilizadas à medida em que os títulos correspondentes forem registrados ou cessarem os efeitos da prenotação.

(B) é dispensável a indicação do horário no termo diário de abertura do Protocolo, limitando-se a obrigatoriedade apenas à indicação da data.

(C) em caso de escrituração por sistema informatizado, as anotações relativas aos atos formalizados no dia serão feitas no próprio termo de encerramento diário quando não houver possibilidade de serem lançados na coluna própria.

(D) as escrituras públicas e os instrumentos particulares deverão ser identificados de acordo com a sua espécie (compra e venda, doação, compromisso de compra e venda, etc.) na coluna correspondente à natureza formal do título.

14. Em relação à cobrança das prestações vencidas do contrato de alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que

(A) não cabe ao oficial de registro de imóveis fazer a intimação por hora certa, caso em que o credor fiduciário deverá requerê-la por via judicial.

(B) quando o fiduciante for domiciliado em comarca diversa à da situação do imóvel, a intimação deverá ser sempre feita pelo oficial de registro de títulos e documentos da comarca do domicílio de quem deva recebê-la.

(C) nos condomínios edifícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários com controle de acesso, a intimação poderá ser feita ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento da correspondência.

(D) a intimação será feita pessoalmente ao fiduciante, ou ao seu representante legal ou procurador regularmente constituído, exceto nos casos de suspeita motivada de ocultação ou quando se encontrar em lugar ignorado, incerto ou inacessível, hipóteses em que a intimação será, respectivamente, feita por hora certa ou por edital.

15. Com referência ao crédito imobiliário, tendo como garantia a alienação fiduciária de um determinado imóvel, assinale a alternativa correta.

(A) O credor fiduciário, mesmo não sendo instituição financeira, poderá emitir Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa desse crédito.

(B) A Cédula de Crédito Imobiliário, quando não escritural, deverá ser emitida concomitantemente ao contrato de alienação fiduciária, devendo ainda ser subscrita pelo devedor fiduciante.

(C) Sendo o credor fiduciário uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, poderá optar pela emissão de Letra de Crédito Imobiliário ou de Cédula de Crédito Imobiliário representativa desse crédito, implicando a transferência de qualquer um deles na automática transmissão da respectiva garantia ao cessionário, que ficará sub-rogado em todos os direitos decorrentes do referido crédito.

(D) Na hipótese de emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, quando em forma escritural, todas as transferências deverão ser averbadas na matrícula, com a finalidade de se manter a continuidade nas sucessões dos direitos.

16. A respeito do registro do loteamento em que a área a ser loteada estiver situada em duas circunscrições imobiliárias, é correto afirmar:

(A) quando já estiver realizado em uma das circunscrições, mas vier a ser indeferido na outra, o registro já efetuado deverá ser cancelado, mesmo que o motivo se limite à área situada sob competência sua.

(B) deverá ser requerido, primeiro, naquela em que estiver situada a maior parte da área, e, enquanto não realizado o registro, não poderá ser prenotado o mesmo pedido na outra circunscrição.

(C) poderá ser requerido simultaneamente ou sequencialmente, mas, somente após o registro em ambas as circunscrições, será o loteamento considerado registrado.

(D) deverá ser requerido simultaneamente em ambas as circunscrições.

17. Na retificação extrajudicial da descrição do imóvel urbano, em que houver modificação das medidas perimetrais, em relação aos confrontantes que não manifestaram a anuência na planta,

(A) independentemente de sua notificação, quando requerido pelo adquirente do imóvel, deverá ser notificado o proprietário tabular mesmo quando apresentado o título aquisitivo.

(B) a necessidade de sua notificação deverá ser aferida pelo oficial, inclusive a municipalidade deverá ser sempre notificada na falta de seu consentimento na planta.

(C) deverão todos ser notificados.

(D) deverão ser notificados apenas aqueles das divisas alcançadas pelas alterações.

18. Em relação à incorporação imobiliária, é correto afirmar que

(A) o registro da hipoteca do terreno vinculada ao financiamento das obras é fato que caracteriza a concretização da incorporação.

(B) o prazo de carência, dentro do qual é permitido ao incorporador desistir do empreendimento, é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma só vez por igual período.

(C) uma vez averbada a desistência da incorporação no registro de imóveis, diante de sua publicidade, é facultativo ao incorporador comunicar o fato aos eventuais adquirentes.

(D) havendo o registro de escritura definitiva de compra e venda de fração ideal de terreno vinculada à futura unidade autônoma, o incorporador não mais poderá desistir do empreendimento, mesmo estando ainda no período de carência.

19. Assinale a alternativa correta relativa à escritura de pacto antenupcial, já registrada no livro nº 3 do registro de imóveis do primeiro domicílio do casal, em caso de mudança deste para outra comarca.

(A) O novo registro é obrigatório em razão da necessária publicidade do regime de bens do casal em relação a terceiros, no caso de existirem imóveis registrados em nome de um dos cônjuges.

(B) Somente poderá ser registrada novamente em caso de a mudança ser para outra unidade da federação.

(C) A requerimento das partes poderá ser registrada na circunscrição imobiliária do novo domicílio.

(D) Não poderá ser novamente registrada, por ser vedada a duplicidade de registros do mesmo título.

20. Na incorporação, cisão ou fusão de sociedades, o ato a ser praticado na matrícula do imóvel de titularidade da empresa sucedida será

- (A) de averbação do ato societário na hipótese de incorporação e de registro na cisão ou fusão.
- (B) de averbação do ato societário nas três hipóteses, por ser essa a forma determinada em lei.
- (C) de registro do ato societário nos três casos, em razão de ter ocorrido a sucessão de direitos e obrigações e consequente transmissão do domínio do imóvel da empresa sucedida para a sucessora.
- (D) de registro do ato societário na hipótese de incorporação e de averbação na cisão ou fusão.

21. Em relação à imissão provisória de posse em processo de desapropriação judicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de ato de transmissão de posse e não de propriedade, a mesma não poderá ser objeto de registro, mas tão somente de averbação.
- (B) Por ser ato meramente processual, não há previsão de ingresso no registro.
- (C) Quando houver expressa concordância do expropriado, ela pode ser registrada na matrícula, como aquisição do domínio pelo expropriante, mesmo em caso de contestação do valor ofertado como indenização.
- (D) Somente quando se tratar de implementação de projetos habitacionais ou de regularização fundiária, em área urbana ou de expansão urbana, poderão ser unificados dois ou mais imóveis, mesmo quando imitidos em favor do expropriante em processos distintos; todavia, a unificação não poderá abranger imóvel contíguo, cuja propriedade já tenha sido adquirida pelo mesmo expropriante.

22. Em relação à certidão do registrador de imóveis expedida em formato eletrônico, é correto afirmar que

- (A) o fornecimento de certidão no formato eletrônico depende de autorização do juiz corregedor permanente, a quem cabe verificar se a serventia está apta à prestação desse tipo de serviço.
- (B) qualquer oficial de registro de imóveis, integrante da central de registradores de imóveis do Estado de São Paulo, poderá materializar certidão em papel de segurança com base em certidão eletrônica fornecida por outro registrador integrante da mesma central.
- (C) poderá ser postada pelo oficial, via correio eletrônico, diretamente ao solicitante.
- (D) poderá ser disponibilizada para *download*, desde que seja por meio da central de serviços compartilhados ou por meio de *site* próprio da serventia, aprovada pelo Juiz Corregedor Permanente.

23. O registro da hipoteca judiciária na matrícula do imóvel poderá ser feito

- (A) mediante apresentação da cópia da sentença que condenar o réu a pagar quantia em dinheiro, mesmo que genérica, ou ainda de conversão em pecúnia, de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa, independentemente de mandado judicial, de comprovação de trânsito em julgado ou de outra declaração expressa do juiz.
- (B) por meio de carta de sentença extraída de processo, contendo condenação do réu a pagar quantia certa e com a comprovação do seu trânsito em julgado.
- (C) somente por meio de mandado judicial, em decorrência da concessão de tutela de urgência.
- (D) somente por meio de mandado judicial, em procedimento de cumprimento de sentença condenatória de pagamento de quantia certa transitada em julgado.

24. Considerando as particularidades entre os registros e as averbações, é correto afirmar que serão registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais

- (A) os casamentos, as sentenças declaratórias de ausência e morte presumida e a nomeação de tutor.
- (B) os óbitos, as opções de nacionalidade e os atos que reconhecerem a filiação.
- (C) as interdições, os traslados de assentos lavrados no estrangeiro e em consulados brasileiros e a sentença que determinar a extinção do poder familiar.
- (D) os nascimentos, as conversões das uniões estáveis em casamento e as emancipações.

25. Tendo em vista as peculiaridades do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar, em relação ao expediente regulamentar, que

- (A) os mandados atinentes às sentenças que constituírem vínculo de adoção, que não forem registrados até a hora de encerramento dos serviços, terão o seu cumprimento, obrigatoriamente, adiado para o dia útil seguinte, a fim de garantir a sua publicidade.
- (B) quando a celebração do casamento for em edifício particular, ficará este de portas abertas durante o ato, sendo defeso em lei a sua realização após às vinte e duas horas.
- (C) será nulo o ato lavrado em feriado, uma vez que a prática evidencia o desrespeito a uma das solenidades essenciais para sua validade.
- (D) se considera válido o ato lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.

26. Levando em conta a escrituração dos livros pertencentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se as circunstâncias exigirem a presença de testemunhas nos assentos, estas devem satisfazer as condições exigidas pela lei civil, não sendo admitidos os parentes do registrando.
- (B) Os assentos serão escriturados seguidamente, em sequência cronológica de declarações, não sendo obrigatória a utilização de número de ordem para cada um deles.
- (C) É vedada a utilização de transporte para as averbações destinadas aos reconhecimentos de filiação.
- (D) Na hipótese de uso de livro próprio destinado ao transporte de anotações e averbações, deverá o Registrador Civil escriturar as respectivas remissões junto aos assentos originários.

27. De acordo com a disciplina que envolve o registro de nascimento, é correto afirmar que
- (A) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante o implemento de despacho do juiz corregedor permanente.
 - (B) em caráter de exceção, permite-se a lavratura do assento em local diverso da ocorrência do parto ou da residência dos pais, sob a conjuntura do evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano.
 - (C) o evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano não faz operar a atração da competência do assento de nascimento para o mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição para lavrar o óbito.
 - (D) poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, sendo que o sobrenome da família materna deverá anteceder ao da linha paterna.

28. A respeito da Declaração de Nascido Vivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo representa uma das formas legais de presunção da paternidade, entretanto, será qualificada como ineficaz, diante de negativa expressa da mãe na oportunidade do registro.
- (B) No registro de nascimento de criança com menos de 03 (três) anos de idade, nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira, a Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo Oficial de Registro Civil que lavrará o assento de nascimento e será assinada também pelo declarante, dispensada a comunicação do ato ao Ministério Público.
- (C) O assento de nascimento deverá conter o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo.
- (D) Constitui motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil, a omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.

29. No assento de nascimento, far-se-á referência:

- (A) ao número de inscrição, perante o Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, daquele cujo assento se lava.
- (B) no caso de filhos havidos fora do casamento, ao estado civil dos pais.
- (C) no caso de não comparecimento do pai, à indicação minuciosa dos dados relativos ao casamento deste com a mãe, desde que a filiação se presuma concebida na constância do matrimônio.
- (D) no caso de irmãos bilaterais não gêmeos, mas registrados na mesma ocasião, à respectiva ordem de nascimento em cada um dos assentos.

30. No âmbito administrativo, é correto afirmar que

- (A) a averbação do reconhecimento será concretizada na serventia em que foi lavrado o assento de nascimento, independentemente da manifestação do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente, mas com a anuência escrita do filho maior, cuja falta ou impossibilidade de manifestação válida, implicará na apreciação do caso diretamente pelo Registrador Civil responsável.
- (B) o reconhecimento da paternidade por absolutamente incapaz ou pessoa com deficiência que não puder exprimir sua vontade, qualquer que seja a causa, poderá ser efetivado diretamente perante o serviço de registro civil, observando-se as regras concernentes à representação, facultada, ainda, a intervenção individual de curador ou apoiador.
- (C) o reconhecimento espontâneo do filho, pelo relativamente incapaz, poderá ser realizado independentemente da assistência de seus pais, tutor, curador ou apoiador.
- (D) o filho menor poderá ser reconhecido, mesmo sem a anuência escrita da mãe, condicionado, nesse caso, à manifestação favorável do Ministério Público.

31. A respeito do procedimento de registro tardio de nascimento, deverá o Registrador Civil processante

- (A) quando ausente a identificação dos genitores, indeferir a adoção do sobrenome indicado pelo registrando.
- (B) lavrar o assento de nascimento com o estabelecimento da filiação materna e paterna, na hipótese de requerimento formulado pelo próprio registrando, mesmo sem anuência dos apontados pais.
- (C) nos casos em que os genitores forem absolutamente desconhecidos, lançar no respectivo assento os nomes fictícios de pai e de mãe.
- (D) lavrar o assento de nascimento sem a indicação de filiação, nas hipóteses em que não se verificarem os reconhecimentos espontâneos por parte dos genitores.

32. Sobre o casamento, é correto afirmar que

- (A) a escritura de pacto antenupcial deverá ser anexada aos autos da habilitação, devendo constar do respectivo assento de casamento somente a menção de sua existência, vedada a indicação do cartório em cujas notas foi lavrada.
- (B) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.
- (C) a dispensa dos proclamas, nos casos previstos em lei, será submetida à decisão do Registrador Civil processante, com a audiência obrigatória do Ministério Público.
- (D) o casamento pode celebrar-se mediante procuração com eficácia limitada ao prazo de 90 (noventa) dias, por instrumento público ou particular com firma reconhecida.

33. Sobre o casamento religioso para efeitos civis, é correto afirmar que

- (A) o registro no Livro B-Auxiliar produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.
- (B) o casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil jamais poderá ser registrado.
- (C) apresentado o termo do casamento religioso para fins de registro, o Registrador Civil deverá formalizar a lavratura do ato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (D) o registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de 90 (noventa) dias de sua realização, desde que previamente certificada a habilitação. Expirado o prazo, ainda que se proceda a nova habilitação, o registro não poderá mais ser autorizado.

34. A propósito da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta.

- (A) A união estável poderá converter-se em casamento mediante pedido dos companheiros ao Juiz Corregedor Permanente, independentemente de prévia habilitação para o casamento.
- (B) Não se admite, para fins de registro, a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo.
- (C) O processo de habilitação se desenvolve sob o mesmo rito previsto para o casamento, devendo constar dos editais que se trata de conversão, seguindo-se a lavratura do respectivo assento independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente, prescindindo o registro da celebração do matrimônio.
- (D) O assento de conversão da união estável em casamento será lavrado imediatamente após a celebração do matrimônio, com expressa indicação da data do início de seu estabelecimento.

35. Em relação ao registro de óbito, assinale a proposição verdadeira.

- (A) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública, sendo desnecessário que o atestado seja firmado por um médico legista.
- (B) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, vedada a atribuição de nome ao registrado.
- (C) O registro de óbito após o prazo legal e o registro de óbito de cadáver destinado ao estudo e pesquisa, por escola de medicina, dependem, obrigatoriamente, da autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) A competência para a lavratura do assento de óbito é exclusiva do Registro Civil do lugar do falecimento.

36. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, leia as afirmações a seguir com relação ao inventário extrajudicial:

I - é possível a sua promoção por cessionários de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.

II - é obrigatória a nomeação de inventariante extrajudicial na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio com poderes de inventariante, no cumprimento das obrigações ativas ou passivas pendentes, observando-se a ordem prevista na legislação processual civil.

III - para a lavratura de escritura de nomeação de inventariante, será obrigatória a apresentação dos documentos previstos no item 114, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (partes e respectivos cônjuges devem estar nomeados e qualificados: nacionalidade, profissão, idade, estado civil, regime de bens, data do casamento, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, número do documento de identidade; número de inscrição no CPF/MF, domicílio e residência).

A partir da análise, assinale a alternativa com afirmações corretas.

- (A) II e III estão corretas.
- (B) Todas as afirmativas estão corretas.
- (C) I e II estão corretas.
- (D) I e III estão corretas.

37. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis

- (A) quando o valor da transação for superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) quando o valor da transação for superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) de valor superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

38. Conforme as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, ao Tabelião de Notas é facultado lavrar os atos notariais

(A) fora do horário e dos dias estabelecidos na Portaria do Juiz Corregedor Permanente para o atendimento ao público, salvo expressa proibição motivada pelo Juiz Corregedor Permanente, a ser submetida à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

(B) nos dias úteis, assim considerados aqueles nos quais há expediente forense no Foro Judicial de 1ª e 2ª Instâncias do Estado de São Paulo.

(C) apenas nos dias e horários definidos por meio de Portaria do Juiz Corregedor Permanente, que atenderá às peculiaridades locais e ao mínimo de seis horas de atendimento ao público.

(D) nos dias e horários definidos por Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, que atenderá às necessidades e peculiaridades locais e ao mínimo de oito horas de atendimento ao público.

39. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas deve, antes da lavratura de quaisquer atos notariais, conferir as procurações e verificar o prazo de validade da certidão, que não poderá exceder a

- (A) 90 (noventa) dias.
- (B) 30 (trinta) dias.
- (C) 60 (sessenta) dias.
- (D) 30 (trinta) dias, se lavrada no Brasil, e 60 (sessenta) dias, se lavrada no exterior.

40. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, antes da lavratura de atos notariais relacionados a direitos de natureza patrimonial ou negocial, praticados por pessoa em situação de curatela, ou em nome de pessoa com deficiência, por seus eventuais apoiadores, o Tabelião de Notas deve exigir

- (A) termo de curatela, sentença declaratória da interdição e o termo de nomeação do curador.
- (B) alvará e certidão de inscrição da sentença declaratória da interdição.
- (C) certidão de nascimento atualizada, alvará e termo de curatela.
- (D) alvará, termo de curatela ou termo de acordo de decisão apoiada.

41. Na escrituração dos livros de notas, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, são vedadas

(A) as entrelinhas e as notas marginais, mas permitidas as emendas para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(B) as emendas, as entrelinhas e as notas marginais, mesmo para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(C) as emendas e as entrelinhas, mas permitidas as notas marginais para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(D) as entrelinhas, mas permitidas as emendas para a correção de erros e as notas marginais para inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

42. No Estado de São Paulo, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, nos inventários extrajudiciais,

(A) os ônus incidentes sobre os imóveis não impedem a lavratura da escritura pública; mas os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(B) apenas os ônus reais incidentes sobre os imóveis impedem a lavratura da escritura pública; os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) não impedem a lavratura da escritura pública.

(C) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(D) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais (certidões positivas fiscais municipais) não impedem a lavratura da escritura pública; apenas os débitos tributários da Receita Federal (certidões positivas fiscais federais) impedem a lavratura da escritura pública.

43. Sobre a lavratura de escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) as escrituras públicas serão levadas a registro no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais.

(B) não é necessário constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no Registro Civil do assento de casamento, para a averbação devida.

(C) as partes devem declarar ao Tabelião que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico, ou, ao menos, que não tenham conhecimento sobre essa condição.

(D) na partilha em que houver transmissão de propriedade individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual de patrimônio comum, está dispensada a comprovação do recolhimento de tributo eventualmente devido sobre a fração transferida.

44. Sobre as cartas de sentença notariais, e nos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Paulo, é correto afirmar:

(A) o Tabelião fará a autenticação de cada cópia extraída dos autos do processo judicial, atendidos os requisitos referentes à prática desse ato, exceto a aposição de selos de autenticidade, que poderá ser feita uma única vez.

(B) as peças instrutórias das cartas de sentença deverão ser extraídas dos autos judiciais originais, ou do processo judicial eletrônico, conforme o caso.

(C) a carta de sentença deverá ser formalizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação do interessado e da entrega dos autos originais do processo judicial, ou do acesso ao processo judicial eletrônico.

(D) o termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença; e serão consideradas 02 (duas) certidões para fins de cobrança de emolumentos.

45. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) a ata notarial deverá conter a assinatura do solicitante e das testemunhas.

(B) não é possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

(C) a ata notarial é a narração objetiva, fiel e detalhada de fatos jurídicos presenciados ou verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas.

(D) é dispensado o arquivamento dos documentos apresentados para a lavratura da ata notarial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Sobre o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que

(A) se dá pela arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição, de competência do Supremo Tribunal Federal.

(B) decorre do ajuizamento da ação direta de constitucionalidade genérica, por qualquer cidadão.

(C) o seu exercício se dá por via de exceção, ou seja, qualquer interessado poderá suscitar a inconstitucionalidade, em qualquer processo e em qualquer juízo.

(D) se dá pelo veto jurídico de projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, pela Presidência da República.

47. De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

(A) A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.

(B) Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equiparação dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.

(C) O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.

(D) A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

48. São agentes administrativos os

- (A) senadores, os deputados e os juízes.
- (B) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.
- (C) militares e os vereadores municipais.
- (D) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.

49. A respeito do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) um terço dos Ministros é composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) os Ministros são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de quarenta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.
- (C) um quinto dos Ministros é composto, em partes iguais, de advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e Distrital, alternadamente.
- (D) dois quintos dos Ministros é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.

50. A respeito da Ordem Econômica e Financeira estabelecida na Constituição da República, assinale a resposta correta.

- (A) Aquele que possuir como sua área de terra, em zona rural, não superior a quarenta hectares, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel rural ou urbano.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, na forma da lei.
- (C) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (D) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

51. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nas seguintes hipóteses:

- (A) no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.
- (B) para restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções da natureza.
- (C) no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- (D) para restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, e no caso da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

52. Sobre os direitos dos índios, dispõe a Constituição da República:

- (A) é vedada toda e qualquer exploração dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.
- (B) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, das jazidas e dos demais recursos minerais, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (C) as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, salvo por deliberação do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades locais, ficando-lhes assegurada participação no resultado.
- (D) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

53. Os denominados direitos fundamentais de terceira geração

- (A) tutelam a integridade física e moral.
- (B) consagram o princípio da isonomia.
- (C) são de titularidade coletiva.
- (D) correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais.

54. A respeito das Constituições brasileiras, é correto afirmar:

- (A) a Constituição Federal de 1937 é classificada como semântica, pois atuou como simples instrumento de estabilização do Poder, sem o escopo de organizá-lo ou limitá-lo.
- (B) a Constituição Federal de 1946 é classificada como dirigente, pois associada a determinada corrente ideológica.
- (C) a Constituição Federal de 1824 previa normas de organização social.
- (D) a Constituição Federal de 1934 não seguiu o modelo de constituição política, econômica e social.

55. No que tange à cláusula de supranacionalidade, é correto afirmar que

- (A) não é admitida em nosso ordenamento jurídico, pois viola o princípio constitucional da soberania.
- (B) por meio dela, tratados internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, ingressam na ordem interna como normas superiores ou de igual hierarquia à Constituição Federal.
- (C) implica na perda da nacionalidade brasileira, decorrente do cancelamento da naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (D) ela consubstancia um dos fundamentos para a concessão de asilo político.

56. Assinale a alternativa que é conforme ao regime jurídico administrativo.

- (A) Para a satisfação de interesses coletivos, a Administração é impedida de limitar o exercício de direitos individuais.
- (B) O regime jurídico administrativo concede prerrogativas à Administração similares às existentes no regime de direito privado.
- (C) A Administração pode renunciar ao exercício de competências concedidas por lei.
- (D) A lei encerra o pressuposto, fundamento e limite da atividade administrativa.

57. A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em razão da hierarquia perante às Corregedorias Permanentes do Serviço Extrajudicial, pode

- (A) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes somente se houver interposição de recurso administrativo.
- (B) substituir o Juiz Corregedor Permanente e decidir diretamente a questão posta, desde que não seja de competência exclusiva daquele, por meio do instituto da delegação.
- (C) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes para correção de atos eivados de ilegalidade ou desconformes com a orientação administrativa e/ou precedentes administrativos da Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes apenas para correlação de ilegalidades.

58. Quanto à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) ocorre diante de razões de ilegalidade do ato administrativo.
- (B) encerra a extinção de um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) seus efeitos são retroativos.
- (D) pode envolver atos administrativos que já produziram todos os seus efeitos.

59. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os móveis das instalações físicas destinadas à prestação do serviço delegado extrajudicial de notas e registro são bens públicos.
- (B) Os bens públicos não comportam a possibilidade de uso privativo por particulares.
- (C) A inalienabilidade do bem público é absoluta.
- (D) Os bens públicos de uso especial não permitem oneração por meio de hipoteca.

60. A pena de perda da delegação imposta aos notários e registradores em processo administrativo disciplinar, em tramite perante a Corregedoria Permanente, no Estado de São Paulo, é aplicada

- (A) pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (B) pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (C) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) pelo Corregedor Geral de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.

61. Quanto ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) ao Poder Legislativo é vedado o controle sobre atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (B) o recurso administrativo não integra o controle administrativo da Administração.
- (C) não há previsão legal de controle administrativo financeiro do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo.
- (D) o mandado de segurança e a ação popular são meios de controle judicial da Administração.

62. No Estado de São Paulo, a competência para dar início ao exercício da delegação aos Notários e Oficiais de Registro é do

- (A) Governador do Estado.
- (B) Juiz Corregedor Permanente.
- (C) Corregedor Geral da Justiça.
- (D) Presidente do Tribunal de Justiça.

63. A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

- (A) unificação de competências.
- (B) reunião de competências.
- (C) descentralização do poder.
- (D) desconcentração do poder.

64. Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- (B) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.
- (C) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- (D) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.

65. A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da

- (A) motivação.
- (B) publicidade.
- (C) supremacia do interesse público.
- (D) impessoalidade.

66. A Constituição Federal veda que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se de limitação constitucional ao poder de tributar, conhecida por princípio da anterioridade.

Assinale a alternativa na qual consta um tributo que excepciona tal princípio.

- (A) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (B) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.
- (C) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (D) Imposto sobre a propriedade rural.

67. Em relação à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis* e doação, é correto afirmar:

- (A) tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (B) terá a competência regulada por lei estadual se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.
- (C) tratando-se de bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.
- (D) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar estadual.

68. De acordo com o Código Tributário Nacional,

- (A) os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive para a definição dos respectivos efeitos tributários.
- (B) a obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (C) está em conformidade com o conceito de tributo a noção de prestação pecuniária que constitua sanção de ato ilícito.
- (D) a lei tributária nova pode retroagir, quando for expressamente interpretativa, inclusive para aplicação de penalidade.

69. A respeito do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), assinale alternativa correta.

- (A) Não há previsão constitucional para a progressividade do ITR.
- (B) A base de cálculo do ITR é o valor da terra nua.
- (C) O ITR será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (D) O ITR não incide sobre o imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária.

70. Para fins de instituição e cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, o Código Tributário Nacional exige a implementação por parte do Poder Público Municipal de, pelo menos, dois melhoramentos ali elencados. Assinale a alternativa que contém 02 (dois) melhoramentos previstos no CTN.

- (A) Meio-fio ou calçamento, com ou sem canalização de águas pluviais, e abastecimento de água.
- (B) Sistemas de esgotos sanitários e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição familiar.
- (C) Sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância mínima de 05 (cinco) quilômetros do imóvel considerado.
- (D) Abastecimento de água e posto de saúde a uma distância mínima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.

71. A respeito do Imposto sobre Transmissão “Inter vivos” de bens imóveis – ITBI, é correto afirmar que

- (A) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (B) sua instituição compete ao Município onde se realiza a transmissão.
- (C) sua instituição compete ao Estado da situação do bem.
- (D) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

DIREITO CIVIL

72. Apresentado requerimento de habilitação para o casamento, constatou-se que o nubente contava com dezessete anos de idade, mas tinha sido emancipado, enquanto que a nubente possuía dezessete anos, porém estava sob tutela. Nesse caso hipotético, no que concerne à autorização para contrair matrimônio, deve o Oficial do Cartório de Registro Civil exigir autorização

- (A) dos genitores da nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.
- (B) do tutor da nubente ou ato judicial que a supra.
- (C) dos genitores de ambos os nubentes ou ato judicial que a supra.
- (D) dos genitores do nubente emancipado, bem como de um curador especial nomeado para a nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.

73. A presunção de paternidade dos filhos concebidos na constância do casamento, prevista no artigo 1.597 do Código Civil,

- (A) tem caráter absoluto em relação ao pai e relativo em relação a terceiros.
- (B) configura-se para os havidos a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários decorrentes de concepção artificial heteróloga.
- (C) é estabelecida para os havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.
- (D) é estabelecida para os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que haja prévia autorização do marido e mediante comprovação de que esse seja incapaz de procriar.

74. Tulio e Livia possuem, respectivamente, sessenta e cinquenta e quatro anos de idade e celebraram pacto antenupcial, no qual adotaram o regime da participação final nos aquestos. Convencionaram, nesse pacto, a dispensa da autorização conjugal para a livre disposição dos bens imóveis particulares. O referido pacto antenupcial é

- (A) válido.
- (B) ineficaz.
- (C) nulo.
- (D) anulável.

75. Assinale a alternativa correta a respeito da tomada de decisão apoiada.

(A) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar aos apoiadores que contra-assinem o contrato, especificando, por escrito, suas respectivas funções em relação ao apoiado.

(B) Antes da apreciação do pedido de tomada de decisão apoiada, é imprescindível a realização de perícia por equipe multidisciplinar, podendo ser dispensada, a critério do magistrado, a oitiva pessoal do requerente e das pessoas que lhe prestarão apoio.

(C) É um procedimento que implica em uma restrição da capacidade civil do autor do pedido, seja com relação à sua pessoa, seja com relação aos seus bens.

(D) Os apoiadores da pessoa com deficiência serão por ela indicados, com observância do rol previsto no artigo 1.775 do Código Civil e passarão a representá-la nos atos da vida civil.

76. No que concerne à deserção e à exclusão por indignidade, é correto afirmar:

(A) na exclusão por indignidade, os fatos que a fundamentam não podem ser posteriores à morte do autor da herança.

(B) se a deserção não se concretizar por ser nulo o testamento que a contempla, e a causa invocada pelo testador for causa também de exclusão por indignidade, poderá ser proposta ação para exclusão do herdeiro indigno.

(C) a deserção e a exclusão por indignidade atingem herdeiros necessários e testamentários.

(D) todos os motivos que ensejam a deserção configuram causas que servem de fundamento para a exclusão por indignidade.

77. A substituição compendiosa é

(A) a concorrência da substituição ordinária e da substituição recíproca.

(B) aquela em que o testador determina que certa parte de seu patrimônio ou um ou mais bens dele destacado fiquem sob a confiança de um herdeiro instituído, sobre o qual pesará a obrigação de transmitir o conteúdo da deixa testamentária a um outro herdeiro ou legatário.

(C) aquela em que o testador designa vários substitutos simultâneos ao herdeiro instituído.

(D) a concorrência da substituição vulgar e da substituição fideicomissária.

78. Pompeu era solteiro, não vivia em união estável e faleceu sem deixar ascendentes ou descendentes e testamento. Entretanto, deixou um tio materno, dois irmãos germanos, um irmão unilateral e um sobrinho – filho de um irmão unilateral premorto. O acervo hereditário corresponde ao montante em pecúnia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nesse caso, assinale a alternativa correta referente à divisão do acervo hereditário.

(A) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o sobrinho R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

(B) Cada um dos irmãos e o tio materno receberão, respectivamente, R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

(C) Cada um dos irmãos receberá um quinhão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

(D) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o tio materno e o sobrinho receberão, respectivamente, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada um.

79. O silêncio circunstanciado

(A) é vedado no ordenamento jurídico pátrio.

(B) implica na ausência de vontade e, por via de consequência, na inexistência do negócio jurídico.

(C) pode produzir efeitos jurídicos.

(D) ocorre quando o declarante omite sua vontade real ao celebrar um negócio jurídico.

80. Com relação à posse, é correto afirmar:

(A) a posse não pode ser adquirida por representante do possuidor ante a necessidade de atos materiais de apreensão da coisa.

(B) posse precária é a exercida de forma velada, sem publicidade, não ostensiva.

(C) mesmo tendo o possuidor de boa-fé tomado conhecimento inequívoco da existência de vício na aquisição de sua posse, esta permanece de boa-fé, em consideração ao momento de sua aquisição.

(D) a denominada posse violenta tem natureza jurídica de detenção.

81. Com relação ao usufruto, é correto afirmar:

(A) o usufruto não pode ter por objeto bens consumíveis ou fungíveis.

(B) o direito de usufruto não pode ser adquirido por usucapião.

(C) no usufruto simultâneo ou conjuntivo, o direito de acrescer entre os usufrutuários, ocorrendo o falecimento de um deles, depende de estipulação expressa.

(D) o exercício do usufruto é impenhorável.

82. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

- (A) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
- (B) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
- (C) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
- (D) há perda da propriedade.

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência

- (A) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
- (B) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
- (C) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
- (D) encerra a noção do vínculo real a que se prende.

84. Com relação ao instituto da representação, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação pode ter origem na lei ou na manifestação de vontade do representado.
- (B) A representação também ocorre no caso da entrega de um documento por um colaborador, no qual o interessado haja declarado sua vontade.
- (C) A representação legal pressupõe uma declaração de vontade unilateral do representado.
- (D) A extinção da representação voluntária ou convencional por ato unilateral do representante é denominada revogação.

85. O ato da criação de uma obrigação com a finalidade de extinguir uma obrigação antiga encerra:

- (A) Novação.
- (B) Transação.
- (C) Imputação em pagamento.
- (D) Compensação.

86. Com relação à mora, é correto afirmar:

- (A) havendo retardo no cumprimento da obrigação, sempre estará caracterizada a mora.
- (B) o cumprimento integral e tempestivo da obrigação pode configurar mora na hipótese de o devedor, culposamente, cumprir a obrigação fora do lugar ou de forma diversa do estabelecido.
- (C) por regra de boa-fé objetiva, a purgação da mora sempre é possível, ainda que a prestação seja inútil ao credor.
- (D) o instituto da mora não se aplica ao credor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Analise as afirmações a seguir em relação às normas fundamentais do processo civil.

I - Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito, justa e efetiva.

II - As partes têm o direito de obter em tempo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

III - O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, excetuando as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

IV - Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

88. É correto afirmar que

- (A) o adquirente da coisa litigiosa sucede a parte alienante no processo, independentemente do consentimento da parte contrária.
- (B) o Juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel.
- (C) em ação que verse sobre direito real imobiliário, basta a citação de um dos cônjuges, se casados sob o regime de comunhão parcial de bens.
- (D) não é cabível requerimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento.

89. Sobre os atos processuais, é correto afirmar:

- (A) poderão ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- (B) serão realizados em dias úteis, das 6h às 22h.
- (C) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.
- (D) as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se, desde que com autorização judicial, no período de férias forenses, onde houver, e nos feriados.

90. Sobre as ações de despejo decorrentes de locação de imóvel residencial urbano, é correto afirmar que

(A) se fundadas em falta de pagamento, caberá liminar para desocupação se o contrato trazer somente a fiança como garantia.

(B) a execução provisória do despejo por infração legal ou contratual dependerá de caução, real ou fidejussória, não inferior a seis meses nem superior a doze meses do aluguel.

(C) devem sempre estar instruídas com a prova da propriedade do imóvel ou do compromisso, ainda que seja por denúncia vazia.

(D) é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.

DIREITO PENAL

91. É causa impeditiva da prescrição

(A) o início ou continuação do cumprimento da pena.

(B) a reincidência.

(C) o recebimento da denúncia ou da queixa.

(D) o cumprimento da pena, pelo agente, no estrangeiro.

92. No roubo, a pena é aumentada

(A) se o agente comete o crime sob coação a que podia resistir.

(B) se o agente, ao tempo da ação, se encontrava em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

(C) se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

(D) durante o repouso noturno.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. A prisão preventiva poderá ser decretada

(A) para assegurar a aplicação da lei penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.

(B) por conveniência da instrução criminal, nos crimes dolosos ou culposos.

(C) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

(D) como garantia da ordem pública, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 (dois) anos.

DIREITO COMERCIAL

94. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a

(A) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

(B) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

(C) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

(D) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

95. Na sociedade limitada, os poderes do sócio, conferidos por ato separado, são

(A) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a, no mínimo, dois terços do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.

(B) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pela maioria de votos dos presentes, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.

(C) irrevogáveis, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.

(D) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.

96. Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de embarcação sujeita a registro, serão feitos por

(A) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.

(B) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.

(C) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.

(D) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.

97. O portador do cheque

(A) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

(B) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

(C) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

(D) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

98. O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de
- (A) 3/4 (três quartos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (B) 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (C) metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (D) 2/3 (dois terços) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

99. No Registro Público Empresarial,

- (A) a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de 05 (cinco) anos consecutivos, deverá comunicar à Junta Comercial que deseja se manter em funcionamento.
- (B) as procurações e os atos levados a arquivamento nas Juntas Comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.
- (C) expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, a proteção ao nome empresarial caducará no prazo de 05 (cinco) anos.
- (D) as alterações contratuais poderão ser efetuadas por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.

CONHECIMENTOS GERAIS

100. Dentre as minorias étnico-religiosas perseguidas e massacradas mais recentemente ao redor do mundo, destacam-se os rohingyas. Esse conflito ocorre
- (A) no Brunei, e os rohingyas fogem para a Indonésia.
 - (B) na Indonésia, e os rohingyas fogem para a Malásia.
 - (C) em Mianmar, e os rohingyas fogem para Bangladesh.
 - (D) na Somália, e os rohingyas fogem para a Etiópia.

Versão 3 (GABARITO)

1 - C	2 - B	3 - C	4 - A	5 - C	6 - C	7 - D	8 - A	9 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - C	14 - D	15 - A	16 - B	17 - D	18 - A	19 - C	20 - B
21 - C	22 - B	23 - A	24 - D	25 - D	26 - D	27 - B	28 - C	29 - A	30 - C
31 - D	32 - B	33 - A	34 - C	35 - C	36 - D	37 - B	38 - A	39 - A	40 - D
41 - B	42 - A	43 - C	44 - B	45 - C	46 - C	47 - D	48 - B	49 - A	50 - C
51 - B	52 - D	53 - C	54 - A	55 - B	56 - D	57 - C	58 - B	59 - D	60 - A
61 - D	62 - B	63 - C	64 - A	65 - D	66 - B	67 - A	68 - B	69 - C	70 - B
71 - D	72 - B	73 - C	74 - A	75 - A	76 - B	77 - D	78 - A	79 - C	80 - D
81 - C	82 - D	83 - B	84 - A	85 - A	86 - B	87 - C	88 - B	89 - A	90 - D
91 - D	92 - C	93 - C	94 - A	95 - D	96 - B	97 - A	98 - B	99 - D	100 - C

VERSÃO 4

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

01. De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, o cadastramento e a prestação de serviços de apostilamento pelas serventias notariais e de registro são obrigatórios
- (A) em todas as serventias.
 - (B) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, com possibilidade de dispensa por motivos justificados, e facultativos no interior.
 - (C) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal e facultativos no interior.
 - (D) em todas as serventias, com possibilidade de dispensa por motivos justificados.
02. Nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002, o limite de receita bruta para fins de suplementação da receita mínima das serventias deficitárias é equivalente a
- (A) 13 (treze) salários-mínimos mensais.
 - (B) 15 (quinze) salários-mínimos mensais.
 - (C) 12 (doze) salários-mínimos mensais.
 - (D) 10 (dez) salários-mínimos mensais.
03. De acordo com as Notas Explicativas da Tabela de Emolumentos relativa ao Registro de Títulos e Documentos, anexa à Lei Estadual nº 11.331/2002, a base de cálculo do registro de contrato de locação de imóvel com duração de 30 (trinta) meses será equivalente
- (A) a um terço do valor do imóvel.
 - (B) ao valor do imóvel.
 - (C) ao valor total do contrato, calculado com base no valor do primeiro aluguel.
 - (D) à soma dos 12 (doze) primeiros alugueres.

04. No Estado de São Paulo, a execução de atividades fora das dependências das serventias notariais e de registro pela modalidade de teletrabalho é

- (A) vedada.
- (B) admitida para o titular e seus prepostos, independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (C) admitida somente para os prepostos.
- (D) admitida para o titular e seus prepostos, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.

05. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a apresentação a protesto do crédito referente a contribuições de condomínio edilício deve ser feita perante o Tabelião do

- (A) local da unidade condominial ou do domicílio do devedor.
- (B) domicílio do devedor.
- (C) local da unidade condominial.
- (D) local indicado para o ato pela assembleia dos condôminos.

06. Devedor microempresário efetua pagamento de título no tabelionato de protesto com cheque de sua emissão. Comprovada a devolução do cheque, sem a devida provisão de fundos (alínea 11), no décimo segundo dia útil seguinte, o Tabelião

(A) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano, salvo na hipótese de pagamento em dinheiro, pelo devedor, dentro do referido prazo.

(B) informará ao apresentante sobre o decurso de prazo para eventuais reclamações, restituindo imediatamente o cheque ao apresentante.

(C) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.

(D) lavrará o protesto no mesmo dia e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.

07. Assinale a alternativa correta.

(A) O termo de protesto especial para fins falimentares deve indicar o nome completo de quem recebeu a intimação, salvo se realizada por edital.

(B) O deferimento do processamento de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados com o requerente do benefício legal.

(C) Os termos de protesto para fins falimentares, de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar, são lavrados em livro especial.

(D) O protesto especial para fins falimentares poderá ser lavrado na praça de pagamento ou na circunscrição do principal estabelecimento do devedor.

08. Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, uma vez apresentada ao Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas apenas uma via do documento original do ato constitutivo, caso seja adotado sistema de microfilmagem na serventia, o registrador

(A) protocolará o documento e entregará nota devolutiva com a exigência de apresentação de outra via.

(B) sobrestará o registro, depois de protocolado o documento, e notificará o requerente para que apresente outra via original no prazo de 20 (vinte) dias, consignando que, depois de findo o prazo, o registro somente produzirá efeitos a partir da data da reapresentação.

(C) promoverá o registro e arquivará essa via na serventia, facultando-se a expedição de certidão ao usuário.

(D) promoverá o registro e devolverá essa via para o apresentante, após o registro.

09. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, exige-se, em regra, visto de advogado nos atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das pessoas jurídicas. Em determinadas hipóteses, no entanto, essa providência pode ser dispensada para

- (A) associações.
- (B) fundações de direito privado.
- (C) organizações religiosas.
- (D) sociedades simples.

10. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, no Registro de Títulos e Documentos, o Livro designado sob a letra "E" é

- (A) específico para registro de documentos para fins de mera conservação.
- (B) específico para registro de documentos eletrônicos.
- (C) o indicador real.
- (D) o indicador pessoal.

11. Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça preveem a averbação do resultado, positivo ou negativo, da notificação decorridos

- (A) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (B) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (C) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (D) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.

12. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o registro que dá origem a uma notificação

(A) somente será efetivado após o cumprimento da diligência ou a certificação da impossibilidade de sua realização.

(B) considera-se perfeito, independentemente da averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.

(C) somente será efetivado após o cumprimento da diligência, elaborando-se nota devolutiva caso não seja possível sua realização.

(D) considera-se pendente até a averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.

13. Em relação ao Livro nº 1 – Protocolo do registro de imóveis, é correto afirmar que
(A) é dispensável a indicação do horário no termo diário de abertura do Protocolo, limitando-se a obrigatoriedade apenas à indicação da data.

(B) em caso de escrituração por sistema informatizado, as anotações relativas aos atos formalizados no dia serão feitas no próprio termo de encerramento diário quando não houver possibilidade de serem lançados na coluna própria.

(C) as escrituras públicas e os instrumentos particulares deverão ser identificados de acordo com a sua espécie (compra e venda, doação, compromisso de compra e venda, etc.) na coluna correspondente à natureza formal do título.

(D) quando não adotados mecanismos informatizados, o controle da tramitação simultânea de títulos contraditórios ou excludentes será feito por meio de fichas, que serão inutilizadas à medida em que os títulos correspondentes forem registrados ou cessarem os efeitos da prenotação.

14. Em relação à cobrança das prestações vencidas do contrato de alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que

(A) a intimação será feita pessoalmente ao fiduciante, ou ao seu representante legal ou procurador regularmente constituído, exceto nos casos de suspeita motivada de ocultação ou quando se encontrar em lugar ignorado, incerto ou inacessível, hipóteses em que a intimação será, respectivamente, feita por hora certa ou por edital.

(B) não cabe ao oficial de registro de imóveis fazer a intimação por hora certa, caso em que o credor fiduciário deverá requerê-la por via judicial.

(C) quando o fiduciante for domiciliado em comarca diversa à da situação do imóvel, a intimação deverá ser sempre feita pelo oficial de registro de títulos e documentos da comarca do domicílio de quem deva recebê-la.

(D) nos condomínios edifícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários com controle de acesso, a intimação poderá ser feita ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento da correspondência.

15. Com referência ao crédito imobiliário, tendo como garantia a alienação fiduciária de um determinado imóvel, assinale a alternativa correta.

(A) A Cédula de Crédito Imobiliário, quando não escritural, deverá ser emitida concomitantemente ao contrato de alienação fiduciária, devendo ainda ser subscrita pelo devedor fiduciante.

(B) Na hipótese de emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, quando em forma escritural, todas as transferências deverão ser averbadas na matrícula, com a finalidade de se manter a continuidade nas sucessões dos direitos.

(C) O credor fiduciário, mesmo não sendo instituição financeira, poderá emitir Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa desse crédito.

(D) Sendo o credor fiduciário uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, poderá optar pela emissão de Letra de Crédito Imobiliário ou de Cédula de Crédito Imobiliário representativa desse crédito, implicando a transferência de qualquer um deles na automática transmissão da respectiva garantia ao cessionário, que ficará sub-rogado em todos os direitos decorrentes do referido crédito.

16. A respeito do registro do loteamento em que a área a ser loteada estiver situada em duas circunscrições imobiliárias, é correto afirmar:

(A) poderá ser requerido simultaneamente ou sequencialmente, mas, somente após o registro em ambas as circunscrições, será o loteamento considerado registrado.

(B) quando já estiver realizado em uma das circunscrições, mas vier a ser indeferido na outra, o registro já efetuado deverá ser cancelado, mesmo que o motivo se limite à área situada sob competência sua.

(C) deverá ser requerido simultaneamente em ambas as circunscrições.

(D) deverá ser requerido, primeiro, naquela em que estiver situada a maior parte da área, e, enquanto não realizado o registro, não poderá ser prenotado o mesmo pedido na outra circunscrição.

17. Na retificação extrajudicial da descrição do imóvel urbano, em que houver modificação das medidas perimetrais, em relação aos confrontantes que não manifestaram a anuência na planta,

(A) deverão todos ser notificados.

(B) independentemente de sua notificação, quando requerido pelo adquirente do imóvel, deverá ser notificado o proprietário tabular mesmo quando apresentado o título aquisitivo.

(C) deverão ser notificados apenas aqueles das divisas alcançadas pelas alterações.

(D) a necessidade de sua notificação deverá ser aferida pelo oficial, inclusive a municipalidade deverá ser sempre notificada na falta de seu consentimento na planta.

18. Em relação à incorporação imobiliária, é correto afirmar que

(A) uma vez averbada a desistência da incorporação no registro de imóveis, diante de sua publicidade, é facultativo ao incorporador comunicar o fato aos eventuais adquirentes.

(B) o registro da hipoteca do terreno vinculada ao financiamento das obras é fato que caracteriza a concretização da incorporação.

(C) havendo o registro de escritura definitiva de compra e venda de fração ideal de terreno vinculada à futura unidade autônoma, o incorporador não mais poderá desistir do empreendimento, mesmo estando ainda no período de carência.

(D) o prazo de carência, dentro do qual é permitido ao incorporador desistir do empreendimento, é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma só vez por igual período.

19. Assinale a alternativa correta relativa à escritura de pacto antenupcial, já registrada no livro nº 3 do registro de imóveis do primeiro domicílio do casal, em caso de mudança deste para outra comarca.

(A) Não poderá ser novamente registrada, por ser vedada a duplicidade de registros do mesmo título.

(B) A requerimento das partes poderá ser registrada na circunscrição imobiliária do novo domicílio.

(C) O novo registro é obrigatório em razão da necessária publicidade do regime de bens do casal em relação a terceiros, no caso de existirem imóveis registrados em nome de um dos cônjuges.

(D) Somente poderá ser registrada novamente em caso de a mudança ser para outra unidade da federação.

20. Na incorporação, cisão ou fusão de sociedades, o ato a ser praticado na matrícula do imóvel de titularidade da empresa sucedida será

- (A) de averbação do ato societário nas três hipóteses, por ser essa a forma determinada em lei.
- (B) de averbação do ato societário na hipótese de incorporação e de registro na cisão ou fusão.
- (C) de registro do ato societário na hipótese de incorporação e de averbação na cisão ou fusão.
- (D) de registro do ato societário nos três casos, em razão de ter ocorrido a sucessão de direitos e obrigações e consequente

transmissão do domínio do imóvel da empresa sucedida para a sucessora.

21. Em relação à imissão provisória de posse em processo de desapropriação judicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Por ser ato meramente processual, não há previsão de ingresso no registro.
- (B) Somente quando se tratar de implementação de projetos habitacionais ou de regularização fundiária, em área urbana ou de expansão urbana, poderão ser unificados dois ou mais imóveis, mesmo quando imitidos em favor do expropriante em processos distintos; todavia, a unificação não poderá abranger imóvel contíguo, cuja propriedade já tenha sido adquirida pelo mesmo expropriante.
- (C) Por se tratar de ato de transmissão de posse e não de propriedade, a mesma não poderá ser objeto de registro, mas tão somente de averbação.
- (D) Quando houver expressa concordância do expropriado, ela pode ser registrada na matrícula, como aquisição do domínio pelo expropriante, mesmo em caso de contestação do valor ofertado como indenização.

22. Em relação à certidão do registrador de imóveis expedida em formato eletrônico, é correto afirmar que

- (A) qualquer oficial de registro de imóveis, integrante da central de registradores de imóveis do Estado de São Paulo, poderá materializar certidão em papel de segurança com base em certidão eletrônica fornecida por outro registrador integrante da mesma central.
- (B) o fornecimento de certidão no formato eletrônico depende de autorização do juiz corregedor permanente, a quem cabe verificar se a serventia está apta à prestação desse tipo de serviço.
- (C) poderá ser disponibilizada para *download*, desde que seja por meio da central de serviços compartilhados ou por meio de *site* próprio da serventia, aprovada pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (D) poderá ser postada pelo oficial, via correio eletrônico, diretamente ao solicitante.

23. O registro da hipoteca judiciária na matrícula do imóvel poderá ser feito

- (A) somente por meio de mandado judicial, em decorrência da concessão de tutela de urgência.
- (B) somente por meio de mandado judicial, em procedimento de cumprimento de sentença condenatória de pagamento de quantia certa transitada em julgado.
- (C) por meio de carta de sentença extraída de processo, contendo condenação do réu a pagar quantia certa e com a comprovação do seu trânsito em julgado.
- (D) mediante apresentação da cópia da sentença que condenar o réu a pagar quantia em dinheiro, mesmo que genérica, ou ainda de conversão em pecúnia, de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa, independentemente de mandado judicial, de comprovação de trânsito em julgado ou de outra declaração expressa do juiz.

24. Considerando as particularidades entre os registros e as averbações, é correto afirmar que serão registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais

- (A) as interdições, os traslados de assentos lavrados no estrangeiro e em consulados brasileiros e a sentença que determinar a extinção do poder familiar.
- (B) os nascimentos, as conversões das uniões estáveis em casamento e as emancipações.
- (C) os óbitos, as opções de nacionalidade e os atos que reconhecerem a filiação.
- (D) os casamentos, as sentenças declaratórias de ausência e morte presumida e a nomeação de tutor.

25. Tendo em vista as peculiaridades do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar, em relação ao expediente regulamentar, que

- (A) quando a celebração do casamento for em edifício particular, ficará este de portas abertas durante o ato, sendo defeso em lei a sua realização após às vinte e duas horas.
- (B) se considera válido o ato lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.
- (C) os mandatos atinentes às sentenças que constituirão vínculo de adoção, que não forem registrados até a hora de encerramento dos serviços, terão o seu cumprimento, obrigatoriamente, adiado para o dia útil seguinte, a fim de garantir a sua publicidade.
- (D) será nulo o ato lavrado em feriado, uma vez que a prática evidencia o desrespeito a uma das solenidades essenciais para sua validade.

26. Levando em conta a escrituração dos livros pertencentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de uso de livro próprio destinado ao transporte de anotações e averbações, deverá o Registrador Civil escriturar as respectivas remissões junto aos assentos originários.
- (B) Se as circunstâncias exigirem a presença de testemunhas nos assentos, estas devem satisfazer as condições exigidas pela lei civil, não sendo admitidos os parentes do registrando.
- (C) Os assentos serão escriturados seguidamente, em sequência cronológica de declarações, não sendo obrigatória a utilização de número de ordem para cada um deles.
- (D) É vedada a utilização de transporte para as averbações destinadas aos reconhecimentos de filiação.

27. De acordo com a disciplina que envolve o registro de nascimento, é correto afirmar que
- (A) poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, sendo que o sobrenome da família materna deverá anteceder ao da linha paterna.
 - (B) o evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano não faz operar a atração da competência do assento de nascimento para o mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição para lavrar o óbito.
 - (C) em caráter de exceção, permite-se a lavratura do assento em local diverso da ocorrência do parto ou da residência dos pais, sob a conjuntura do evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano.
 - (D) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante o implemento de despacho do juiz corregedor permanente.

28. A respeito da Declaração de Nascido Vivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil, a omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
- (B) O assento de nascimento deverá conter o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo.
- (C) No registro de nascimento de criança com menos de 03 (três) anos de idade, nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira, a Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo Oficial de Registro Civil que lavrará o assento de nascimento e será assinada também pelo declarante, dispensada a comunicação do ato ao Ministério Público.
- (D) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo representa uma das formas legais de presunção da paternidade, entretanto, será qualificada como ineficaz, diante de negativa expressa da mãe na oportunidade do registro.

29. No assento de nascimento, far-se-á referência:

- (A) no caso de filhos havidos fora do casamento, ao estado civil dos pais.
- (B) no caso de irmãos bilaterais não gêmeos, mas registrados na mesma ocasião, à respectiva ordem de nascimento em cada um dos assentos.
- (C) ao número de inscrição, perante o Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, daquele cujo assento se lavra.
- (D) no caso de não comparecimento do pai, à indicação minuciosa dos dados relativos ao casamento deste com a mãe, desde que a filiação se presuma concebida na constância do matrimônio.

30. No âmbito administrativo, é correto afirmar que

- (A) o reconhecimento da paternidade por absolutamente incapaz ou pessoa com deficiência que não puder exprimir sua vontade, qualquer que seja a causa, poderá ser efetivado diretamente perante o serviço de registro civil, observando-se as regras concernentes à representação, facultada, ainda, a intervenção individual de curador ou apoiador.
- (B) a averbação do reconhecimento será concretizada na serventia em que foi lavrado o assento de nascimento, independentemente da manifestação do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente, mas com a anuência escrita do filho maior, cuja falta ou impossibilidade de manifestação válida, implicará na apreciação do caso diretamente pelo Registrador Civil responsável.
- (C) o filho menor poderá ser reconhecido, mesmo sem a anuência escrita da mãe, condicionado, nesse caso, à manifestação favorável do Ministério Público.
- (D) o reconhecimento espontâneo do filho, pelo relativamente incapaz, poderá ser realizado independentemente da assistência de seus pais, tutor, curador ou apoiador.

31. A respeito do procedimento de registro tardio de nascimento, deverá o Registrador Civil processante

- (A) lavrar o assento de nascimento sem a indicação de filiação, nas hipóteses em que não se verificarem os reconhecimentos espontâneos por parte dos genitores.
- (B) quando ausente a identificação dos genitores, indeferir a adoção do sobrenome indicado pelo registrando.
- (C) lavrar o assento de nascimento com o estabelecimento da filiação materna e paterna, na hipótese de requerimento formulado pelo próprio registrando, mesmo sem anuência dos apontados pais.
- (D) nos casos em que os genitores forem absolutamente desconhecidos, lançar no respectivo assento os nomes fictícios de pai e de mãe.

32. Sobre o casamento, é correto afirmar que

- (A) o casamento pode celebrar-se mediante procuração com eficácia limitada ao prazo de 90 (noventa) dias, por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- (B) a escritura de pacto antenupcial deverá ser anexada aos autos da habilitação, devendo constar do respectivo assento de casamento somente a menção de sua existência, vedada a indicação do cartório em cujas notas foi lavrada.
- (C) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.
- (D) a dispensa dos proclamas, nos casos previstos em lei, será submetida à decisão do Registrador Civil processante, com a audiência obrigatória do Ministério Público.

33. Sobre o casamento religioso para efeitos civis, é correto afirmar que

- (A) apresentado o termo do casamento religioso para fins de registro, o Registrador Civil deverá formalizar a lavratura do ato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (B) o registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de 90 (noventa) dias de sua realização, desde que previamente certificada a habilitação. Expirado o prazo, ainda que se proceda a nova habilitação, o registro não poderá mais ser autorizado.
- (C) o casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil jamais poderá ser registrado.
- (D) o registro no Livro B-Auxiliar produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.

34. A propósito da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se admite, para fins de registro, a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo.
- (B) O assento de conversão da união estável em casamento será lavrado imediatamente após a celebração do matrimônio, com expressa indicação da data do início de seu estabelecimento.
- (C) O processo de habilitação se desenvolve sob o mesmo rito previsto para o casamento, devendo constar dos editais que se trata de conversão, seguindo-se a lavratura do respectivo assento independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente, prescindindo o registro da celebração do matrimônio.
- (D) A união estável poderá converter-se em casamento mediante pedido dos companheiros ao Juiz Corregedor Permanente, independentemente de prévia habilitação para o casamento.

35. Em relação ao registro de óbito, assinale a proposição verdadeira.

- (A) O registro de óbito após o prazo legal e o registro de óbito de cadáver destinado ao estudo e pesquisa, por escola de medicina, dependem, obrigatoriamente, da autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (B) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública, sendo desnecessário que o atestado seja firmado por um médico legista.
- (C) A competência para a lavratura do assento de óbito é exclusiva do Registro Civil do lugar do falecimento.
- (D) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, vedada a atribuição de nome ao registrado.

36. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, leia as afirmações a seguir com relação ao inventário extrajudicial:

- I - é possível a sua promoção por cessionários de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.
 - II - é obrigatória a nomeação de inventariante extrajudicial na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio com poderes de inventariante, no cumprimento das obrigações ativas ou passivas pendentes, observando-se a ordem prevista na legislação processual civil.
 - III - para a lavratura de escritura de nomeação de inventariante, será obrigatória a apresentação dos documentos previstos no item 114, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (partes e respectivos cônjuges devem estar nomeados e qualificados: nacionalidade, profissão, idade, estado civil, regime de bens, data do casamento, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, número do documento de identidade; número de inscrição no CPF/MF, domicílio e residência).
- A partir da análise, assinale a alternativa com afirmações corretas.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (B) I e III estão corretas.
 - (C) II e III estão corretas.
 - (D) I e II estão corretas.

37. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis

- (A) de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) de valor superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) quando o valor da transação for superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) quando o valor da transação for superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

38. Conforme as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, ao Tabelião de Notas é facultado lavrar os atos notariais

- (A) apenas nos dias e horários definidos por meio de Portaria do Juiz Corregedor Permanente, que atenderá às peculiaridades locais e ao mínimo de seis horas de atendimento ao público.
- (B) nos dias e horários definidos por Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, que atenderá às necessidades e peculiaridades locais e ao mínimo de oito horas de atendimento ao público.
- (C) fora do horário e dos dias estabelecidos na Portaria do Juiz Corregedor Permanente para o atendimento ao público, salvo expressa proibição motivada pelo Juiz Corregedor Permanente, a ser submetida à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.
- (D) nos dias úteis, assim considerados aqueles nos quais há expediente forense no Foro Judicial de 1ª e 2ª Instâncias do Estado de São Paulo.

39. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas deve, antes da lavratura de quaisquer atos notariais, conferir as procurações e verificar o prazo de validade da certidão, que não poderá exceder a

- (A) 30 (trinta) dias, se lavrada no Brasil, e 60 (sessenta) dias, se lavrada no exterior.
- (B) 90 (noventa) dias.
- (C) 30 (trinta) dias.
- (D) 60 (sessenta) dias.

40. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, antes da lavratura de atos notariais relacionados a direitos de natureza patrimonial ou negocial, praticados por pessoa em situação de curatela, ou em nome de pessoa com deficiência, por seus eventuais apoiadores, o Tabelião de Notas deve exigir

- (A) alvará e certidão de inscrição da sentença declaratória da interdição.
- (B) termo de curatela, sentença declaratória da interdição e o termo de nomeação do curador.
- (C) alvará, termo de curatela ou termo de acordo de decisão apoiada.
- (D) certidão de nascimento atualizada, alvará e termo de curatela.

41. Na escrituração dos livros de notas, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, são vedadas

(A) as entrelinhas, mas permitidas as emendas para a correção de erros e as notas marginais para inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(B) as entrelinhas e as notas marginais, mas permitidas as emendas para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(C) as emendas e as entrelinhas, mas permitidas as notas marginais para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(D) as emendas, as entrelinhas e as notas marginais, mesmo para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

42. No Estado de São Paulo, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, nos inventários extrajudiciais,

(A) apenas os ônus reais incidentes sobre os imóveis impedem a lavratura da escritura pública; os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) não impedem a lavratura da escritura pública.

(B) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais (certidões positivas fiscais municipais) não impedem a lavratura da escritura pública; apenas os débitos tributários da Receita Federal (certidões positivas fiscais federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(C) os ônus incidentes sobre os imóveis não impedem a lavratura da escritura pública; mas os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(D) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

43. Sobre a lavratura de escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) não é necessário constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no Registro Civil do assento de casamento, para a averbação devida.

(B) as escrituras públicas serão levadas a registro no Livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais.

(C) as partes devem declarar ao Tabelião que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico, ou, ao menos, que não tenham conhecimento sobre essa condição.

(D) na partilha em que houver transmissão de propriedade individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual de patrimônio comum, está dispensada a comprovação do recolhimento de tributo eventualmente devido sobre a fração transferida.

44. Sobre as cartas de sentença notariais, e nos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Paulo, é correto afirmar:

(A) o Tabelião fará a autenticação de cada cópia extraída dos autos do processo judicial, atendidos os requisitos referentes à prática desse ato, exceto a aposição de selos de autenticidade, que poderá ser feita uma única vez.

(B) a carta de sentença deverá ser formalizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação do interessado e da entrega dos autos originais do processo judicial, ou do acesso ao processo judicial eletrônico.

(C) o termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença; e serão consideradas 02 (duas) certidões para fins de cobrança de emolumentos.

(D) as peças instrutórias das cartas de sentença deverão ser extraídas dos autos judiciais originais, ou do processo judicial eletrônico, conforme o caso.

45. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) a ata notarial é a narração objetiva, fiel e detalhada de fatos jurídicos presenciados ou verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas.

(B) a ata notarial deverá conter a assinatura do solicitante e das testemunhas.

(C) é dispensado o arquivamento dos documentos apresentados para a lavratura da ata notarial.

(D) não é possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Sobre o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que

(A) o seu exercício se dá por via de exceção, ou seja, qualquer interessado poderá suscitar a inconstitucionalidade, em qualquer processo e em qualquer juízo.

(B) se dá pela arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição, de competência do Supremo Tribunal Federal.

(C) se dá pelo veto jurídico de projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, pela Presidência da República.

(D) decorre do ajuizamento da ação direta de constitucionalidade genérica, por qualquer cidadão.

47. De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

(A) Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equiparação dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.

(B) A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

(C) A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.

(D) O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.

48. São agentes administrativos os
- (A) militares e os vereadores municipais.
 - (B) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.
 - (C) senadores, os deputados e os juízes.
 - (D) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.

49. A respeito do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) um quinto dos Ministros é composto, em partes iguais, de advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e Distrital, alternadamente.
- (B) dois quintos dos Ministros é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.
- (C) os Ministros são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de quarenta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.
- (D) um terço dos Ministros é composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça.

50. A respeito da Ordem Econômica e Financeira estabelecida na Constituição da República, assinale a resposta correta.

- (A) Aquele que possuir como sua área de terra, em zona rural, não superior a quarenta hectares, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel rural ou urbano.
- (B) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, na forma da lei.

51. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nas seguintes hipóteses:

- (A) no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.
- (B) no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- (C) para restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções da natureza.
- (D) para restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, e no caso da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

52. Sobre os direitos dos índios, dispõe a Constituição da República:

- (A) as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, salvo por deliberação do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades locais, ficando-lhes assegurada participação no resultado.
- (B) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, das jazidas e dos demais recursos minerais, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (D) é vedada toda e qualquer exploração dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.

53. Os denominados direitos fundamentais de terceira geração

- (A) são de titularidade coletiva.
- (B) consagram o princípio da isonomia.
- (C) correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais.
- (D) tutelam a integridade física e moral.

54. A respeito das Constituições brasileiras, é correto afirmar:

- (A) a Constituição Federal de 1946 é classificada como dirigente, pois associada a determinada corrente ideológica.
- (B) a Constituição Federal de 1824 previa normas de organização social.
- (C) a Constituição Federal de 1934 não seguiu o modelo de constituição política, econômica e social.
- (D) a Constituição Federal de 1937 é classificada como semântica, pois atuou como simples instrumento de estabilização do Poder, sem o escopo de organizá-lo ou limitá-lo.

55. No que tange à cláusula de supranacionalidade, é correto afirmar que

- (A) implica na perda da nacionalidade brasileira, decorrente do cancelamento da naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (B) ela consubstancia um dos fundamentos para a concessão de asilo político.
- (C) por meio dela, tratados internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, ingressam na ordem interna como normas superiores ou de igual hierarquia à Constituição Federal.
- (D) não é admitida em nosso ordenamento jurídico, pois viola o princípio constitucional da soberania.

56. Assinale a alternativa que é conforme ao regime jurídico administrativo.

- (A) O regime jurídico administrativo concede prerrogativas à Administração similares às existentes no regime de direito privado.
- (B) Para a satisfação de interesses coletivos, a Administração é impedida de limitar o exercício de direitos individuais.
- (C) A lei encerra o pressuposto, fundamento e limite da atividade administrativa.
- (D) A Administração pode renunciar ao exercício de competências concedidas por lei.

57. A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em razão da hierarquia perante às Corregedorias Permanentes do Serviço Extrajudicial, pode

- (A) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes apenas para correlação de ilegalidades.
- (B) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes somente se houver interposição de recurso administrativo.
- (C) substituir o Juiz Corregedor Permanente e decidir diretamente a questão posta, desde que não seja de competência exclusiva daquele, por meio do instituto da delegação.
- (D) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes para correção de atos eivados de ilegalidade ou desconformes com a orientação administrativa e/ou precedentes administrativos da Corregedoria Geral da Justiça.

58. Quanto à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) encerra a extinção de um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.
- (B) seus efeitos são retroativos.
- (C) ocorre diante de razões de ilegalidade do ato administrativo.
- (D) pode envolver atos administrativos que já produziram todos os seus efeitos.

59. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos não comportam a possibilidade de uso privativo por particulares.
- (B) Os bens públicos de uso especial não permitem oneração por meio de hipoteca.
- (C) A inalienabilidade do bem público é absoluta.
- (D) Os móveis das instalações físicas destinadas à prestação do serviço delegado extrajudicial de notas e registro são bens públicos.

60. A pena de perda da delegação imposta aos notários e registradores em processo administrativo disciplinar, em tramite perante a Corregedoria Permanente, no Estado de São Paulo, é aplicada

- (A) pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (B) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (C) pelo Corregedor Geral de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) pelo Juiz Corregedor Permanente.

61. Quanto ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) não há previsão legal de controle administrativo financeiro do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo.
- (B) o mandado de segurança e a ação popular são meios de controle judicial da Administração.
- (C) ao Poder Legislativo é vedado o controle sobre atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (D) o recurso administrativo não integra o controle administrativo da Administração.

62. No Estado de São Paulo, a competência para dar início ao exercício da delegação aos Notários e Oficiais de Registro é do

- (A) Corregedor Geral da Justiça.
- (B) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) Juiz Corregedor Permanente.
- (D) Governador do Estado.

63. A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

- (A) desconcentração do poder.
- (B) unificação de competências.
- (C) descentralização do poder.
- (D) reunião de competências.

64. Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.
- (B) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- (C) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.
- (D) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.

65. A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) supremacia do interesse público.
- (C) motivação.
- (D) publicidade.

66. A Constituição Federal veda que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se de limitação constitucional ao poder de tributar, conhecida por princípio da anterioridade.

Assinale a alternativa na qual consta um tributo que excepciona tal princípio.

- (A) Imposto sobre a propriedade rural.
- (B) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (C) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (D) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

67. Em relação à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis* e doação, é correto afirmar:

- (A) tratando-se de bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.
- (B) tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (C) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar estadual.
- (D) terá a competência regulada por lei estadual se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

68. De acordo com o Código Tributário Nacional,

- (A) está em conformidade com o conceito de tributo a noção de prestação pecuniária que constitua sanção de ato ilícito.
- (B) a lei tributária nova pode retroagir, quando for expressamente interpretativa, inclusive para aplicação de penalidade.
- (C) os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive para a definição dos respectivos efeitos tributários.
- (D) a obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

69. A respeito do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), assinale alternativa correta.

- (A) A base de cálculo do ITR é o valor da terra nua.
- (B) O ITR será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (C) O ITR não incide sobre o imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária.
- (D) Não há previsão constitucional para a progressividade do ITR.

70. Para fins de instituição e cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, o Código Tributário Nacional exige a implementação por parte do Poder Público Municipal de, pelo menos, dois melhoramentos ali elencados. Assinale a alternativa que contém 02 (dois) melhoramentos previstos no CTN.

- (A) Sistemas de esgotos sanitários e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição familiar.
- (B) Abastecimento de água e posto de saúde a uma distância mínima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.
- (C) Meio-fio ou calçamento, com ou sem canalização de águas pluviais, e abastecimento de água.
- (D) Sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância mínima de 05 (cinco) quilômetros do imóvel considerado.

71. A respeito do Imposto sobre Transmissão “Inter vivos” de bens imóveis – ITBI, é correto afirmar que

- (A) sua instituição compete ao Município onde se realiza a transmissão.
- (B) sua instituição compete ao Estado da situação do bem.
- (C) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (D) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

DIREITO CIVIL

72. Apresentado requerimento de habilitação para o casamento, constatou-se que o nubente contava com dezessete anos de idade, mas tinha sido emancipado, enquanto que a nubente possuía dezessete anos, porém estava sob tutela. Nesse caso hipotético, no que concerne à autorização para contrair matrimônio, deve o Oficial do Cartório de Registro Civil exigir autorização

- (A) do tutor da nubente ou ato judicial que a supra.
- (B) dos genitores da nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.
- (C) dos genitores do nubente emancipado, bem como de um curador especial nomeado para a nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.
- (D) dos genitores de ambos os nubentes ou ato judicial que a supra.

73. A presunção de paternidade dos filhos concebidos na constância do casamento, prevista no artigo 1.597 do Código Civil,

- (A) configura-se para os havidos a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários decorrentes de concepção artificial heteróloga.
- (B) é estabelecida para os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que haja prévia autorização do marido e mediante comprovação de que esse seja incapaz de procriar.
- (C) tem caráter absoluto em relação ao pai e relativo em relação a terceiros.
- (D) é estabelecida para os havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.

74. Tulio e Livia possuem, respectivamente, sessenta e cinquenta e quatro anos de idade e celebraram pacto antenupcial, no qual adotaram o regime da participação final nos aquestos. Convencionaram, nesse pacto, a dispensa da autorização conjugal para a livre disposição dos bens imóveis particulares. O referido pacto antenupcial é

- (A) válido.
- (B) ineficaz.
- (C) anulável.
- (D) nulo.

75. Assinale a alternativa correta a respeito da tomada de decisão apoiada.

(A) Os apoiadores da pessoa com deficiência serão por ela indicados, com observância do rol previsto no artigo 1.775 do Código Civil e passarão a representá-la nos atos da vida civil.

(B) É um procedimento que implica em uma restrição da capacidade civil do autor do pedido, seja com relação à sua pessoa, seja com relação aos seus bens.

(C) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar aos apoiadores que contra-assinem o contrato, especificando, por escrito, suas respectivas funções em relação ao apoiado.

(D) Antes da apreciação do pedido de tomada de decisão apoiada, é imprescindível a realização de perícia por equipe multidisciplinar, podendo ser dispensada, a critério do magistrado, a oitiva pessoal do requerente e das pessoas que lhe prestarão apoio.

76. No que concerne à deserdação e à exclusão por indignidade, é correto afirmar:

(A) na exclusão por indignidade, os fatos que a fundamentam não podem ser posteriores à morte do autor da herança.

(B) se a deserdação não se concretizar por ser nulo o testamento que a contempla, e a causa invocada pelo testador for causa também de exclusão por indignidade, poderá ser proposta ação para exclusão do herdeiro indigno.

(C) todos os motivos que ensejam a deserdação configuram causas que servem de fundamento para a exclusão por indignidade.

(D) a deserdação e a exclusão por indignidade atingem herdeiros necessários e testamentários.

77. A substituição compendiosa é

(A) aquela em que o testador determina que certa parte de seu patrimônio ou um ou mais bens dele destacado fiquem sob a confiança de um herdeiro instituído, sobre o qual pesará a obrigação de transmitir o conteúdo da deixa testamentária a um outro herdeiro ou legatário.

(B) aquela em que o testador designa vários substitutos simultâneos ao herdeiro instituído.

(C) a concorrência da substituição ordinária e da substituição recíproca.

(D) a concorrência da substituição vulgar e da substituição fideicomissária.

78. Pompeu era solteiro, não vivia em união estável e faleceu sem deixar ascendentes ou descendentes e testamento. Entretanto, deixou um tio materno, dois irmãos germanos, um irmão unilateral e um sobrinho – filho de um irmão unilateral premorto. O acervo hereditário corresponde ao montante em pecúnia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nesse caso, assinale a alternativa correta referente à divisão do acervo hereditário.

(A) Cada um dos irmãos e o tio materno receberão, respectivamente, R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

(B) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o sobrinho R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

(C) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o tio materno e o sobrinho receberão, respectivamente, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada um.

(D) Cada um dos irmãos receberá um quinhão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

79. O silêncio circunstanciado

(A) pode produzir efeitos jurídicos.

(B) é vedado no ordenamento jurídico pátrio.

(C) ocorre quando o declarante omite sua vontade real ao celebrar um negócio jurídico.

(D) implica na ausência de vontade e, por via de consequência, na inexistência do negócio jurídico.

80. Com relação à posse, é correto afirmar:

(A) posse precária é a exercida de forma velada, sem publicidade, não ostensiva.

(B) mesmo tendo o possuidor de boa-fé tomado conhecimento inequívoco da existência de vício na aquisição de sua posse, esta permanece de boa-fé, em consideração ao momento de sua aquisição.

(C) a denominada posse violenta tem natureza jurídica de detenção.

(D) a posse não pode ser adquirida por representante do possuidor ante a necessidade de atos materiais de apreensão da coisa.

81. Com relação ao usufruto, é correto afirmar:

(A) o direito de usufruto não pode ser adquirido por usucapião.

(B) no usufruto simultâneo ou conjuntivo, o direito de acrescer entre os usufrutuários, ocorrendo o falecimento de um deles, depende de estipulação expressa.

(C) o exercício do usufruto é impenhorável.

(D) o usufruto não pode ter por objeto bens consumíveis ou fungíveis.

82. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

(A) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

(B) há perda da propriedade.

(C) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

(D) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência

(A) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.

(B) encerra a noção do vínculo real a que se prende.

(C) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.

(D) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.

84. Com relação ao instituto da representação, assinale a alternativa correta.

(A) A representação também ocorre no caso da entrega de um documento por um colaborador, no qual o interessado haja declarado sua vontade.

(B) A extinção da representação voluntária ou convencional por ato unilateral do representante é denominada revogação.

(C) A representação pode ter origem na lei ou na manifestação de vontade do representado.

(D) A representação legal pressupõe uma declaração de vontade unilateral do representado.

85. O ato da criação de uma obrigação com a finalidade de extinguir uma obrigação antiga encerra:

(A) Transação.

(B) Compensação.

(C) Novação.

(D) Imputação em pagamento.

86. Com relação à mora, é correto afirmar:

(A) por regra de boa-fé objetiva, a purgação da mora sempre é possível, ainda que a prestação seja inútil ao credor.

(B) o instituto da mora não se aplica ao credor.

(C) havendo retardo no cumprimento da obrigação, sempre estará caracterizada a mora.

(D) o cumprimento integral e tempestivo da obrigação pode configurar mora na hipótese de o devedor, culposamente, cumprir a obrigação fora do lugar ou de forma diversa do estabelecido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Analise as afirmações a seguir em relação às normas fundamentais do processo civil.

I - Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito, justa e efetiva.

II - As partes têm o direito de obter em tempo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

III - O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, excetuando as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

IV - Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

(A) I e IV.

(B) II e IV.

(C) II e III.

(D) I e III.

88. É correto afirmar que

(A) em ação que verse sobre direito real imobiliário, basta a citação de um dos cônjuges, se casados sob o regime de comunhão parcial de bens.

(B) o adquirente da coisa litigiosa sucede a parte alienante no processo, independentemente do consentimento da parte contrária.

(C) não é cabível requerimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento.

(D) o Juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel.

89. Sobre os atos processuais, é correto afirmar:

(A) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.

(B) poderão ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

(C) serão realizados em dias úteis, das 6h às 22h.

(D) as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se, desde que com autorização judicial, no período de férias forenses, onde houver, e nos feriados.

90. Sobre as ações de despejo decorrentes de locação de imóvel residencial urbano, é correto afirmar que
- (A) a execução provisória do despejo por infração legal ou contratual dependerá de caução, real ou fidejussória, não inferior a seis meses nem superior a doze meses do aluguel.
- (B) é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- (C) se fundadas em falta de pagamento, caberá liminar para desocupação se o contrato trouxer somente a fiança como garantia.
- (D) devem sempre estar instruídas com a prova da propriedade do imóvel ou do compromisso, ainda que seja por denúncia vazia.

DIREITO PENAL

91. É causa impeditiva da prescrição
- (A) o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (B) o início ou continuação do cumprimento da pena.
- (C) o cumprimento da pena, pelo agente, no estrangeiro.
- (D) a reincidência.
92. No roubo, a pena é aumentada
- (A) se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
- (B) durante o repouso noturno.
- (C) se o agente comete o crime sob coação a que podia resistir.
- (D) se o agente, ao tempo da ação, se encontrava em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. A prisão preventiva poderá ser decretada
- (A) por conveniência da instrução criminal, nos crimes dolosos ou culposos.
- (B) para assegurar a aplicação da lei penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.
- (C) como garantia da ordem pública, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 (dois) anos.
- (D) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

DIREITO COMERCIAL

94. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a
- (A) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
95. Na sociedade limitada, os poderes do sócio, conferidos por ato separado, são
- (A) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pela maioria de votos dos presentes, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (B) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a, no mínimo, dois terços do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (C) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (D) irrevogáveis, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.
96. Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de embarcação sujeita a registro, serão feitos por
- (A) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
- (B) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (C) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (D) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
97. O portador do cheque
- (A) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (B) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (C) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (D) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

98. O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de
- (A) 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (B) 2/3 (dois terços) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (C) 3/4 (três quartos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
 - (D) metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

99. No Registro Público Empresarial,

- (A) expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, a proteção ao nome empresarial caducará no prazo de 05 (cinco) anos.
- (B) as alterações contratuais poderão ser efetuadas por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.
- (C) a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de 05 (cinco) anos consecutivos, deverá comunicar à Junta Comercial que deseja se manter em funcionamento.
- (D) as procurações e os atos levados a arquivamento nas Juntas Comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

CONHECIMENTOS GERAIS

100. Dentre as minorias étnico-religiosas perseguidas e massacradas mais recentemente ao redor do mundo, destacam-se os rohingyas. Esse conflito ocorre

- (A) na Somália, e os rohingyas fogem para a Etiópia.
- (B) em Mianmar, e os rohingyas fogem para Bangladesh.
- (C) no Brunei, e os rohingyas fogem para a Indonésia.
- (D) na Indonésia, e os rohingyas fogem para a Malásia.

Versão 4 (GABARITO)

1 - B	2 - A	3 - D	4 - C	5 - A	6 - B	7 - A	8 - D	9 - D	10 - C
11 - D	12 - B	13 - B	14 - A	15 - C	16 - D	17 - C	18 - B	19 - B	20 - A
21 - D	22 - A	23 - D	24 - B	25 - B	26 - A	27 - C	28 - B	29 - C	30 - D
31 - A	32 - C	33 - D	34 - C	35 - A	36 - B	37 - A	38 - C	39 - B	40 - C
41 - D	42 - C	43 - C	44 - D	45 - A	46 - A	47 - B	48 - D	49 - D	50 - C
51 - C	52 - B	53 - A	54 - D	55 - C	56 - C	57 - D	58 - A	59 - B	60 - D
61 - B	62 - C	63 - C	64 - B	65 - A	66 - D	67 - B	68 - D	69 - B	70 - A
71 - C	72 - A	73 - D	74 - A	75 - C	76 - B	77 - D	78 - B	79 - A	80 - C
81 - B	82 - B	83 - D	84 - C	85 - C	86 - D	87 - A	88 - D	89 - B	90 - B
91 - C	92 - A	93 - D	94 - B	95 - C	96 - A	97 - D	98 - A	99 - B	100 - B

CRITÉRIO REMOÇÃO (PROVA REALIZADA AOS 04/03/2018)

VERSÃO 1

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

A pretensão de reparação civil contra notários e oficiais de registro prescreve no prazo de:

- 5 (cinco) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
- 1 (um) ano, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
- 10 (dez) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
- 3 (três) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, quando o documento contiver mais de duas páginas, a apostila será emitida por

- página.
- documento, salvo se o solicitante do serviço requerer de outra forma.
- folha, cobrando-se um único ato para a frente e o verso.
- página, cobrando-se metade do valor a partir da segunda página.

A reabilitação, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, alcançará somente

- as penas de repreensão e multa.
- a pena de repreensão.
- as penas de multa e suspensão.
- as penas de repreensão, multa e suspensão.

Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, após a investidura do titular em outra delegação pela aprovação em novo concurso, caso o início de exercício não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias,

- a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, permanecendo o titular na delegação anterior.
- a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, sem revigorar a delegação anterior.
- a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, instaurando-se procedimento administrativo disciplinar para aplicação de pena.
- a investidura será tornada sem efeito, facultando-se nova investidura no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da delegação anterior.

A Lei Estadual nº 11.331/2002 define a repartição da receita do Estado sobre os emolumentos, prevista na alínea “b” do inciso I do art. 19, sendo a maior parte destinada
ao Fundo Social de Solidariedade.
à Fazenda do Estado.
ao Fundo de Assistência Judiciária.
ao custeio das diligências dos oficiais de justiça incluídas na taxa judiciária.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a recepção de títulos e outros documentos encaminhados por via postal é
possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida por autenticidade.

vedada.
possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida, por semelhança ou por autenticidade.

possível, desde que o formulário esteja acompanhado de xerocópia simples da cédula de identidade do signatário, dispensado o reconhecimento de firma.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o Tabelião

comunicará que o título ou o documento de dívida permanece no tabelionato, à disposição do Juízo respectivo.

submeterá o caso à apreciação do Juiz Corregedor Permanente.

o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.

comunicará ao Juízo respectivo que a ordem não pôde ser cumprida, salvo se constar expressa previsão de cumprimento como ordem de sustação dos efeitos do protesto.

Conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante

requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.

ordem judicial, a requerimento escrito do devedor.

requerimento escrito de qualquer interessado.

requerimento, verbal ou escrito, de qualquer interessado.

No Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o registro da constituição de sociedade de advogados

será comunicado ao respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

depende da comprovação do pedido de inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

conterá a indicação de que é necessária a inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

é vedado.

Não se admite a constituição de fundação de direito privado para fins de
segurança alimentar e nutricional.

promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

habitação de interesse social.

atividades religiosas.

Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos que pretenda utilizar sistema de microfilmagem na serventia deverá

estar autorizado pelo órgão competente do Ministério da Justiça.

obter autorização do Juiz Corregedor Permanente.

efetuar comunicação ao Juiz Corregedor Permanente.

efetuar comunicação ao órgão competente do Ministério da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente.

No Registro de Títulos e Documentos, salvo má-fé, devidamente comprovada, o Oficial

não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, nem pelos erros ou vícios no processo do registro.

não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, por vícios extrínsecos ou pelos erros ou vícios no processo do registro.

será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, bem como pelos erros ou vícios no processo do registro.

não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.

No registro de imóveis, a escritura de compra e venda com condição resolutiva por falta de pagamento

poderá ser registrada na matrícula, seguida da averbação da cláusula resolutiva por falta de pagamento.

poderá ser registrada na matrícula, desde que, no próprio ato do registro, conste a condição de sua resolução, em caso de falta de pagamento.

poderá ser registrada como compra e venda pura, considerando-se como não escrito o pacto comissório vedado em lei.

não poderá ser registrada em razão da vedação legal de cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, em caso de falta de pagamento.

relação à alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que não poderá ter como objeto imóvel submetido ao Registro Torrens. somente poderá ser contratada no momento da aquisição do imóvel. somente poderá ter como objeto a propriedade ou o domínio útil. poderá ser contratada por qualquer pessoa, independentemente de estar esta autorizada a operar no Sistema Financeiro Imobiliário ou ser Instituição Financeira.

Em relação à usucapião extrajudicial, a falta de anuência expressa do confinante notificado faz presumir a sua discordância, inviabilizando o registro. no caso de o imóvel ser unidade autônoma em condomínio edilício, fica dispensada a apresentação da planta e memorial descritivo.

por ser aquisição originária, sempre uma nova matrícula deverá ser aberta para o seu registro.

não basta o notificado não ser encontrado, sendo necessário que o oficial se valha de todos os meios de localização; frustradas as diligências, este certificará estar o notificado em lugar incerto ou não sabido e promoverá a publicação de editais.

Quando, no registro de aquisição constante da matrícula, faltarem os elementos de identificação unívoca do comprador, como os números do CPF e do RG, a qualificação de uma escritura de compra e venda do imóvel, que tenha por objeto o imóvel desta matrícula, deverá ser precedida de averbação para a inserção desses dados com base

nos elementos já constantes da escritura, visto que os mesmos já foram verificados pelo Tabelião.

na decisão judicial, visto caber ao juiz corregedor permanente verificar a coincidência da identidade do vendedor com aquele constante do registro.

em documentos oficiais, cabendo ao registrador a responsabilidade de verificar a correta identificação.

em qualquer documento idôneo a critério e responsabilidade do oficial.

No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, o par de chaves criptográficas será gerado pela Autoridade de Registro (AR), na presença do titular.

pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.

em conjunto pela Autoridade de Registro (AR) e pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.

sempre pelo próprio titular.

Com relação às certidões expedidas pelo registrador de imóveis,

quando tiverem por objeto imóvel matriculado, deverão ser de inteiro teor da matrícula.

não poderão ter como objeto inteiro teor de título devolvido cuja prenotação esteja cancelada por decurso de prazo.

poderão ser fornecidas no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive as emitidas de forma eletrônica.

caberá exclusivamente ao oficial escolher a melhor forma para a sua expedição, mesmo existindo pedido expresso, especificando determinada forma.

A Regularização Fundiária Urbana (Reurb)

poderá ser realizada nos imóveis rurais com uso e características urbanas, cuja área seja inferior à fração mínima de parcelamento, tanto na modalidade Reurb-S quanto na Reurb-E.

poderá ser realizada somente nos imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana.

não poderá ser realizada em área de preservação permanente, área de unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais.

desde que com autorização da autoridade militar competente, poderá ser realizada em área indispensável à segurança nacional ou de interesse da defesa.

No procedimento de retificação da descrição do terreno perante o registro de imóveis, em havendo impugnação por parte de um dos confrontantes notificados,

entendendo ser essa fundamentada, o registrador deverá ouvir, no prazo de 5 (cinco) dias, o requerente e o profissional que houver assinado a planta e, após, encaminhar os autos ao Juiz Corregedor Permanente.

o registrador deverá intimar o requerente e o profissional que houver assinado a planta, para se manifestarem; se as partes não formalizarem transação, o cabimento da impugnação será por ele examinado.

deverá o registrador encaminhar os autos ao Corregedor Permanente, a quem cabe examiná-la.

o registrador deverá rejeitá-la de plano, se entender, em ato fundamentado, ser ela infundada e prosseguir na retificação caso o impugnante não recorra no prazo de 10 (dez) dias.

Em relação às consultas por meio eletrônico no registro de imóveis, é correto afirmar que elas

poderão tanto ser feitas pela internet, quanto pela Central Registradores de Imóveis, ou por meio de página mantida pela própria serventia.

poderão também ser feitas por meio de correio eletrônico, sendo obrigatório que as respostas por esse meio sejam sempre assinadas eletronicamente.

poderão também ser feitas por terminal de autoatendimento, desde que operado e mantido dentro das dependências físicas da serventia.

somente poderão ser feitas por meio da Central Registradores de Imóveis.

Com relação ao Livro nº 5 – Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

A critério do oficial, poderá ser escriturado por meio de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Somente poderá ser escriturado eletronicamente em forma de banco de dados relacional.

Mesmo mantendo banco de dados relacional, será obrigatória a utilização em paralelo de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Nos termos do art. 3º da Lei nº 6.015/1973, poderá ser escriturado em livros encadernados.

Em relação ao registro de imóveis, assinale a alternativa correta.

Os imóveis dados em garantia na cédula rural hipotecária devem estar todos localizados em uma mesma circunscrição imobiliária.

A nota de crédito rural é registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, da circunscrição da situação do imóvel destinatário do financiamento, salvo se o emitente for uma cooperativa.

Em uma mesma cédula de crédito rural, não podem ser dadas em garantia bens móveis e imóveis, simultaneamente, devendo ser emitida uma cédula rural pignoratícia, no primeiro caso, e uma cédula rural hipotecária, no segundo.

A nota de crédito rural, por ser um título de crédito sem qualquer garantia real, não tem acesso ao registro de imóveis.

Quanto à emancipação, é correto afirmar que será

registrada no Livro E, apenas na hipótese decorrente de sentença judicial.

registrada no Livro E.

obrigatoriamente averbada no Livro A, tanto nos casos estabelecidos por concessão dos pais mediante escritura pública, como também nas hipóteses decorrentes de sentença judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos.

averbada no Livro A, quando oriunda de concessão dos pais e formalizada por instrumento público.

Em relação à morte presumida, é correto afirmar que

do registro da sentença de declaração da morte presumida não deverá constar a data provável do falecimento.

será lavrado no Livro E o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, mediante o cumprimento de mandado judicial, expedido nos autos de justificação, quando esteja provada a presença daquela pessoa no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

será registrada no Livro E, quanto ao ausente, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.

o registro da morte presumida não tem aptidão para dissolver o casamento válido.

Em relação ao registro da interdição, é correto afirmar que

o registro da sentença de interdição será levado a efeito no domicílio do interdito.

o nubente interdito, seja qual for a data ou os limites da interdição, não poderá contrair casamento.

não se fará menção ao lugar onde está internado o interdito, ainda que a sentença apresente de forma explícita tal informação.

o Registro Civil com atribuição para registrar a interdição é o da comarca em que foi proferida a sentença.

Em relação ao registro da ausência, é correto afirmar que

a partir do registro da sentença declaratória de ausência, considera-se legalmente morto o ausente.

o registro da sentença declaratória que nomear curador será feito no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição.

a abertura de sucessão provisória não poderá ser objeto de averbação no registro de ausência.

após efetivado o registro de ausência, deverá o Registrador Civil, no prazo de 5 (cinco) dias, promover a devida comunicação à serventia detentora dos registros de nascimento e, ou, de casamento do ausente, ficando dispensado de realizar as remissões recíprocas de anotação, na hipótese de os assentos primitivos encontrarem-se registrados na sua própria unidade de serviço.

No que se refere ao registro de união estável, resta autorizado afirmar que

terão ingresso no Livro E apenas os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento de união estável, ao passo que as escrituras públicas de contrato de união estável, após prévia habilitação, serão registradas no Livro B-auxiliar.

o registro das sentenças de união estável serão automaticamente convertidos em casamento após o prazo de 15 (quinze) dias, verificando-se a inexistência de impedimentos ou causas suspensivas.

não poderá ser promovido o registro de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, ressalvados os casos em que a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

não se fará menção, no registro, do nome que os companheiros passam a ter em virtude da união estável, mesmo que a sentença declaratória de reconhecimento ou a escritura pública de contrato assim disponham.

Com relação à adoção, assinale a alternativa correta.

A adoção do maior de 18 (dezoito) anos independe da assistência efetiva do poder público e, ou, de sentença constitutiva.

A adoção unilateral do menor ou do maior será averbada sem cancelamento do registro original.

A certidão de nascimento de inteiro teor de pessoa adotada que ainda não atingiu a maioridade somente poderá ser fornecida aos seus pais adotivos e a mais ninguém, independentemente de autorização judicial, mas com o arquivamento no classificador próprio do respectivo pedido, devidamente assinado e com firma reconhecida.

Após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a adoção do maior passou a ser estabelecida exclusivamente por escritura pública, não se permitindo, entretanto, a adoção por procuração.

No que se refere às averbações, assinale a alternativa correta.

A averbação será feita pela Unidade de Serviço em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

Nos casos de averbação relativa aos programas de proteção às vítimas e testemunhas de que trata o art. 57, § 7º da Lei de Registros Públicos, em nenhuma hipótese serão os dados excluídos da Central de Informações do Registro Civil – CRC.

Poderá ser averbada no Livro A a suspensão do poder familiar, decretada liminarmente pela autoridade judiciária, sem menção ao trânsito em julgado.

No âmbito do Registro Civil, são inadmissíveis as averbações requeridas pelos próprios interessados, uma vez se tratar de matéria reservada ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

A respeito dos atos que alteram o conteúdo ou os efeitos do casamento, assinale a proposição correta.

Na averbação de divórcio decorrente de escritura pública, conforme a Lei nº 11.441/2007, não será facultado ao cônjuge a retomada de seu nome de solteiro, uma vez que o acordo entre as partes não poderá envolver a alteração de nome.

A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos, e, ou, partilha de bens, independe de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

Inexistindo bens a partilhar, dispensa-se o trânsito em julgado para a averbação das sentenças de separação judicial e divórcio litigioso.

O restabelecimento da sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial, porém, a averbação do restabelecimento somente poderá ser efetivada depois de averbada a separação, podendo ser simultâneas.

Quanto às retificações administrativas processadas no âmbito do Registro Civil das Pessoas Naturais, afirma-se corretamente que

o Registrador Civil retificará o assento, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento, mediante petição assinada pelo interessado, independentemente de prévia autorização judicial ou da manifestação do Ministério Público, nos casos de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.

a correção dos erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, submetendo-se o feito ao órgão do Ministério Público e, igualmente, à conclusão do Juiz Corregedor Permanente.

os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício, pelo Registrador Civil, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

o art. 110 da Lei de Registros Públicos foi revogado, conservando-se unicamente a via judicial para a obtenção das retificações.

A respeito dos traslados de assentos lavrados em país estrangeiro, é correto afirmar que

a autorização para o traslado será concedida na esfera administrativa pelo Juiz Corregedor Permanente.

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado, sem necessidade de autorização judicial.

a autorização para o traslado será concedida exclusivamente pela via jurisdicional.

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, de qualquer serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais localizada no território nacional, ou, na hipótese de o brasileiro residir no exterior, no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal.

Quanto ao registro de nascimento, assegura-se como verdadeira a seguinte proposição:

no caso do indígena, integrado ou não, o Registrador Civil não admitirá a utilização de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo o seu portador, facultado, entretanto, o lançamento de sua etnia como sobrenome.

todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser objeto de assentamento no Registro Civil das Pessoas Naturais, inclusive o do indígena não integrado.

a naturalidade do registrando deverá ser lançada no assento de nascimento, podendo corresponder ao município em que ocorreu o parto, ou, ainda, sob a opção do declarante, ser escolhido o município de residência da mãe, localizado ou não no território nacional.

os registros de nascimento de nascidos no território nacional, nos casos em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país, no Brasil, deverão ser efetuados no Livro E, mediante a ressalva de que o registrado não possui a nacionalidade brasileira.

Quanto à escrituração dos Livros do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar:

para facilidade do serviço, podem os livros ser escriturados em folha do tipo A4, destinando-se a frente e o verso de cada folha para um único assento, facultando-se a utilização de etiquetas adesivas para a prática das anotações à margem dos assentos, atendidas as exigências normativas.

os números de ordem dos registros serão interrompidos no fim de cada livro, reiniciando-se, nos seguintes da mesma espécie.

os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Registrador Civil ou por seus prepostos, facultando-se a cada Unidade de Serviço a livre escolha dos modelos a serem utilizados.

findando-se um livro, conserva-se o seu número, promovendo-se a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinidamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ. 2-BA a 2-BZ, etc.

A respeito da publicidade e das certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

apesar de facultativa, recomenda-se a inserção do número de matrícula nas certidões, evidenciando-se, por meio de seus algarismos, o código nacional da serventia, o código do acervo, o código 55, vinculado ao registro civil, o ano do registro, o tipo de livro, os números do livro, da folha e do termo, além do dígito verificador.

o Registrador Civil goza de independência no exercício de suas atribuições, não sendo obrigado a emitir certidão do lhe for requerido.

por intermédio da Central de Informações do Registro Civil – CRC permite-se ao Registrador Civil a emissão de certidões eletrônicas.

a certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos, sendo que, neste último caso, na hipótese de inexistir especificação no pedido, ficará dispensado o Registrador Civil de mencionar eventual alteração do registro, quer seja advinda de averbação ou anotação.

De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas é o responsável pelo ato notarial praticado:

apenas quando subscrito por ele.

tanto por sua redação, quanto por seu conteúdo jurídico, mesmo quando lavrado pelos substitutos.

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; a redação do ato é responsabilidade do escrevente responsável pela lavratura.

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; quanto à redação do ato, a responsabilidade do Tabelião de Notas é subsidiária à responsabilidade do preposto escrevente que o lavrou.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a abertura e o encerramento dos livros e a rubrica das respectivas folhas competem exclusivamente ao Tabelião de Notas.
ao Tabelião de Notas e, apenas nas suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal.
ao Tabelião de Notas ou ao seu substituto legal.
ao Tabelião de Notas, seus substitutos ou escrevente autorizado.

No Estado de São Paulo, as Normas da Corregedoria Geral da Justiça determinam que, lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer
em até 15 (quinze) dias.
em até 60 (sessenta) dias.
somente no momento da lavratura do ato.
em até 30 (trinta) dias.

Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, afirma-se que:
O testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e assinado pelo testador, deve ser apresentado ao Tabelião de Notas, na presença de três testemunhas, com a declaração de que aquele é seu testamento e que o quer aprovado.

O Tabelião de Notas deverá numerar e rubricar todas as páginas do testamento cerrado.
Lavrado o auto de aprovação do testamento cerrado, este será assinado apenas pelo Tabelião de Notas.
O testamento cerrado é vedado aos que não sabem ou não podem ler.
O Tabelião de Notas, ou seu substituto legal, na presença do testador e das testemunhas, iniciará, imediatamente após a última palavra, e no próprio instrumento do testamento, a lavratura do auto de aprovação do testamento cerrado.

Estão corretos os itens:

- I, II e III, apenas.
- I, III, IV e V, apenas.
- I, II, III, IV e V.
- II, IV e V, apenas.

No Estado de São Paulo, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, as certidões de escrituras públicas de testamento serão expedidas,
a qualquer tempo, a pedido de qualquer interessado, independentemente do interesse jurídico de quem a solicite.
enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial.
enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.
enquanto não comprovado o falecimento do testador, somente mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à escrituração dos atos notariais.

Os atos notariais, redigidos obrigatoriamente na língua nacional, serão manuscritos, datilografados ou impressos nos livros de notas.

Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

A cláusula em tempo não é admitida, ainda que exarada antes da assinatura das partes e dos demais comparecentes.

A escrituração far-se-á apenas em cor azul ou preta indelével.

Sobre a escrituração dos atos notariais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

Pelo ato notarial incompleto serão devidos os emolumentos e as custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, sem necessidade de expor suas razões por escrito.

Os espaçamentos entre as linhas e as tabulações não precisam ser rigorosamente iguais até o encerramento do ato.

As atas notariais poderão conter imagens coloridas, mas não poderão conter expressões em outras línguas ou alfabetos.

Quanto à ficha-padrão e ao reconhecimento de firmas, e nos termos da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

é permitido o reconhecimento de firma em documentos sem data ou que contenham, no contexto, espaços em branco.

o preenchimento do cartão de firmas deve ser feito na presença de Tabelião de Notas ou do escrevente que deve conferi-lo e visá-lo.

apenas os maiores de 18 anos, ou menores emancipados, poderão abrir ficha-padrão.

é vedado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, mesmo se adotados os caracteres comuns.

Conforme a Lei Federal nº 8.935/94, é correto afirmar que

é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

o Tabelião de Notas pode praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação.

é vedado ao Tabelião de Notas realizar gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais.

o Tabelião pode realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, e poderá cobrar por esses atos.

No que concerne ao *habeas data*, assinale a alternativa correta.

É cabível quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

É incabível para mera retificação ou complementação de dados a respeito da pessoa do impetrante.

É indispensável para sua impetração o recolhimento integral das custas judiciais e a constituição de advogado.

Pode ser concedido para assegurar acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de banco de dados de pessoas jurídicas que prestem serviço de interesse público.

Um tratado internacional, ratificado pelo Brasil, que verse sobre títulos de crédito, tem valor hierárquico de lei ordinária.

lei complementar.

norma constitucional.

emenda constitucional.

Patrick, irlandês, reside no Brasil há mais de dez anos e é casado com uma brasileira. Ele ajuíza ação popular para anular um ato lesivo ao meio ambiente. Considerando esse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

A ação é incabível, pois não se subsume a nenhuma das hipóteses previstas para o seu ajuizamento.

O autor deverá providenciar o recolhimento integral das custas judiciais, como requisito indispensável para a propositura da demanda.

O autor é parte ilegítima para propor a demanda.

O autor carece de interesse processual, devendo ajuizar ação de perdas e danos em face do responsável pelo ato lesivo.

Sobre a Organização do Estado da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios Federais, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.

a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada e aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.

nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

o Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, é regido pela Constituição Distrital e tem a competência legislativa exclusiva reservada aos Estados.

Compete privativamente à União legislar sobre:

proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

registros públicos.

desapropriação.

previdência social, proteção e defesa da saúde.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

II e III.

I e II.

II e IV.

I e III.

A respeito dos servidores públicos, é correto afirmar que

os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

os servidores públicos estáveis perderão o cargo por decisão judicial do 2º grau de jurisdição, mesmo sem trânsito em julgado.

o servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se a regra geral de aposentadoria do servidor público civil.

Sobre a emenda à Constituição da República, é correto afirmar que

a proposta poderá ser apresentada por um terço das Assembleias Legislativas das unidades de Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.

a emenda à Constituição será promulgada pela Presidência da República, com o respectivo número de ordem.

a proposta poderá ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Entre os preceitos constitucionais da educação, está

a educação básica obrigatória e gratuita, dos 3 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.

a obrigatoriedade de o ensino fundamental regular ser ministrado exclusivamente em língua portuguesa, inclusive nas comunidades indígenas.

Respeito do estado de sítio, é correto afirmar que pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira. pode o Presidente da República decretar o estado de sítio, ouvidos previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

é decretado por prazo indeterminado e o seu decreto indicará as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais, que ficarão suspensas.

deve o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar ou prorrogar o estado de sítio, com a exposição dos motivos determinantes do pedido, por prazo inicial de trinta dias, cabendo ao Congresso Nacional decidir por maioria simples.

Assinale a alternativa correta.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social.

O trabalhador, o aposentado e o pensionista pelo regime geral da previdência sujeitam-se à contribuição social para o financiamento da seguridade social.

São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

A seguridade social será financiada pelo Poder Público, de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Quanto à Administração direta e indireta, assinale a alternativa correta.

A Administração indireta é composta exclusivamente por pessoas jurídicas que podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado.

As fundações públicas integram a Administração direta.

A autarquia somente desempenha funções de caráter econômico voltadas ao melhor funcionamento da gestão administrativa e financeira.

A Presidência da República, por ser um órgão superior do Executivo, não integra a Administração direta.

Com relação ao ato administrativo, é correto afirmar:

o ato administrativo depende da concordância tácita do administrado para imposição de obrigações ao mesmo.

a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.

é incompatível com o regime jurídico do ato administrativo a subordinação de seus efeitos a evento futuro e certo.

o ato administrativo, assim que praticado, pode ser imediatamente executado pela Administração.

No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que

não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.

a imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.

a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.

a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.

Em conformidade às decisões da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ocorrendo o não provimento de recurso administrativo interposto em face de decisão disciplinar do Juiz Corregedor Permanente, pela Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que

não há previsão normativa da interposição de recurso administrativo perante outro órgão administrativo.

cabe interposição de recurso administrativo perante a Presidência do Tribunal de Justiça.

cabe a interposição de recurso administrativo perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça.

cabe interposição de recurso perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Com relação à coisa julgada administrativa, no âmbito do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

Após o decurso do prazo para interposição de recursos em face da decisão final do processo administrativo, pode ocorrer reexame do mérito da questão pela Administração.

A coisa julgada administrativa impede a alteração da decisão administrativa pela própria Administração.

Configurada a coisa julgada administrativa, não é possível sua modificação em processo judicial.

A coisa julgada administrativa somente é passível de modificação em benefício do administrado.

Os Notários e Oficiais de Registro, no Estado de São Paulo, podem requerer a reabilitação das penas disciplinares de repreensão, multa e suspensão, após o decurso do prazo de

um ano do cumprimento da pena.

cinco anos do cumprimento da pena.

três anos do cumprimento da pena.

dois anos do cumprimento da pena.

Para caracterização do ato de improbidade que importe em enriquecimento ilícito, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar:

ser dispensável a presença do dano ao erário.

a caracterização do ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito pode decorrer de culpa ou dolo.

imprescindível a presença de dano material à Administração.

o sujeito ativo do ato de improbidade, que importe em enriquecimento ilícito, pode ser somente agente público.

A impossibilidade do Notário ou Registrador negar o atendimento a qualquer usuário do serviço público encerra a concretização do seguinte princípio do regime jurídico dos serviços públicos:

- modicidade da remuneração do serviço público.
- eficiência do serviço público.
- igualdade ou generalidade do serviço público.
- continuidade do serviço público.

Os recursos administrativos relativos a dúvidas registrárias, decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, apresentados perante o Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, têm a natureza jurídica de

- pedido de reconsideração.
- recurso hierárquico próprio.
- agravo interno.
- recurso hierárquico impróprio.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a competência para o julgamento de Processo Administrativo Disciplinar em face de Titular de Delegação de Serviço Notarial ou de Registro

- é da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
- é do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.
- é da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.
- é das Comissões Permanentes eleitas pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO TRIBUTÁRIO

A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

A alíquota de qualquer tributo somente poderá ser alterada por força de lei.

As taxas estão submetidas apenas à anterioridade de exercício, mas não se vinculam à anterioridade nonagesimal.

As contribuições sociais poderão ser exigidas após 90 (noventa) dias da lei que as instituiu ou modificou, sendo inaplicável a anterioridade de exercício.

Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.

Assinale a alternativa correta.

O princípio da anterioridade não deve ser observado em relação aos emolumentos.

Em relação aos emolumentos, a competência tributária poderá ser delegada ao Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.

São sujeitos passíveis por substituição, no que se refere aos emolumentos, os notários e registradores.

Os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado, sendo, portanto, vedada a instituição de isenções tributárias em relação aos emolumentos.

Assinale a alternativa correta.

Os emolumentos possuem natureza jurídica de taxa.

Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos.

A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

As pessoas jurídicas não podem ser consideradas contribuintes dos emolumentos.

De acordo com o Código Tributário Nacional,

- não se interpreta de maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações.
- o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo ainda não previsto em lei.
- o emprego de equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Sobre o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doação – ITCMD – assinale a opção correta.

Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a instituição do imposto será regulada por decreto legislativo estadual.

Terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.

No que diz respeito a bens móveis, títulos e créditos, o imposto compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

Constitui tributo não vinculado a qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte:

- imposto.
- taxa.
- contribuição de melhoria.
- tarifa.

DIREITO CIVIL

No que se refere ao casamento celebrado mediante procuração, assinale a alternativa correta.

O estrangeiro não pode se casar no Brasil mediante procuração, se sua lei nacional apresentar disposição legal em sentido contrário.

Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.

A outorga da procuração deve se dar por instrumento público, com poderes especiais, e eventual revogação do mandato precisa chegar ao conhecimento do mandatário para produzir efeitos.

No casamento nupcial, nenhum dos nubentes pode se fazer representar por mandatário.

Tibério, viúvo, tem sessenta anos de idade, sofre de problemas cardíacos e dispõe de uma única fonte de renda, consistente nos proventos de sua aposentadoria, no valor de um salário-mínimo. Possui quatro filhos, Floriano, Júlio, Caio e Adriano, todos maiores e capazes e pretende ajuizar uma ação de alimentos, visando ao arbitramento de uma pensão alimentícia no valor correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que o alimentando

pode ajuizar a ação contra um dos filhos, mas para postular o pagamento de um quarto daquele valor, pois a obrigação é divisível.

pode ajuizar a demanda em face de apenas um dos filhos, pleiteando o pagamento integral daquele valor, pois a obrigação alimentar é solidária.

deve ajuizar a demanda contra os quatro filhos, respondendo cada um deles por um quarto do montante pleiteado.

pode ajuizar a ação em face de qualquer um dos filhos, mas este poderá pleitear a denunciação da lide aos outros filhos, pois a obrigação é divisível.

Tito e Flávia, em 7 de março de 2017, firmaram pacto antenupcial, mediante escritura pública, adotando o regime da separação de bens. Em 7 de outubro do mesmo ano, convolveram núpcias, mas não levaram a registro a convenção antenupcial. Nesse caso, é correto afirmar que

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, pois o registro é indispensável para que produza efeitos.

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, porque o casamento foi celebrado após o prazo de noventa dias da lavratura da escritura pública.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges, seus herdeiros, bem como perante terceiros, retroagindo seus efeitos à data da celebração da convenção.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges e seus herdeiros, porém não produzirá efeitos perante terceiros.

Configura-se a adição quando

os quinhões dos herdeiros testamentários ou legatários são acrescidos com o quinhão do coerdeiro testamentário ou do colegatário excluído da sucessão.

há a extensão do legado às benfeitorias que venham a ser feitas no imóvel legado, após o testamento.

o testador, de modo expresso ou tácito, no mesmo testamento ou em outro posterior, revoga o legado.

aberta a sucessão, designa-se o herdeiro sucessível para quem se transferirão os direitos e obrigações de titularidade do falecido.

Ocorre o rompimento do testamento

com a superveniência de descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, se aquele descendente sobreviver ao autor do testamento.

por ato voluntário do testador, revogando expressamente o testamento anterior.

por violação do lacre do testamento cerrado, após a conclusão do auto de aprovação, acarretando sua revogação.

com a pré-morte do herdeiro sucessível ou a inexistência de bens a serem herdados.

Configura-se a erepção quando

o sucessor indigno é obrigado a restituir os bens ereptícios que recolheu no momento da abertura da sucessão.

o testador, que não possui herdeiros necessários, dispõe de todo o seu patrimônio sem contemplar os herdeiros facultativos.

inexistindo testamento e não havendo herdeiros sucessíveis, ou tendo todos eles renunciado, a herança passa ao domínio do Município ou do Distrito Federal.

aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança é admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

Cícero faleceu, *ab intestato*, sem deixar cônjuge ou companheira supérstite, descendentes e nem genitores vivos. Deixou, todavia, um avô paterno e um bisavô – pai de sua avó paterna premorta – bem como dois avós maternos. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta relativa à divisão da herança.

A divisão se fará por estirpe, recebendo o avô paterno metade da herança, por representação do pai premorto do autor da herança, afastando da sucessão o ascendente de grau mais remoto. A outra metade será destinada aos avós maternos, por representação da mãe premorta do *de cujus*, cabendo a cada um destes 1/4 (um quarto) do acervo hereditário.

A divisão se fará por linha, metade da herança será destinada ao avô paterno e a outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) a cada um destes.

A divisão se fará por linhas, metade da herança será destinada à linha paterna, cabendo 1/4 (um quarto) para o avô paterno e 1/4 para o bisavô, que herdará por direito de representação. A outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) da herança para cada um destes.

A divisão se fará por cabeça, cabendo a cada um dos três avós vivos 1/3 (um terço) do acervo hereditário.

No que concerne ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

O estado de perigo acarreta a nulidade do negócio jurídico, uma vez comprovada a onerosidade excessiva da obrigação e o conhecimento do perigo pela outra parte.

Os institutos da lesão e da onerosidade excessiva coadunam-se com o princípio da função social do contrato.

A integração do negócio jurídico visa apurar o sentido da declaração de vontade manifestada pelas partes.

Tanto os negócios jurídicos unilaterais como os bilaterais são suscetíveis de celebração com reserva mental.

Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

- há perda da propriedade.
- a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
- a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
- a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, é correto afirmar:

- efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- a confusão só pode verificar-se a respeito de toda a dívida.
- a sub-rogação é convencional em favor do credor que paga a dívida do devedor comum.

Com relação ao erro, dolo e coação, é correto afirmar que

- o erro accidental, ou sanável, é o que diz respeito a qualidades essenciais ao objeto da declaração ou da pessoa a quem se refira a declaração de vontade.
- na coação física (*vis absoluta*) o negócio jurídico é nulo ou inexistente em razão da ausência de manifestação de vontade.
- se as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anulação do negócio jurídico.
- a coação também se caracteriza pela ameaça de um mal impossível ou remoto.

Quanto ao negócio jurídico, é correto afirmar:

- negócio jurídico unilateral é o que cria obrigações para apenas uma das partes.
- em nenhuma hipótese o silêncio pode ser considerado como manifestação de vontade.
- a reserva mental no negócio jurídico encerra a manifestação de vontade pelo declarante sem correspondência com sua vontade real, com o fim de enganar ou iludir o declaratório.
- a boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico não têm relevância para sua interpretação.

"A" é devedor de "B" quanto à entrega de uma tonelada de laranjas. "B" é devedor de "A" quanto ao pagamento de R\$ 10.000,00 de dívida a vencer em trinta dias. Antes do vencimento da obrigação da qual "B" é devedor, "A" e "B" convencionam a extinção das obrigações por compensação. Nesse caso,

- é incabível a compensação em razão das prestações não serem da mesma natureza, donde não são fungíveis entre si.
- não será possível a compensação pelo fato de uma das dívidas não estar vencida.
- haverá extinção das obrigações por imputação em pagamento.
- haverá a extinção das obrigações por compensação convencional.

Com relação à cláusula penal e arras, é correto afirmar:

- as arras têm natureza acessória, ao passo que a cláusula penal tem caráter de obrigação principal.
- as arras confirmatórias estabelecem entre as partes o direito de arrependimento.
- as arras, para sua eficácia, dependem da efetiva entrega do bem a outra parte.
- a cláusula penal, por expressa estipulação das partes, pode superar o valor da obrigação principal.

"A" realizou a doação pura de um veículo em favor de "B". Uma semana após a tradição do bem, ele passou a apresentar problemas relevantes no motor, decorrentes de vício oculto existente antes da celebração do contrato. Nesse caso,

- "B" poderá pedir a rescisão do contrato por meio da ação redibitória.
- "B" poderá requerer perante "A" o valor equivalente ao pagamento do conserto do motor do veículo, por meio da ação estimatória.
- não cabe ação de rescisão do contrato por vício redibitório.
- "B" poderá requerer a rescisão do contrato por meio da ação redibitória ou o valor equivalente ao conserto do motor do veículo pela ação estimatória, a sua escolha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado

- julgará o processo extinto, sem resolução do mérito.
- suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- suspenderá o processo e nomeará curador especial à parte processualmente incapaz.
- se em grau de recurso, deverá devolver os autos ao 1º grau de jurisdição para a correção do vício.

A gratuidade da Justiça compreende

- os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial, ainda que não decorrentes do processo judicial no qual o benefício foi concedido.
- os honorários advocatícios contratados com seu advogado.
- os honorários de seu assistente técnico.
- o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução.

A respeito da penhora de imóvel, leia as afirmações a seguir:
será realizada por termo nos autos, quando o imóvel estiver localizado na comarca do processo e o exequente apresentar certidão da respectiva matrícula.

recaindo a penhora sobre bem imóvel indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

a inscrição da penhora no cartório de registro imobiliário competente constitui presunção relativa de conhecimento por terceiros.

da penhora deverá ser o cônjuge do executado intimado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

II e IV.

II e III.

I e III.

I e IV.

O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, dentre elas

as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens móveis, desde que não excedam oitenta salários-mínimos.

as causas cujo valor não exceda oitenta salários-mínimos e a execução dos seus julgados.

as causas cujo valor não exceda quarenta salários-mínimos e as ações de despejo por denúncia vazia, qualquer que seja o seu valor.

as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens imóveis, estas desde que seu valor não exceda quarenta salários-mínimos.

DIREITO PENAL

Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz **não** poderá determinar

a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

a suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.

a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.

a anulação dos atos e contratos relativos à venda, compra e locação do patrimônio em comum.

Especificamente em relação aos crimes contra o patrimônio, a isenção de pena e a ação penal condicionada à representação, contempladas, respectivamente, nos artigos 181 e 182, ambos do Código Penal, aplicam-se:

ao estranho que participa do crime.

quando haja emprego de grave ameaça à pessoa.

se o agente comete o crime em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal e/ou se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Em matéria de competência em Direito Processual Penal, é lícito afirmar que

quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

nos casos de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do querelado, ainda que conhecido o local da infração.

não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.

quando o último ato da execução for praticado fora do território nacional, será competente o foro do domicílio ou residência do réu.

DIREITO COMERCIAL

Sobre o cheque, é correto afirmar que

o cheque é transmissível por via de endosso, total ou parcial.

a assinatura do emitente do cheque deve ser de próprio punho, sendo vedada a utilização de chancela mecânica ou processo equivalente.

a morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão invalida os efeitos do cheque.

as obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.

Para o Código Civil, o empresário é

equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

o sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.

A inabilitação para o exercício da atividade empresarial decorrente da condenação por crime previsto na Lei nº 11.101/2005:

é efeito automático da sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.

deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.

é efeito automático da sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.

deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.

Segundo o Código Civil, é correto afirmar que
o empresário individual casado pode alienar bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.
o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens móveis empregados na atividade empresarial se o regime for de comunhão.
é necessário examinar o contrato social para verificar se o empresário individual casado necessita de anuência do cônjuge para alienar bens integrantes do ativo imobilizado.
o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial, caso o capital não esteja integralizado.

Entende-se por propriedade industrial
repressão à concorrência, registro de invenção e de marca notória.
patentes de invenção, registro de marca e de desenho industrial.
clientela, patentes de invenção e desenho industrial.
concessão de modelo de utilidade, direitos autorais do empresário e clientela.

O administrador de sociedade empresarial
pode ser pessoa física maior e capaz, desde que seja sócio com mais de dez por cento do capital.
pode ser incapaz, desde que representado por seu responsável e seja titular de quota integralizada.
pode ser pessoa física maior e capaz, sócio ou não.
não pode ser designado fora do contrato social por documento à parte.

CONHECIMENTOS GERAIS

A respeito de Thomas Mann, é correto afirmar:
famoso poeta, filósofo e escritor que, ao lado de Schiller, Wieland e Herder, fez parte do denominado "Classicismo de Weimar".
célebre romancista, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1929 e, dentre suas inúmeras obras, pode-se destacar *A Morte em Veneza*.
grande dramaturgo, autor da famosa peça *Guilherme Tell*, que versa sobre a luta vitoriosa dos suíços na Idade Média contra a tirania e pela liberdade.
renomado escritor, conhecido por suas reflexões filosóficas, recebeu grande influência do dinamarquês Soren Kierkegaard e foi autor da célebre obra *O Estrangeiro*.

Versão 1 (GABARITO)

1 - D	2 - B	3 - D	4 - B	5 - C	6 - A	7 - C	8 - A	9 - D	10 - C
11 - A	12 - D	13 - B	14 - D	15 - B	16 - C	17 - D	18 - D	19 - A	20 - B
21 - C	22 - B	23 - B	24 - B	25 - C	26 - A	27 - B	28 - C	29 - B	30 - C
31 - D	32 - A	33 - B	34 - D	35 - A	36 - C	37 - B	38 - A	39 - D	40 - D
41 - B	42 - C	43 - A	44 - B	45 - A	46 - D	47 - A	48 - C	49 - C	50 - A
51 - C	52 - D	53 - B	54 - A	55 - C	56 - A	57 - D	58 - B	59 - A	60 - B
61 - D	62 - A	63 - C	64 - D	65 - B	66 - C	67 - C	68 - A	69 - D	70 - C
71 - A	72 - B	73 - B	74 - D	75 - C	76 - A	77 - B	78 - B	79 - D	80 - A
81 - B	82 - B	83 - C	84 - D	85 - C	86 - C	87 - B	88 - D	89 - A	90 - D
91 - D	92 - C	93 - B	94 - D	95 - B	96 - D	97 - A	98 - B	99 - C	100 - B

VERSÃO 2

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

A pretensão de reparação civil contra notários e oficiais de registro prescreve no prazo de:
1 (um) ano, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
5 (cinco) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
3 (três) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
10 (dez) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, quando o documento contiver mais de duas páginas, a apostila será emitida por
documento, salvo se o solicitante do serviço requerer de outra forma.
página.
página, cobrando-se metade do valor a partir da segunda página.
folha, cobrando-se um único ato para a frente e o verso.

A reabilitação, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, alcançará somente
as penas de repreensão, multa e suspensão.
as penas de repreensão e multa.
a pena de repreensão.
as penas de multa e suspensão.

Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, após a investidura do titular em outra delegação pela aprovação em novo concurso, caso o início de exercício não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias, a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, sem revigorar a delegação anterior.
a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, permanecendo o titular na delegação anterior.
a investidura será tornada sem efeito, facultando-se nova investidura no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da delegação anterior.
a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, instaurando-se procedimento administrativo disciplinar para aplicação de pena.

A Lei Estadual nº 11.331/2002 define a repartição da receita do Estado sobre os emolumentos, prevista na alínea “b” do inciso I do art. 19, sendo a maior parte destinada
à Fazenda do Estado.
ao Fundo Social de Solidariedade.
ao custeio das diligências dos oficiais de justiça incluídas na taxa judiciária.
ao Fundo de Assistência Judiciária.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a recepção de títulos e outros documentos encaminhados por via postal é
possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida, por semelhança ou por autenticidade.
possível, desde que o formulário esteja acompanhado de xerocópia simples da cédula de identidade do signatário, dispensado o reconhecimento de firma.
possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida por autenticidade.
vedada.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o Tabelião
submeterá o caso à apreciação do Juiz Corregedor Permanente.
o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.
comunicará ao Juízo respectivo que a ordem não pôde ser cumprida, salvo se constar expressa previsão de cumprimento como ordem de sustação dos efeitos do protesto.
comunicará que o título ou o documento de dívida permanece no tabelionato, à disposição do Juízo respectivo.

Conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante
ordem judicial, a requerimento escrito do devedor.
requerimento escrito de qualquer interessado.
requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.
requerimento, verbal ou escrito, de qualquer interessado.

No Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o registro da constituição de sociedade de advogados
conterá a indicação de que é necessária a inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
é vedado.
depende da comprovação do pedido de inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
será comunicado ao respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

Não se admite a constituição de fundação de direito privado para fins de
habitação de interesse social.
atividades religiosas.
segurança alimentar e nutricional.
promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos que pretenda utilizar sistema de microfilmagem na serventia deverá
obter autorização do Juiz Corregedor Permanente.
efetuar comunicação ao Juiz Corregedor Permanente.
estar autorizado pelo órgão competente do Ministério da Justiça.
efetuar comunicação ao órgão competente do Ministério da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente.

No Registro de Títulos e Documentos, salvo má-fé, devidamente comprovada, o Oficial
não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, por vícios extrínsecos ou pelos erros ou vícios no processo do registro.
não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.
não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, nem pelos erros ou vícios no processo do registro.
será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, bem como pelos erros ou vícios no processo do registro.

No registro de imóveis, a escritura de compra e venda com condição resolutive por falta de pagamento poderá ser registrada na matrícula, desde que, no próprio ato do registro, conste a condição de sua resolução, em caso de falta de pagamento.

poderá ser registrada na matrícula, seguida da averbação da cláusula resolutive por falta de pagamento.

não poderá ser registrada em razão da vedação legal de cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, em caso de falta de pagamento.

poderá ser registrada como compra e venda pura, considerando-se como não escrito o pacto comissório vedado em lei.

Em relação à alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que

não poderá ter como objeto imóvel submetido ao Registro Torrens.

poderá ser contratada por qualquer pessoa, independentemente de estar esta autorizada a operar no Sistema Financeiro Imobiliário ou ser Instituição Financeira.

somente poderá ser contratada no momento da aquisição do imóvel.

somente poderá ter como objeto a propriedade ou o domínio útil.

Em relação à usucapião extrajudicial,

por ser aquisição originária, sempre uma nova matrícula deverá ser aberta para o seu registro.

não basta o notificado não ser encontrado, sendo necessário que o oficial se valha de todos os meios de localização; frustradas as diligências, este certificará estar o notificado em lugar incerto ou não sabido e promoverá a publicação de editais.

no caso de o imóvel ser unidade autônoma em condomínio edilício, fica dispensada a apresentação da planta e memorial descritivo.

a falta de anuência expressa do confinante notificado faz presumir a sua discordância, inviabilizando o registro.

Quando, no registro de aquisição constante da matrícula, faltarem os elementos de identificação unívoca do comprador, como os números do CPF e do RG, a qualificação de uma escritura de compra e venda do imóvel, que tenha por objeto o imóvel desta matrícula, deverá ser precedida de averbação para a inserção desses dados com base

em qualquer documento idôneo a critério e responsabilidade do oficial.

nos elementos já constantes da escritura, visto que os mesmos já foram verificados pelo Tabelião.

na decisão judicial, visto caber ao juiz corregedor permanente verificar a coincidência da identidade do vendedor com aquele constante do registro.

em documentos oficiais, cabendo ao registrador a responsabilidade de verificar a correta identificação.

No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, o par de chaves criptográficas será gerado

em conjunto pela Autoridade de Registro (AR) e pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.

pela Autoridade de Registro (AR), na presença do titular.

sempre pelo próprio titular.

pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.

Com relação às certidões expedidas pelo registrador de imóveis,

caberá exclusivamente ao oficial escolher a melhor forma para a sua expedição, mesmo existindo pedido expresso, especificando determinada forma.

quando tiverem por objeto imóvel matriculado, deverão ser de inteiro teor da matrícula.

não poderão ter como objeto inteiro teor de título devolvido cuja prenotação esteja cancelada por decurso de prazo.

poderão ser fornecidas no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive as emitidas de forma eletrônica.

A Regularização Fundiária Urbana (Reurb)

poderá ser realizada somente nos imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana.

poderá ser realizada nos imóveis rurais com uso e características urbanas, cuja área seja inferior à fração mínima de parcelamento, tanto na modalidade Reurb-S quanto na Reurb-E.

desde que com autorização da autoridade militar competente, poderá ser realizada em área indispensável à segurança nacional ou de interesse da defesa.

não poderá ser realizada em área de preservação permanente, área de unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais.

No procedimento de retificação da descrição do terreno perante o registro de imóveis, em havendo impugnação por parte de um dos confrontantes notificados,

o registrador deverá intimar o requerente e o profissional que houver assinado a planta, para se manifestarem; se as partes não formalizarem transação, o cabimento da impugnação será por ele examinado.

o registrador deverá rejeitá-la de plano, se entender, em ato fundamentado, ser ela infundada e prosseguir na retificação caso o impugnante não recorra no prazo de 10 (dez) dias.

entendendo ser essa fundamentada, o registrador deverá ouvir, no prazo de 5 (cinco) dias, o requerente e o profissional que houver assinado a planta e, após, encaminhar os autos ao Juiz Corregedor Permanente.

deverá o registrador encaminhar os autos ao Corregedor Permanente, a quem cabe examiná-la.

Em relação às consultas por meio eletrônico no registro de imóveis, é correto afirmar que elas

poderão também ser feitas por meio de correio eletrônico, sendo obrigatório que as respostas por esse meio sejam sempre assinadas eletronicamente.

poderão tanto ser feitas pela internet, quanto pela Central Registradores de Imóveis, ou por meio de página mantida pela própria serventia.

somente poderão ser feitas por meio da Central Registradores de Imóveis.

poderão também ser feitas por terminal de autoatendimento, desde que operado e mantido dentro das dependências físicas da serventia.

Com relação ao Livro nº 5 – Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.
Somente poderá ser escriturado eletronicamente em forma de banco de dados relacional.
A critério do oficial, poderá ser escriturado por meio de fichas arquivadas em ordem alfabética.
Nos termos do art. 3º da Lei nº 6.015/1973, poderá ser escriturado em livros encadernados.
Mesmo mantendo banco de dados relacional, será obrigatória a utilização em paralelo de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Em relação ao registro de imóveis, assinale a alternativa correta.

Em uma mesma cédula de crédito rural, não podem ser dadas em garantia bens móveis e imóveis, simultaneamente, devendo ser emitida uma cédula rural pignoratícia, no primeiro caso, e uma cédula rural hipotecária, no segundo.

A nota de crédito rural, por ser um título de crédito sem qualquer garantia real, não tem acesso ao registro de imóveis.

A nota de crédito rural é registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, da circunscrição da situação do imóvel destinatário do financiamento, salvo se o emitente for uma cooperativa.

Os imóveis dados em garantia na cédula rural hipotecária devem estar todos localizados em uma mesma circunscrição imobiliária.

Quanto à emancipação, é correto afirmar que será

obrigatoriamente averbada no Livro A, tanto nos casos estabelecidos por concessão dos pais mediante escritura pública, como também nas hipóteses decorrentes de sentença judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos.

averbada no Livro A, quando oriunda de concessão dos pais e formalizada por instrumento público.

registrada no Livro E.

registrada no Livro E, apenas na hipótese decorrente de sentença judicial.

Em relação à morte presumida, é correto afirmar que

será registrada no Livro E, quanto ao ausente, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.

será lavrado no Livro E o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, mediante o cumprimento de mandado judicial, expedido nos autos de justificação, quando esteja provada a presença daquela pessoa no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

do registro da sentença de declaração da morte presumida não deverá constar a data provável do falecimento.

o registro da morte presumida não tem aptidão para dissolver o casamento válido.

Em relação ao registro da interdição, é correto afirmar que

o nubente interdito, seja qual for a data ou os limites da interdição, não poderá contrair casamento.

não se fará menção ao lugar onde está internado o interdito, ainda que a sentença apresente de forma explícita tal informação.

o Registro Civil com atribuição para registrar a interdição é o da comarca em que foi proferida a sentença.

o registro da sentença de interdição será levado a efeito no domicílio do interdito.

Em relação ao registro da ausência, é correto afirmar que

o registro da sentença declaratória que nomear curador será feito no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição.

após efetivado o registro de ausência, deverá o Registrador Civil, no prazo de 5 (cinco) dias, promover a devida comunicação à serventia detentora dos registros de nascimento e, ou, de casamento do ausente, ficando dispensado de realizar as remissões recíprocas de anotação, na hipótese de os assentos primitivos encontrarem-se registrados na sua própria unidade de serviço.

a partir do registro da sentença declaratória de ausência, considera-se legalmente morto o ausente.

a abertura de sucessão provisória não poderá ser objeto de averbação no registro de ausência.

No que se refere ao registro de união estável, resta autorizado afirmar que

não se fará menção, no registro, do nome que os companheiros passam a ter em virtude da união estável, mesmo que a sentença declaratória de reconhecimento ou a escritura pública de contrato assim disponham.

terão ingresso no Livro E apenas os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento de união estável, ao passo que as escrituras públicas de contrato de união estável, após prévia habilitação, serão registradas no Livro B-auxiliar.

não poderá ser promovido o registro de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, ressalvados os casos em que a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

o registro das sentenças de união estável serão automaticamente convertidos em casamento após o prazo de 15 (quinze) dias, verificando-se a inexistência de impedimentos ou causas suspensivas.

Com relação à adoção, assinale a alternativa correta.

Após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a adoção do maior passou a ser estabelecida exclusivamente por escritura pública, não se permitindo, entretanto, a adoção por procuração.

A adoção unilateral do menor ou do maior será averbada sem cancelamento do registro original.

A adoção do maior de 18 (dezoito) anos independe da assistência efetiva do poder público e, ou, de sentença constitutiva.

A certidão de nascimento de inteiro teor de pessoa adotada que ainda não atingiu a maioridade somente poderá ser fornecida aos seus pais adotivos e a mais ninguém, independentemente de autorização judicial, mas com o arquivamento no classificador próprio do respectivo pedido, devidamente assinado e com firma reconhecida.

No que se refere às averbações, assinala a alternativa correta.

Poderá ser averbada no Livro A a suspensão do poder familiar, decretada liminarmente pela autoridade judiciária, sem menção ao trânsito em julgado.

A averbação será feita pela Unidade de Serviço em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

No âmbito do Registro Civil, são inadmissíveis as averbações requeridas pelos próprios interessados, uma vez se tratar de matéria reservada ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Nos casos de averbação relativa aos programas de proteção às vítimas e testemunhas de que trata o art. 57, § 7º da Lei de Registros Públicos, em nenhuma hipótese serão os dados excluídos da Central de Informações do Registro Civil – CRC.

A respeito dos atos que alteram o conteúdo ou os efeitos do casamento, assinala a proposição correta.

Inexistindo bens a partilhar, dispensa-se o trânsito em julgado para a averbação das sentenças de separação judicial e divórcio litigioso.

Na averbação de divórcio decorrente de escritura pública, conforme a Lei nº 11.441/2007, não será facultado ao cônjuge a retomada de seu nome de solteiro, uma vez que o acordo entre as partes não poderá envolver a alteração de nome.

A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos, e, ou, partilha de bens, independe de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

O restabelecimento da sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial, porém, a averbação do restabelecimento somente poderá ser efetivada depois de averbada a separação, podendo ser simultâneas.

Quanto às retificações administrativas processadas no âmbito do Registro Civil das Pessoas Naturais, afirma-se corretamente que

os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício, pelo Registrador Civil, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

o art. 110 da Lei de Registros Públicos foi revogado, conservando-se unicamente a via judicial para a obtenção das retificações.

o Registrador Civil retificará o assento, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento, mediante petição assinada pelo interessado, independentemente de prévia autorização judicial ou da manifestação do Ministério Público, nos casos de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.

a correção dos erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, submetendo-se o feito ao órgão do Ministério Público e, igualmente, à conclusão do Juiz Corregedor Permanente.

A respeito dos traslados de assentos lavrados em país estrangeiro, é correto afirmar que

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado, sem necessidade de autorização judicial.

a autorização para o traslado será concedida na esfera administrativa pelo Juiz Corregedor Permanente.

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, de qualquer serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais localizada no território nacional, ou, na hipótese de o brasileiro residir no exterior, no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal.

a autorização para o traslado será concedida exclusivamente pela via jurisdicional.

Quanto ao registro de nascimento, assegura-se como verdadeira a seguinte proposição:

todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser objeto de assentamento no Registro Civil das Pessoas Naturais, inclusive o do indígena não integrado.

os registros de nascimento de nascidos no território nacional, nos casos em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país, no Brasil, deverão ser efetuados no Livro E, mediante a ressalva de que o registrado não possui a nacionalidade brasileira.

no caso do indígena, integrado ou não, o Registrador Civil não admitirá a utilização de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo o seu portador, facultado, entretanto, o lançamento de sua etnia como sobrenome.

a naturalidade do registrando deverá ser lançada no assento de nascimento, podendo corresponder ao município em que ocorreu o parto, ou, ainda, sob a opção do declarante, ser escolhido o município de residência da mãe, localizado ou não no território nacional.

Quanto à escrituração dos Livros do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar:

para facilidade do serviço, podem os livros ser escriturados em folha do tipo A4, destinando-se a frente e o verso de cada folha para um único assento, facultando-se a utilização de etiquetas adesivas para a prática das anotações à margem dos assentos, atendidas as exigências normativas.

os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Registrador Civil ou por seus prepostos, facultando-se a cada Unidade de Serviço a livre escolha dos modelos a serem utilizados.

findando-se um livro, conserva-se o seu número, promovendo-se a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinitivamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ. 2-BA a 2-BZ, etc.

os números de ordem dos registros serão interrompidos no fim de cada livro, reiniciando-se, nos seguintes da mesma espécie.

A respeito da publicidade e das certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

o Registrador Civil goza de independência no exercício de suas atribuições, não sendo obrigado a emitir certidão do lhe for requerido.

por intermédio da Central de Informações do Registro Civil – CRC permite-se ao Registrador Civil a emissão de certidões eletrônicas.

a certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos, sendo que, neste último caso, na hipótese de inexistir especificação no pedido, ficará dispensado o Registrador Civil de mencionar eventual alteração do registro, quer seja advinda de averbação ou anotação.

apesar de facultativa, recomenda-se a inserção do número de matrícula nas certidões, evidenciando-se, por meio de seus algarismos, o código nacional da serventia, o código do acervo, o código 55, vinculado ao registro civil, o ano do registro, o tipo de livro, os números do livro, da folha e do termo, além do dígito verificador.

De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas é o responsável pelo ato notarial praticado:

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; a redação do ato é responsabilidade do escrevente responsável pela lavratura.

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; quanto à redação do ato, a responsabilidade do Tabelião de Notas é subsidiária à responsabilidade do preposto escrevente que o lavrou.

tanto por sua redação, quanto por seu conteúdo jurídico, mesmo quando lavrado pelos substitutos.

apenas quando subscrito por ele.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a abertura e o encerramento dos livros e a rubrica das respectivas folhas competem

exclusivamente ao Tabelião de Notas.

ao Tabelião de Notas ou ao seu substituto legal.

ao Tabelião de Notas, seus substitutos ou escrevente autorizado.

ao Tabelião de Notas e, apenas nas suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal.

No Estado de São Paulo, as Normas da Corregedoria Geral da Justiça determinam que, lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer

somente no momento da lavratura do ato.

em até 15 (quinze) dias.

em até 60 (sessenta) dias.

em até 30 (trinta) dias.

Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, afirma-se que:

O testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e assinado pelo testador, deve ser apresentado ao Tabelião de Notas, na presença de três testemunhas, com a declaração de que aquele é seu testamento e que o quer aprovado.

O Tabelião de Notas deverá numerar e rubricar todas as páginas do testamento cerrado.

Lavrado o auto de aprovação do testamento cerrado, este será assinado apenas pelo Tabelião de Notas.

O testamento cerrado é vedado aos que não sabem ou não podem ler.

O Tabelião de Notas, ou seu substituto legal, na presença do testador e das testemunhas, iniciará, imediatamente após a última palavra, e no próprio instrumento do testamento, a lavratura do auto de aprovação do testamento cerrado.

Estão corretos os itens:

I, III, IV e V, apenas.

II, IV e V, apenas.

I, II e III, apenas.

I, II, III, IV e V.

No Estado de São Paulo, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, as certidões de escrituras públicas de testamento serão expedidas,

enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

a qualquer tempo, a pedido de qualquer interessado, independentemente do interesse jurídico de quem a solicite.

enquanto não comprovado o falecimento do testador, somente mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à escrituração dos atos notariais.

A cláusula em tempo não é admitida, ainda que exarada antes da assinatura das partes e dos demais comparecentes.

A escrituração far-se-á apenas em cor azul ou preta indelével.

Os atos notariais, redigidos obrigatoriamente na língua nacional, serão manuscritos, datilografados ou impressos nos livros de notas.

Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

Sobre a escrituração dos atos notariais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

Os espaçamentos entre as linhas e as tabulações não precisam ser rigorosamente iguais até o encerramento do ato.

Pelo ato notarial incompleto serão devidos os emolumentos e as custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

As atas notariais poderão conter imagens coloridas, mas não poderão conter expressões em outras línguas ou alfabetos.

O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, sem necessidade de expor suas razões por escrito.

Quanto à ficha-padrão e ao reconhecimento de firmas, e nos termos da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

é vedado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, mesmo se adotados os caracteres comuns.

apenas os maiores de 18 anos, ou menores emancipados, poderão abrir ficha-padrão.

o preenchimento do cartão de firmas deve ser feito na presença de Tabelião de Notas ou do escrevente que deve conferi-lo e visá-lo.

é permitido o reconhecimento de firma em documentos sem data ou que contenham, no contexto, espaços em branco.

Conforme a Lei Federal nº 8.935/94, é correto afirmar que

é vedado ao Tabelião de Notas realizar gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais.

o Tabelião pode realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, e poderá cobrar por esses atos.

é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

o Tabelião de Notas pode praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

No que concerne ao *habeas data*, assinale a alternativa correta.

Pode ser concedido para assegurar acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de banco de dados de pessoas jurídicas que prestem serviço de interesse público.

É cabível quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

É incabível para mera retificação ou complementação de dados a respeito da pessoa do impetrante.

É indispensável para sua impetração o recolhimento integral das custas judiciais e a constituição de advogado.

Um tratado internacional, ratificado pelo Brasil, que verse sobre títulos de crédito, tem valor hierárquico de lei complementar.

lei ordinária.

emenda constitucional.

norma constitucional.

Patrick, irlandês, reside no Brasil há mais de dez anos e é casado com uma brasileira. Ele ajuíza ação popular para anular um ato lesivo ao meio ambiente. Considerando esse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

O autor carece de interesse processual, devendo ajuizar ação de perdas e danos em face do responsável pelo ato lesivo.

A ação é incabível, pois não se subsume a nenhuma das hipóteses previstas para o seu ajuizamento.

O autor deverá providenciar o recolhimento integral das custas judiciais, como requisito indispensável para a propositura da demanda.

O autor é parte ilegítima para propor a demanda.

Sobre a Organização do Estado da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada e aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.

nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

o Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, é regido pela Constituição Distrital e tem a competência legislativa exclusiva reservada aos Estados.

compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios Federais, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.

Compete privativamente à União legislar sobre:

proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

registros públicos.

desapropriação.

previdência social, proteção e defesa da saúde.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

II e IV.

II e III.

I e III.

I e II.

A respeito dos servidores públicos, é correto afirmar que

o servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se a regra geral de aposentadoria do servidor público civil.

os servidores públicos estáveis perderão o cargo por decisão judicial do 2º grau de jurisdição, mesmo sem trânsito em julgado.

Sobre a emenda à Constituição da República, é correto afirmar que a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.

a proposta poderá ser apresentada por um terço das Assembleias Legislativas das unidades de Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

a proposta poderá ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

a emenda à Constituição será promulgada pela Presidência da República, com o respectivo número de ordem.

Entre os preceitos constitucionais da educação, está

a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.

a educação básica obrigatória e gratuita, dos 3 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

a obrigatoriedade de o ensino fundamental regular ser ministrado exclusivamente em língua portuguesa, inclusive nas comunidades indígenas.

o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A respeito do estado de sítio, é correto afirmar que

pode o Presidente da República decretar o estado de sítio, ouvidos previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

é decretado por prazo indeterminado e o seu decreto indicará as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais, que ficarão suspensas.

deve o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar ou prorrogar o estado de sítio, com a exposição dos motivos determinantes do pedido, por prazo inicial de trinta dias, cabendo ao Congresso Nacional decidir por maioria simples.

pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou no caso de declaração e guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

Assinale a alternativa correta.

A seguridade social será financiada pelo Poder Público, de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social.

O trabalhador, o aposentado e o pensionista pelo regime geral da previdência sujeitam-se à contribuição social para o financiamento da seguridade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Quanto à Administração direta e indireta, assinale a alternativa correta.

A autarquia somente desempenha funções de caráter econômico voltadas ao melhor funcionamento da gestão administrativa e financeira.

A Presidência da República, por ser um órgão superior do Executivo, não integra a Administração direta.

A Administração indireta é composta exclusivamente por pessoas jurídicas que podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado.

As fundações públicas integram a Administração direta.

Com relação ao ato administrativo, é correto afirmar:

o ato administrativo, assim que praticado, pode ser imediatamente executado pela Administração.

é incompatível com o regime jurídico do ato administrativo a subordinação de seus efeitos a evento futuro e certo.

a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.

o ato administrativo depende da concordância tácita do administrado para imposição de obrigações ao mesmo.

No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que

a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.

não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.

a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.

a imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.

Em conformidade às decisões da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ocorrendo o não provimento de recurso administrativo interposto em face de decisão disciplinar do Juiz Corregedor Permanente, pela Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que

cabe a interposição de recurso administrativo perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça.

não há previsão normativa da interposição de recurso administrativo perante outro órgão administrativo.

cabe interposição de recurso perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

cabe interposição de recurso administrativo perante a Presidência do Tribunal de Justiça.

Com relação à coisa julgada administrativa, no âmbito do processo administrativo, assinale a alternativa correta.
Configurada a coisa julgada administrativa, não é possível sua modificação em processo judicial.
A coisa julgada administrativa somente é passível de modificação em benefício do administrado.
Após o decurso do prazo para interposição de recursos em face da decisão final do processo administrativo, pode ocorrer reexame do mérito da questão pela Administração.
A coisa julgada administrativa impede a alteração da decisão administrativa pela própria Administração.

Os Notários e Oficiais de Registro, no Estado de São Paulo, podem requerer a reabilitação das penas disciplinares de repreensão, multa e suspensão, após o decurso do prazo de
cinco anos do cumprimento da pena.
três anos do cumprimento da pena.
dois anos do cumprimento da pena.
um ano do cumprimento da pena.

Para caracterização do ato de improbidade que importe em enriquecimento ilícito, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar:
imprescindível a presença de dano material à Administração.
o sujeito ativo do ato de improbidade, que importe em enriquecimento ilícito, pode ser somente agente público.
ser dispensável a presença do dano ao erário.
a caracterização do ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito pode decorrer de culpa ou dolo.

A impossibilidade do Notário ou Registrador negar o atendimento a qualquer usuário do serviço público encerra a concretização do seguinte princípio do regime jurídico dos serviços públicos:
continuidade do serviço público.
igualdade ou generalidade do serviço público.
eficiência do serviço público.
modicidade da remuneração do serviço público.

Os recursos administrativos relativos a dúvidas registrárias, decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, apresentados perante o Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, têm a natureza jurídica de
agravo interno.
recurso hierárquico impróprio.
recurso hierárquico próprio.
pedido de reconsideração.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a competência para o julgamento de Processo Administrativo Disciplinar em face de Titular de Delegação de Serviço Notarial ou de Registro
é do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.
é da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
é das Comissões Permanentes eleitas pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça.
é da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO TRIBUTÁRIO

A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
As taxas estão submetidas apenas à anterioridade de exercício, mas não se vinculam à anterioridade nonagesimal.
As contribuições sociais poderão ser exigidas após 90 (noventa) dias da lei que as instituiu ou modificou, sendo inaplicável a anterioridade de exercício.
Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.
A alíquota de qualquer tributo somente poderá ser alterada por força de lei.

Assinale a alternativa correta.
Em relação aos emolumentos, a competência tributária poderá ser delegada ao Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.
Os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado, sendo, portanto, vedada a instituição de isenções tributárias em relação aos emolumentos.
O princípio da anterioridade não deve ser observado em relação aos emolumentos.
São sujeitos passíveis por substituição, no que se refere aos emolumentos, os notários e registradores.

Assinale a alternativa correta.
A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
As pessoas jurídicas não podem ser consideradas contribuintes dos emolumentos.
Os emolumentos possuem natureza jurídica de taxa.
Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos.

De acordo com o Código Tributário Nacional,
o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo ainda não previsto em lei.
não se interpreta de maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações.
interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
o emprego de equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Sobre o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doação – ITCMD – assinale a opção correta.

Terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.

No que diz respeito a bens móveis, títulos e créditos, o imposto compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a instituição do imposto será regulada por decreto legislativo estadual.

Constitui tributo não vinculado a qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte:

taxa.

imposto.

tarifa.

contribuição de melhoria.

DIREITO CIVIL

No que se refere ao casamento celebrado mediante procuração, assinale a alternativa correta.

No casamento nupcial, nenhum dos nubentes pode se fazer representar por mandatário.

A outorga da procuração deve se dar por instrumento público, com poderes especiais, e eventual revogação do mandato precisa chegar ao conhecimento do mandatário para produzir efeitos.

O estrangeiro não pode se casar no Brasil mediante procuração, se sua lei nacional apresentar disposição legal em sentido contrário.

Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.

Tibério, viúvo, tem sessenta anos de idade, sofre de problemas cardíacos e dispõe de uma única fonte de renda, consistente nos proventos de sua aposentadoria, no valor de um salário-mínimo. Possui quatro filhos, Floriano, Júlio, Caio e Adriano, todos maiores e capazes e pretende ajuizar uma ação de alimentos, visando ao arbitramento de uma pensão alimentícia no valor correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que o alimentando

pode ajuizar a demanda em face de apenas um dos filhos, pleiteando o pagamento integral daquele valor, pois a obrigação alimentar é solidária.

pode ajuizar a ação contra um dos filhos, mas para postular o pagamento de um quarto daquele valor, pois a obrigação é divisível.

pode ajuizar a ação em face de qualquer um dos filhos, mas este poderá pleitear a denunciação da lide aos outros filhos, pois a obrigação é divisível.

deve ajuizar a demanda contra os quatro filhos, respondendo cada um deles por um quarto do montante pleiteado.

Tito e Flávia, em 7 de março de 2017, firmaram pacto antenupcial, mediante escritura pública, adotando o regime da separação de bens. Em 7 de outubro do mesmo ano, convolveram núpcias, mas não levaram a registro a convenção antenupcial. Nesse caso, é correto afirmar que

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges, seus herdeiros, bem como perante terceiros, retroagindo seus efeitos à data da celebração da convenção.

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, pois o registro é indispensável para que produza efeitos.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges e seus herdeiros, porém não produzirá efeitos perante terceiros.

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, porque o casamento foi celebrado após o prazo de noventa dias da lavratura da escritura pública.

Configura-se a adição quando

o testador, de modo expresso ou tácito, no mesmo testamento ou em outro posterior, revoga o legado.

os quinhões dos herdeiros testamentários ou legatários são acrescidos com o quinhão do coerdeiro testamentário ou do colegatário excluído da sucessão.

aberta a sucessão, designa-se o herdeiro sucessível para quem se transferirão os direitos e obrigações de titularidade do falecido.

há a extensão do legado às benfeitorias que venham a ser feitas no imóvel legado, após o testamento.

Ocorre o rompimento do testamento

por violação do lacre do testamento cerrado, após a conclusão do auto de aprovação, acarretando sua revogação.

com a pré-morte do herdeiro sucessível ou a inexistência de bens a serem herdados.

com a superveniência de descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, se aquele descendente sobreviver ao autor do testamento.

por ato voluntário do testador, revogando expressamente o testamento anterior.

Configura-se a erepção quando

inexistindo testamento e não havendo herdeiros sucessíveis, ou tendo todos eles renunciado, a herança passa ao domínio do Município ou do Distrito Federal.

o testador, que não possui herdeiros necessários, dispõe de todo o seu patrimônio sem contemplar os herdeiros facultativos.

aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança é admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

o sucessor indigno é obrigado a restituir os bens ereptícios que recolheu no momento da abertura da sucessão.

Cícero faleceu, *ab intestato*, sem deixar cônjuge ou companheira supérstite, descendentes e nem genitores vivos. Deixou, todavia, um avô paterno e um bisavô – pai de sua avó paterna premorta – bem como dois avós maternos. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta relativa à divisão da herança.

A divisão se fará por cabeça, cabendo a cada um dos três avós vivos 1/3 (um terço) do acervo hereditário.

A divisão se fará por linha, metade da herança será destinada ao avô paterno e a outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) a cada um destes.

A divisão se fará por estirpe, recebendo o avô paterno metade da herança, por representação do pai premorto do autor da herança, afastando da sucessão o ascendente de grau mais remoto. A outra metade será destinada aos avós maternos, por representação da mãe premorta do *de cujus*, cabendo a cada um destes 1/4 (um quarto) do acervo hereditário.

A divisão se fará por linhas, metade da herança será destinada à linha paterna, cabendo 1/4 (um quarto) para o avô paterno e 1/4 para o bisavô, que herdará por direito de representação. A outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) da herança para cada um destes.

No que concerne ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

Os institutos da lesão e da onerosidade excessiva coadunam-se com o princípio da função social do contrato.

O estado de perigo acarreta a nulidade do negócio jurídico, uma vez comprovada a onerosidade excessiva da obrigação e o conhecimento do perigo pela outra parte.

Tanto os negócios jurídicos unilaterais como os bilaterais são suscetíveis de celebração com reserva mental.

A integração do negócio jurídico visa apurar o sentido da declaração de vontade manifestada pelas partes.

Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

há perda da propriedade.

a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, é correto afirmar:

o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

a sub-rogação é convencional em favor do credor que paga a dívida do devedor comum.

a confusão só pode verificar-se a respeito de toda a dívida.

Com relação ao erro, dolo e coação, é correto afirmar que

se as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anulação do negócio jurídico.

a coação também se caracteriza pela ameaça de um mal impossível ou remoto.

na coação física (*vis absoluta*) o negócio jurídico é nulo ou inexistente em razão da ausência de manifestação de vontade.

o erro accidental, ou sanável, é o que diz respeito a qualidades essenciais ao objeto da declaração ou da pessoa a quem se refira a declaração de vontade.

Quanto ao negócio jurídico, é correto afirmar:

em nenhuma hipótese o silêncio pode ser considerado como manifestação de vontade.

negócio jurídico unilateral é o que cria obrigações para apenas uma das partes.

a boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico não têm relevância para sua interpretação.

a reserva mental no negócio jurídico encerra a manifestação de vontade pelo declarante sem correspondência com sua vontade real, com o fim de enganar ou iludir o declaratório.

“A” é devedor de “B” quanto à entrega de uma tonelada de laranjas. “B” é devedor de “A” quanto ao pagamento de R\$ 10.000,00 de dívida a vencer em trinta dias. Antes do vencimento da obrigação da qual “B” é devedor, “A” e “B” convencionam a extinção das obrigações por compensação. Nesse caso,

haverá a extinção das obrigações por compensação convencional.

é incabível a compensação em razão das prestações não serem da mesma natureza, donde não são fungíveis entre si.

não será possível a compensação pelo fato de uma das dívidas não estar vencida.

haverá extinção das obrigações por imputação em pagamento.

Com relação à cláusula penal e arras, é correto afirmar:

as arras confirmatórias estabelecem entre as partes o direito de arrependimento.

as arras, para sua eficácia, dependem da efetiva entrega do bem a outra parte.

as arras têm natureza acessória, ao passo que a cláusula penal tem caráter de obrigação principal.

a cláusula penal, por expressa estipulação das partes, pode superar o valor da obrigação principal.

“A” realizou a doação pura de um veículo em favor de “B”. Uma semana após a tradição do bem, ele passou a apresentar problemas relevantes no motor, decorrentes de vício oculto existente antes da celebração do contrato. Nesse caso,

“B” poderá requerer a rescisão do contrato por meio da ação redibitória ou o valor equivalente ao conserto do motor do veículo pela ação estimatória, a sua escolha.

“B” poderá pedir a rescisão do contrato por meio da ação redibitória.

“B” poderá requerer perante “A” o valor equivalente ao pagamento do conserto do motor do veículo, por meio da ação estimatória.

não cabe ação de rescisão do contrato por vício redibitório.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado suspenderá o processo e nomeará curador especial à parte processualmente incapaz. se em grau de recurso, deverá devolver os autos ao 1º grau de jurisdição para a correção do vício. suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. julgará o processo extinto, sem resolução do mérito.

A gratuidade da Justiça compreende
o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução.
os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial, ainda que não decorrentes do processo judicial no qual o benefício foi concedido.
os honorários advocatícios contratados com seu advogado.
os honorários de seu assistente técnico.

A respeito da penhora de imóvel, leia as afirmações a seguir:
será realizada por termo nos autos, quando o imóvel estiver localizado na comarca do processo e o exequente apresentar certidão da respectiva matrícula.
recaindo a penhora sobre bem imóvel indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
a inscrição da penhora no cartório de registro imobiliário competente constitui presunção relativa de conhecimento por terceiros.
da penhora deverá ser o cônjuge do executado intimado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.
Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.
I e III.
I e IV.
II e IV.
II e III.

O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, dentre elas
as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens imóveis, estas desde que seu valor não exceda quarenta salários-mínimos.
as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens móveis, desde que não excedam oitenta salários-mínimos.
as causas cujo valor não exceda oitenta salários-mínimos e a execução dos seus julgados.
as causas cujo valor não exceda quarenta salários-mínimos e as ações de despejo por denúncia vazia, qualquer que seja o seu valor.

DIREITO PENAL

Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz **não** poderá determinar
a anulação dos atos e contratos relativos à venda, compra e locação do patrimônio em comum.
a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
a suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.
a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.

Especificamente em relação aos crimes contra o patrimônio, a isenção de pena e a ação penal condicionada à representação, contempladas, respectivamente, nos artigos 181 e 182, ambos do Código Penal, aplicam-se:
se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
se o agente comete o crime em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal e/ou se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.
ao estranho que participa do crime.
quando haja emprego de grave ameaça à pessoa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Em matéria de competência em Direito Processual Penal, é lícito afirmar que
não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.
quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
nos casos de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do querelado, ainda que conhecido o local da infração.
quando o último ato da execução for praticado fora do território nacional, será competente o foro do domicílio ou residência do réu.

DIREITO COMERCIAL

Sobre o cheque, é correto afirmar que
as obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
a assinatura do emitente do cheque deve ser de próprio punho, sendo vedada a utilização de chancela mecânica ou processo equivalente.

o cheque é transmissível por via de endosso, total ou parcial.
a morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão invalida os efeitos do cheque.

Para o Código Civil, o empresário é
um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.
o sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

A inabilitação para o exercício da atividade empresarial decorrente da condenação por crime previsto na Lei nº 11.101/2005:

deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.
deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.
é efeito automático da sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.
é efeito automático da sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.

Segundo o Código Civil, é correto afirmar que
o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial, caso o capital não esteja integralizado.
o empresário individual casado pode alienar bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.
o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens móveis empregados na atividade empresarial se o regime for de comunhão.
é necessário examinar o contrato social para verificar se o empresário individual casado necessita de anuência do cônjuge para alienar bens integrantes do ativo imobilizado.

Entende-se por propriedade industrial
concessão de modelo de utilidade, direitos autorais do empresário e clientela.
clientela, patentes de invenção e desenho industrial.
patentes de invenção, registro de marca e de desenho industrial.
repressão à concorrência, registro de invenção e de marca notória.

O administrador de sociedade empresarial
pode ser incapaz, desde que representado por seu responsável e seja titular de quota integralizada.
pode ser pessoa física maior e capaz, desde que seja sócio com mais de dez por cento do capital.
não pode ser designado fora do contrato social por documento à parte.
pode ser pessoa física maior e capaz, sócio ou não.

CONHECIMENTOS GERAIS

A respeito de Thomas Mann, é correto afirmar:
célebre romancista, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1929 e, dentre suas inúmeras obras, pode-se destacar *A Morte em Veneza*.

famoso poeta, filósofo e escritor que, ao lado de Schiller, Wieland e Herder, fez parte do denominado "Classicismo de Weimar".

renomado escritor, conhecido por suas reflexões filosóficas, recebeu grande influência do dinamarquês Søren Kierkegaard e foi autor da célebre obra *O Estrangeiro*.

grande dramaturgo, autor da famosa peça *Guilherme Tell*, que versa sobre a luta vitoriosa dos suíços na Idade Média contra a tirania e pela liberdade.

Versão 2 (GABARITO)

1 - C	2 - A	3 - A	4 - A	5 - D	6 - C	7 - B	8 - C	9 - B	10 - A
11 - C	12 - B	13 - A	14 - B	15 - C	16 - D	17 - C	18 - A	19 - B	20 - A
21 - D	22 - A	23 - C	24 - C	25 - A	26 - D	27 - A	28 - C	29 - B	30 - A
31 - D	32 - C	33 - A	34 - B	35 - A	36 - B	37 - C	38 - A	39 - D	40 - B
41 - D	42 - A	43 - B	44 - C	45 - C	46 - A	47 - B	48 - D	49 - B	50 - B
51 - A	52 - C	53 - D	54 - D	55 - B	56 - C	57 - A	58 - D	59 - B	60 - D
61 - C	62 - C	63 - B	64 - B	65 - A	66 - B	67 - D	68 - C	69 - C	70 - B
71 - B	72 - D	73 - A	74 - C	75 - A	76 - C	77 - B	78 - B	79 - C	80 - C
81 - A	82 - C	83 - D	84 - A	85 - B	86 - D	87 - C	88 - A	89 - C	90 - A
91 - A	92 - B	93 - C	94 - A	95 - C	96 - A	97 - B	98 - C	99 - D	100 - A

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

A pretensão de reparação civil contra notários e oficiais de registro prescreve no prazo de:
10 (dez) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
3 (três) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
1 (um) ano, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.
5 (cinco) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, quando o documento contiver mais de duas páginas, a apostila será emitida por
folha, cobrando-se um único ato para a frente e o verso.
página, cobrando-se metade do valor a partir da segunda página.
página.
documento, salvo se o solicitante do serviço requerer de outra forma.

A reabilitação, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, alcançará somente
as penas de multa e suspensão.
as penas de repreensão, multa e suspensão.
as penas de repreensão e multa.
a pena de repreensão.

Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, após a investidura do titular em outra delegação pela aprovação em novo concurso, caso o início de exercício não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias,
a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, instaurando-se procedimento administrativo disciplinar para aplicação de pena.
a investidura será tornada sem efeito, facultando-se nova investidura no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da delegação anterior.
a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, sem revigorar a delegação anterior.
a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, permanecendo o titular na delegação anterior.

A Lei Estadual nº 11.331/2002 define a repartição da receita do Estado sobre os emolumentos, prevista na alínea "b" do inciso I do art. 19, sendo a maior parte destinada
ao Fundo de Assistência Judiciária.
ao custeio das diligências dos oficiais de justiça incluídas na taxa judiciária.
ao Fundo Social de Solidariedade.
à Fazenda do Estado.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a recepção de títulos e outros documentos encaminhados por via postal é
vedada.
possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida por autenticidade.
possível, desde que o formulário esteja acompanhado de xerocópia simples da cédula de identidade do signatário, dispensado o reconhecimento de firma.
possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida, por semelhança ou por autenticidade.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o Tabelião
comunicará ao Juízo respectivo que a ordem não pôde ser cumprida, salvo se constar expressa previsão de cumprimento como ordem de sustação dos efeitos do protesto.
submeterá o caso à apreciação do Juiz Corregedor Permanente.
comunicará que o título ou o documento de dívida permanece no tabelionato, à disposição do Juízo respectivo.
o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.

Conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante
requerimento, verbal ou escrito, de qualquer interessado.
requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.
ordem judicial, a requerimento escrito do devedor.
requerimento escrito de qualquer interessado.

No Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o registro da constituição de sociedade de advogados
depende da comprovação do pedido de inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
será comunicado ao respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.
é vedado.
conterá a indicação de que é necessária a inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

Não se admite a constituição de fundação de direito privado para fins de promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos. habitação de interesse social. atividades religiosas. segurança alimentar e nutricional.

Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos que pretenda utilizar sistema de microfilmagem na serventia deverá
efetuar comunicação ao Juiz Corregedor Permanente.
efetuar comunicação ao órgão competente do Ministério da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente.
obter autorização do Juiz Corregedor Permanente.
estar autorizado pelo órgão competente do Ministério da Justiça.

No Registro de Títulos e Documentos, salvo má-fé, devidamente comprovada, o Oficial
não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.
não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, nem pelos erros ou vícios no processo do registro.
será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, bem como pelos erros ou vícios no processo do registro.
não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, por vícios extrínsecos ou pelos erros ou vícios no processo do registro.

No registro de imóveis, a escritura de compra e venda com condição resolutiva por falta de pagamento
poderá ser registrada como compra e venda pura, considerando-se como não escrito o pacto comissório vedado em lei.
não poderá ser registrada em razão da vedação legal de cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, em caso de falta de pagamento.
poderá ser registrada na matrícula, desde que, no próprio ato do registro, conste a condição de sua resolução, em caso de falta de pagamento.
poderá ser registrada na matrícula, seguida da averbação da cláusula resolutiva por falta de pagamento.

Em relação à alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que
poderá ser contratada por qualquer pessoa, independentemente de estar esta autorizada a operar no Sistema Financeiro Imobiliário ou ser Instituição Financeira.
somente poderá ter como objeto a propriedade ou o domínio útil.
não poderá ter como objeto imóvel submetido ao Registro Torrens.
somente poderá ser contratada no momento da aquisição do imóvel.

Em relação à usucapião extrajudicial,
não basta o notificado não ser encontrado, sendo necessário que o oficial se valha de todos os meios de localização; frustradas as diligências, este certificará estar o notificado em lugar incerto ou não sabido e promoverá a publicação de editais.
por ser aquisição originária, sempre uma nova matrícula deverá ser aberta para o seu registro.
a falta de anuência expressa do confinante notificado faz presumir a sua discordância, inviabilizando o registro.
no caso de o imóvel ser unidade autônoma em condomínio edilício, fica dispensada a apresentação da planta e memorial descritivo.

Quando, no registro de aquisição constante da matrícula, faltarem os elementos de identificação unívoca do comprador, como os números do CPF e do RG, a qualificação de uma escritura de compra e venda do imóvel, que tenha por objeto o imóvel desta matrícula, deverá ser precedida de averbação para a inserção desses dados com base
na decisão judicial, visto caber ao juiz corregedor permanente verificar a coincidência da identidade do vendedor com aquele constante do registro.
em documentos oficiais, cabendo ao registrador a responsabilidade de verificar a correta identificação.
em qualquer documento idôneo a critério e responsabilidade do oficial.
nos elementos já constantes da escritura, visto que os mesmos já foram verificados pelo Tabelião.

No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, o par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular.
em conjunto pela Autoridade de Registro (AR) e pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.
pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.
pela Autoridade de Registro (AR), na presença do titular.
Com relação às certidões expedidas pelo registrador de imóveis,
não poderão ter como objeto inteiro teor de título devolvido cuja prenotação esteja cancelada por decurso de prazo.
poderão ser fornecidas no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive as emitidas de forma eletrônica.
caberá exclusivamente ao oficial escolher a melhor forma para a sua expedição, mesmo existindo pedido expresso, especificando determinada forma.
quando tiverem por objeto imóvel matriculado, deverão ser de inteiro teor da matrícula.

A Regularização Fundiária Urbana (Reurb) não poderá ser realizada em área de preservação permanente, área de unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais.

desde que com autorização da autoridade militar competente, poderá ser realizada em área indispensável à segurança nacional ou de interesse da defesa.

poderá ser realizada somente nos imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana.

poderá ser realizada nos imóveis rurais com uso e características urbanas, cuja área seja inferior à fração mínima de parcelamento, tanto na modalidade Reurb-S quanto na Reurb-E.

No procedimento de retificação da descrição do terreno perante o registro de imóveis, em havendo impugnação por parte de um dos confrontantes notificados,

o registrador deverá rejeitá-la de plano, se entender, em ato fundamentado, ser ela infundada e prosseguir na retificação caso o impugnante não recorra no prazo de 10 (dez) dias.

deverá o registrador encaminhar os autos ao Corregedor Permanente, a quem cabe examiná-la.

o registrador deverá intimar o requerente e o profissional que houver assinado a planta, para se manifestarem; se as partes não formalizarem transação, o cabimento da impugnação será por ele examinado.

entendendo ser essa fundamentada, o registrador deverá ouvir, no prazo de 5 (cinco) dias, o requerente e o profissional que houver assinado a planta e, após, encaminhar os autos ao Juiz Corregedor Permanente.

Em relação às consultas por meio eletrônico no registro de imóveis, é correto afirmar que elas

somente poderão ser feitas por meio da Central Registradores de Imóveis.

poderão também ser feitas por terminal de autoatendimento, desde que operado e mantido dentro das dependências físicas da serventia.

poderão tanto ser feitas pela internet, quanto pela Central Registradores de Imóveis, ou por meio de página mantida pela própria serventia.

poderão também ser feitas por meio de correio eletrônico, sendo obrigatório que as respostas por esse meio sejam sempre assinadas eletronicamente.

Com relação ao Livro nº 5 – Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

Mesmo mantendo banco de dados relacional, será obrigatória a utilização em paralelo de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Nos termos do art. 3º da Lei nº 6.015/1973, poderá ser escriturado em livros encadernados.

A critério do oficial, poderá ser escriturado por meio de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Somente poderá ser escriturado eletronicamente em forma de banco de dados relacional.

Em relação ao registro de imóveis, assinale a alternativa correta.

A nota de crédito rural, por ser um título de crédito sem qualquer garantia real, não tem acesso ao registro de imóveis.

Em uma mesma cédula de crédito rural, não podem ser dadas em garantia bens móveis e imóveis, simultaneamente, devendo ser emitida uma cédula rural pignoratícia, no primeiro caso, e uma cédula rural hipotecária, no segundo.

Os imóveis dados em garantia na cédula rural hipotecária devem estar todos localizados em uma mesma circunscrição imobiliária.

A nota de crédito rural é registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, da circunscrição da situação do imóvel destinatário do financiamento, salvo se o emitente for uma cooperativa.

Quanto à emancipação, é correto afirmar que será registrada no Livro E.

averbada no Livro A, quando oriunda de concessão dos pais e formalizada por instrumento público.

registrada no Livro E, apenas na hipótese decorrente de sentença judicial.

obrigatoriamente averbada no Livro A, tanto nos casos estabelecidos por concessão dos pais mediante escritura pública, como também nas hipóteses decorrentes de sentença judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos.

Em relação à morte presumida, é correto afirmar que

o registro da morte presumida não tem aptidão para dissolver o casamento válido.

será registrada no Livro E, quanto ao ausente, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.

será lavrado no Livro E o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, mediante o cumprimento de mandado judicial, expedido nos autos de justificação, quando esteja provada a presença daquela pessoa no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

do registro da sentença de declaração da morte presumida não deverá constar a data provável do falecimento.

Em relação ao registro da interdição, é correto afirmar que

não se fará menção ao lugar onde está internado o interdito, ainda que a sentença apresente de forma explícita tal informação.

o Registro Civil com atribuição para registrar a interdição é o da comarca em que foi proferida a sentença.

o nubente interdito, seja qual for a data ou os limites da interdição, não poderá contrair casamento.

o registro da sentença de interdição será levado a efeito no domicílio do interdito.

Em relação ao registro da ausência, é correto afirmar que

após efetivado o registro de ausência, deverá o Registrador Civil, no prazo de 5 (cinco) dias, promover a devida comunicação à serventia detentora dos registros de nascimento e, ou, de casamento do ausente, ficando dispensado de realizar as remissões recíprocas de anotação, na hipótese de os assentos primitivos encontrarem-se registrados na sua própria unidade de serviço.

a abertura de sucessão provisória não poderá ser objeto de averbação no registro de ausência.

o registro da sentença declaratória que nomear curador será feito no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição.

a partir do registro da sentença declaratória de ausência, considera-se legalmente morto o ausente.

No que se refere ao registro de união estável, resta autorizado afirmar que o registro das sentenças de união estável serão automaticamente convertidos em casamento após o prazo de 15 (quinze) dias, verificando-se a inexistência de impedimentos ou causas suspensivas.

não poderá ser promovido o registro de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, ressalvados os casos em que a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

não se fará menção, no registro, do nome que os companheiros passam a ter em virtude da união estável, mesmo que a sentença declaratória de reconhecimento ou a escritura pública de contrato assim disponham.

terão ingresso no Livro E apenas os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento de união estável, ao passo que as escrituras públicas de contrato de união estável, após prévia habilitação, serão registradas no Livro B-auxiliar.

Com relação à adoção, assinale a alternativa correta.

A certidão de nascimento de inteiro teor de pessoa adotada que ainda não atingiu a maioridade somente poderá ser fornecida aos seus pais adotivos e a mais ninguém, independentemente de autorização judicial, mas com o arquivamento no classificador próprio do respectivo pedido, devidamente assinado e com firma reconhecida.

A adoção do maior de 18 (dezoito) anos independe da assistência efetiva do poder público e, ou, de sentença constitutiva.

Após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a adoção do maior passou a ser estabelecida exclusivamente por escritura pública, não se permitindo, entretanto, a adoção por procuração.

A adoção unilateral do menor ou do maior será averbada sem cancelamento do registro original.

No que se refere às averbações, assinale a alternativa correta.

No âmbito do Registro Civil, são inadmissíveis as averbações requeridas pelos próprios interessados, uma vez se tratar de matéria reservada ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Poderá ser averbada no Livro A a suspensão do poder familiar, decretada liminarmente pela autoridade judiciária, sem menção ao trânsito em julgado.

Nos casos de averbação relativa aos programas de proteção às vítimas e testemunhas de que trata o art. 57, § 7º da Lei de Registros Públicos, em nenhuma hipótese serão os dados excluídos da Central de Informações do Registro Civil – CRC.

A averbação será feita pela Unidade de Serviço em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

A respeito dos atos que alteram o conteúdo ou os efeitos do casamento, assinale a proposição correta.

O restabelecimento da sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial, porém, a averbação do restabelecimento somente poderá ser efetivada depois de averbada a separação, podendo ser simultâneas.

Inexistindo bens a partilhar, dispensa-se o trânsito em julgado para a averbação das sentenças de separação judicial e divórcio litigioso.

Na averbação de divórcio decorrente de escritura pública, conforme a Lei nº 11.441/2007, não será facultado ao cônjuge a retomada de seu nome de solteiro, uma vez que o acordo entre as partes não poderá envolver a alteração de nome.

A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos, e, ou, partilha de bens, independe de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

Quanto às retificações administrativas processadas no âmbito do Registro Civil das Pessoas Naturais, afirma-se corretamente que

a correção dos erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, submetendo-se o feito ao órgão do Ministério Público e, igualmente, à conclusão do Juiz Corregedor Permanente.

o Registrador Civil retificará o assento, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento, mediante petição assinada pelo interessado, independentemente de prévia autorização judicial ou da manifestação do Ministério Público, nos casos de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.

o art. 110 da Lei de Registros Públicos foi revogado, conservando-se unicamente a via judicial para a obtenção das retificações.

os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício, pelo Registrador Civil, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

A respeito dos traslados de assentos lavrados em país estrangeiro, é correto afirmar que

a autorização para o traslado será concedida exclusivamente pela via jurisdicional.

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, de qualquer serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais localizada no território nacional, ou, na hipótese de o brasileiro residir no exterior, no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal.

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado, sem necessidade de autorização judicial.

a autorização para o traslado será concedida na esfera administrativa pelo Juiz Corregedor Permanente.

Quanto ao registro de nascimento, assegura-se como verdadeira a seguinte proposição:

a naturalidade do registrando deverá ser lançada no assento de nascimento, podendo corresponder ao município em que ocorreu o parto, ou, ainda, sob a opção do declarante, ser escolhido o município de residência da mãe, localizado ou não no território nacional.

no caso do indígena, integrado ou não, o Registrador Civil não admitirá a utilização de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo o seu portador, facultado, entretanto, o lançamento de sua etnia como sobrenome.

os registros de nascimento de nascidos no território nacional, nos casos em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país, no Brasil, deverão ser efetuados no Livro E, mediante a ressalva de que o registrado não possui a nacionalidade brasileira.

todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser objeto de assentamento no Registro Civil das Pessoas Naturais, inclusive o do indígena não integrado.

Quanto à escrituração dos Livros do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar:

os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Registrador Civil ou por seus prepostos, facultando-se a cada Unidade de Serviço a livre escolha dos modelos a serem utilizados.

findando-se um livro, conserva-se o seu número, promovendo-se a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinitivamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ. 2-BA a 2-BZ, etc.

os números de ordem dos registros serão interrompidos no fim de cada livro, reiniciando-se, nos seguintes da mesma espécie.

para facilidade do serviço, podem os livros ser escriturados em folha do tipo A4, destinando-se a frente e o verso de cada folha para um único assento, facultando-se a utilização de etiquetas adesivas para a prática das anotações à margem dos assentos, atendidas as exigências normativas.

A respeito da publicidade e das certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

a certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos, sendo que, neste último caso, na hipótese de inexistir especificação no pedido, ficará dispensado o Registrador Civil de mencionar eventual alteração do registro, quer seja advinda de averbação ou anotação.

apesar de facultativa, recomenda-se a inserção do número de matrícula nas certidões, evidenciando-se, por meio de seus algarismos, o código nacional da serventia, o código do acervo, o código 55, vinculado ao registro civil, o ano do registro, o tipo de livro, os números do livro, da folha e do termo, além do dígito verificador.

por intermédio da Central de Informações do Registro Civil – CRC permite-se ao Registrador Civil a emissão de certidões eletrônicas.

o Registrador Civil goza de independência no exercício de suas atribuições, não sendo obrigado a emitir certidão do lhe for requerido.

De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas é o responsável pelo ato notarial praticado:

tanto por sua redação, quanto por seu conteúdo jurídico, mesmo quando lavrado pelos substitutos.

apenas quando subscrito por ele.

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; quanto à redação do ato, a responsabilidade do Tabelião de Notas é subsidiária à responsabilidade do preposto escrevente que o lavrou.

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; a redação do ato é responsabilidade do escrevente responsável pela lavratura.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a abertura e o encerramento dos livros e a rubrica das respectivas folhas competem

ao Tabelião de Notas e, apenas nas suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal.

ao Tabelião de Notas, seus substitutos ou escrevente autorizado.

exclusivamente ao Tabelião de Notas.

ao Tabelião de Notas ou ao seu substituto legal.

No Estado de São Paulo, as Normas da Corregedoria Geral da Justiça determinam que, lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer

em até 60 (sessenta) dias.

em até 30 (trinta) dias.

em até 15 (quinze) dias.

somente no momento da lavratura do ato.

Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, afirma-se que:

O testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e assinado pelo testador, deve ser apresentado ao Tabelião de Notas, na presença de três testemunhas, com a declaração de que aquele é seu testamento e que o quer aprovado.

O Tabelião de Notas deverá numerar e rubricar todas as páginas do testamento cerrado.

Lavrado o auto de aprovação do testamento cerrado, este será assinado apenas pelo Tabelião de Notas.

O testamento cerrado é vedado aos que não sabem ou não podem ler.

O Tabelião de Notas, ou seu substituto legal, na presença do testador e das testemunhas, iniciará, imediatamente após a última palavra, e no próprio instrumento do testamento, a lavratura do auto de aprovação do testamento cerrado.

Estão corretos os itens:

I, II, III, IV e V.

I, II e III, apenas.

II, IV e V, apenas.

I, III, IV e V, apenas.

No Estado de São Paulo, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, as certidões de escrituras públicas de testamento serão expedidas, enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial.

enquanto não comprovado o falecimento do testador, somente mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

a qualquer tempo, a pedido de qualquer interessado, independentemente do interesse jurídico de quem a solicite.

enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à escrituração dos atos notariais.

A escrituração far-se-á apenas em cor azul ou preta indelével.

Os atos notariais, redigidos obrigatoriamente na língua nacional, serão manuscritos, datilografados ou impressos nos livros de notas.

Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

A cláusula em tempo não é admitida, ainda que exarada antes da assinatura das partes e dos demais comparecentes.

Sobre a escrituração dos atos notariais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, sem necessidade de expor suas razões por escrito.

As atas notariais poderão conter imagens coloridas, mas não poderão conter expressões em outras línguas ou alfabetos.

Pelo ato notarial incompleto serão devidos os emolumentos e as custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

Os espaçamentos entre as linhas e as tabulações não precisam ser rigorosamente iguais até o encerramento do ato.

Quanto à ficha-padrão e ao reconhecimento de firmas, e nos termos da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

o preenchimento do cartão de firmas deve ser feito na presença de Tabelião de Notas ou do escrevente que deve conferi-lo e visá-lo.

é vedado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, mesmo se adotados os caracteres comuns.

é permitido o reconhecimento de firma em documentos sem data ou que contenham, no contexto, espaços em branco.

apenas os maiores de 18 anos, ou menores emancipados, poderão abrir ficha-padrão.

Conforme a Lei Federal nº 8.935/94, é correto afirmar que

o Tabelião de Notas pode praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação.

é vedado ao Tabelião de Notas realizar gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais.

o Tabelião pode realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, e poderá cobrar por esses atos.

é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

No que concerne ao *habeas data*, assinale a alternativa correta.

É indispensável para sua impetração o recolhimento integral das custas judiciais e a constituição de advogado.

Pode ser concedido para assegurar acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de banco de dados de pessoas jurídicas que prestem serviço de interesse público.

É cabível quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

É incabível para mera retificação ou complementação de dados a respeito da pessoa do impetrante.

Um tratado internacional, ratificado pelo Brasil, que verse sobre títulos de crédito, tem valor hierárquico de norma constitucional.

emenda constitucional.

lei ordinária.

lei complementar.

Patrick, irlandês, reside no Brasil há mais de dez anos e é casado com uma brasileira. Ele ajuíza ação popular para anular um ato lesivo ao meio ambiente. Considerando esse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

O autor deverá providenciar o recolhimento integral das custas judiciais, como requisito indispensável para a propositura da demanda.

O autor é parte ilegítima para propor a demanda.

O autor carece de interesse processual, devendo ajuizar ação de perdas e danos em face do responsável pelo ato lesivo.

A ação é incabível, pois não se subsume a nenhuma das hipóteses previstas para o seu ajuizamento.

Sobre a Organização do Estado da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

o Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, é regido pela Constituição Distrital e tem a competência legislativa exclusiva reservada aos Estados.

compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios Federais, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.

a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada e aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.

Compete privativamente à União legislar sobre:

proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

registros públicos.

desapropriação.

previdência social, proteção e defesa da saúde.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

I e II.

II e IV.

I e III.

II e III.

A respeito dos servidores públicos, é correto afirmar que

ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se a regra geral de aposentadoria do servidor público civil.

o servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

os servidores públicos estáveis perderão o cargo por decisão judicial do 2º grau de jurisdição, mesmo sem trânsito em julgado.

os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

Sobre a emenda à Constituição da República, é correto afirmar que

a proposta poderá ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

a emenda à Constituição será promulgada pela Presidência da República, com o respectivo número de ordem.

a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.

a proposta poderá ser apresentada por um terço das Assembleias Legislativas das unidades de Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Entre os preceitos constitucionais da educação, está

a obrigatoriedade de o ensino fundamental regular ser ministrado exclusivamente em língua portuguesa, inclusive nas comunidades indígenas.

a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.

o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

a educação básica obrigatória e gratuita, dos 3 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

A respeito do estado de sítio, é correto afirmar que

deve o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar ou prorrogar o estado de sítio, com a exposição dos motivos determinantes do pedido, por prazo inicial de trinta dias, cabendo ao Congresso Nacional decidir por maioria simples.

pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou no caso de declaração e guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

pode o Presidente da República decretar o estado de sítio, ouvidos previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

é decretado por prazo indeterminado e o seu decreto indicará as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais, que ficarão suspensas.

Assinale a alternativa correta.

O trabalhador, o aposentado e o pensionista pelo regime geral da previdência sujeitam-se à contribuição social para o financiamento da seguridade social.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social.

A seguridade social será financiada pelo Poder Público, de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Quanto à Administração direta e indireta, assinale a alternativa correta.

As fundações públicas integram a Administração direta.

A Administração indireta é composta exclusivamente por pessoas jurídicas que podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado.

A Presidência da República, por ser um órgão superior do Executivo, não integra a Administração direta.

A autarquia somente desempenha funções de caráter econômico voltadas ao melhor funcionamento da gestão administrativa e financeira.

Com relação ao ato administrativo, é correto afirmar:

a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.

o ato administrativo depende da concordância tácita do administrado para imposição de obrigações ao mesmo.

o ato administrativo, assim que praticado, pode ser imediatamente executado pela Administração.

é incompatível com o regime jurídico do ato administrativo a subordinação de seus efeitos a evento futuro e certo.

No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que

a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.

a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.

a imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.

não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.

Em conformidade às decisões da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ocorrendo o não provimento de recurso administrativo interposto em face de decisão disciplinar do Juiz Corregedor Permanente, pela Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que

cabe interposição de recurso perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

cabe a interposição de recurso administrativo perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça.

cabe interposição de recurso administrativo perante a Presidência do Tribunal de Justiça.

não há previsão normativa da interposição de recurso administrativo perante outro órgão administrativo.

Com relação à coisa julgada administrativa, no âmbito do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

A coisa julgada administrativa impede a alteração da decisão administrativa pela própria Administração.

Após o decurso do prazo para interposição de recursos em face da decisão final do processo administrativo, pode ocorrer reexame do mérito da questão pela Administração.

A coisa julgada administrativa somente é passível de modificação em benefício do administrado.

Configurada a coisa julgada administrativa, não é possível sua modificação em processo judicial.

Os Notários e Oficiais de Registro, no Estado de São Paulo, podem requerer a reabilitação das penas disciplinares de repreensão, multa e suspensão, após o decurso do prazo de

dois anos do cumprimento da pena.

um ano do cumprimento da pena.

cinco anos do cumprimento da pena.

três anos do cumprimento da pena.

Para caracterização do ato de improbidade que importe em enriquecimento ilícito, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar: o sujeito ativo do ato de improbidade, que importe em enriquecimento ilícito, pode ser somente agente público.

ser dispensável a presença do dano ao erário.

a caracterização do ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito pode decorrer de culpa ou dolo.

imprescindível a presença de dano material à Administração.

A impossibilidade do Notário ou Registrador negar o atendimento a qualquer usuário do serviço público encerra a concretização do seguinte princípio do regime jurídico dos serviços públicos:

eficiência do serviço público.

continuidade do serviço público.

modicidade da remuneração do serviço público.

igualdade ou generalidade do serviço público.

Os recursos administrativos relativos a dúvidas registrárias, decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, apresentados perante o Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, têm a natureza jurídica de

recurso hierárquico impróprio.

agravo interno.

pedido de reconsideração.

recurso hierárquico próprio.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a competência para o julgamento de Processo Administrativo Disciplinar em face de Titular de Delegação de Serviço Notarial ou de Registro

é da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

é das Comissões Permanentes eleitas pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

é do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

é da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO TRIBUTÁRIO

A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

As contribuições sociais poderão ser exigidas após 90 (noventa) dias da lei que as instituiu ou modificou, sendo inaplicável a anterioridade de exercício.

Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.

A alíquota de qualquer tributo somente poderá ser alterada por força de lei.

As taxas estão submetidas apenas à anterioridade de exercício, mas não se vinculam à anterioridade nonagesimal.

Assinale a alternativa correta.

Os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado, sendo, portanto, vedada a instituição de isenções tributárias em relação aos emolumentos.

São sujeitos passíveis por substituição, no que se refere aos emolumentos, os notários e registradores.

Em relação aos emolumentos, a competência tributária poderá ser delegada ao Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.

O princípio da anterioridade não deve ser observado em relação aos emolumentos.

Assinale a alternativa correta.

Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos.

A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

As pessoas jurídicas não podem ser consideradas contribuintes dos emolumentos.

Os emolumentos possuem natureza jurídica de taxa.

De acordo com o Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

o emprego de equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo ainda não previsto em lei.

não se interpreta de maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações.

Sobre o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doação – ITCMD – assinale a opção correta.

No que diz respeito a bens móveis, títulos e créditos, o imposto compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a instituição do imposto será regulada por decreto legislativo estadual.

Terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.

Constitui tributo não vinculado a qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte:

tarifa.

imposto.

contribuição de melhoria.

taxa.

DIREITO CIVIL

No que se refere ao casamento celebrado mediante procuração, assinale a alternativa correta.

A outorga da procuração deve se dar por instrumento público, com poderes especiais, e eventual revogação do mandato precisa chegar ao conhecimento do mandatário para produzir efeitos.

O estrangeiro não pode se casar no Brasil mediante procuração, se sua lei nacional apresentar disposição legal em sentido contrário.

No casamento nupcial, nenhum dos nubentes pode se fazer representar por mandatário.

Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.

Tibério, viúvo, tem sessenta anos de idade, sofre de problemas cardíacos e dispõe de uma única fonte de renda, consistente nos proventos de sua aposentadoria, no valor de um salário-mínimo. Possui quatro filhos, Floriano, Júlio, Caio e Adriano, todos maiores e capazes e pretende ajuizar uma ação de alimentos, visando ao arbitramento de uma pensão alimentícia no valor correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que o alimentando

pode ajuizar a demanda em face de apenas um dos filhos, pleiteando o pagamento integral daquele valor, pois a obrigação alimentar é solidária.

pode ajuizar a ação em face de qualquer um dos filhos, mas este poderá pleitear a denunciação da lide aos outros filhos, pois a obrigação é divisível.

deve ajuizar a demanda contra os quatro filhos, respondendo cada um deles por um quarto do montante pleiteado.

pode ajuizar a ação contra um dos filhos, mas para postular o pagamento de um quarto daquele valor, pois a obrigação é divisível.

Tito e Flávia, em 7 de março de 2017, firmaram pacto antenupcial, mediante escritura pública, adotando o regime da separação de bens. Em 7 de outubro do mesmo ano, convolveram núpcias, mas não levaram a registro a convenção antenupcial. Nesse caso, é correto afirmar que

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, porque o casamento foi celebrado após o prazo de noventa dias da lavratura da escritura pública.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges, seus herdeiros, bem como perante terceiros, retroagindo seus efeitos à data da celebração da convenção.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges e seus herdeiros, porém não produzirá efeitos perante terceiros.
o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, pois o registro é indispensável para que produza efeitos.

Configura-se a adição quando
aberta a sucessão, designa-se o herdeiro sucessível para quem se transferirão os direitos e obrigações de titularidade do falecido.
o testador, de modo expresso ou tácito, no mesmo testamento ou em outro posterior, revoga o legado.
há a extensão do legado às benfeitorias que venham a ser feitas no imóvel legado, após o testamento.
os quinhões dos herdeiros testamentários ou legatários são acrescidos com o quinhão do coerdeiro testamentário ou do colegatário excluído da sucessão.

Ocorre o rompimento do testamento
por ato voluntário do testador, revogando expressamente o testamento anterior.
com a superveniência de descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, se aquele descendente sobreviver ao autor do testamento.
com a pré-morte do herdeiro sucessível ou a inexistência de bens a serem herdados.
por violação do lacre do testamento cerrado, após a conclusão do auto de aprovação, acarretando sua revogação.

Configura-se a erepção quando
o testador, que não possui herdeiros necessários, dispõe de todo o seu patrimônio sem contemplar os herdeiros facultativos.
aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança é admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.
o sucessor indigno é obrigado a restituir os bens ereptícios que recolheu no momento da abertura da sucessão.
inexistindo testamento e não havendo herdeiros sucessíveis, ou tendo todos eles renunciado, a herança passa ao domínio do Município ou do Distrito Federal.

Cícero faleceu, *ab intestato*, sem deixar cônjuge ou companheira supérstite, descendentes e nem genitores vivos. Deixou, todavia, um avô paterno e um bisavô – pai de sua avó paterna premorta – bem como dois avós maternos. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta relativa à divisão da herança.

A divisão se fará por linhas, metade da herança será destinada à linha paterna, cabendo 1/4 (um quarto) para o avô paterno e 1/4 para o bisavô, que herdará por direito de representação. A outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) da herança para cada um destes.

A divisão se fará por cabeça, cabendo a cada um dos três avós vivos 1/3 (um terço) do acervo hereditário.

A divisão se fará por linha, metade da herança será destinada ao avô paterno e a outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) a cada um destes.

A divisão se fará por estirpe, recebendo o avô paterno metade da herança, por representação do pai premorto do autor da herança, afastando da sucessão o ascendente de grau mais remoto. A outra metade será destinada aos avós maternos, por representação da mãe premorta do *de cujus*, cabendo a cada um destes 1/4 (um quarto) do acervo hereditário.

No que concerne ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

A integração do negócio jurídico visa apurar o sentido da declaração de vontade manifestada pelas partes.

Tanto os negócios jurídicos unilaterais como os bilaterais são suscetíveis de celebração com reserva mental.

Os institutos da lesão e da onerosidade excessiva coadunam-se com o princípio da função social do contrato.

O estado de perigo acarreta a nulidade do negócio jurídico, uma vez comprovada a onerosidade excessiva da obrigação e o conhecimento do perigo pela outra parte.

Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

há perda da propriedade.

Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, é correto afirmar:

a sub-rogação é convencional em favor do credor que paga a dívida do devedor comum.

a confusão só pode verificar-se a respeito de toda a dívida.

o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

Com relação ao erro, dolo e coação, é correto afirmar que

na coação física (*vis absoluta*) o negócio jurídico é nulo ou inexistente em razão da ausência de manifestação de vontade.

a coação também se caracteriza pela ameaça de um mal impossível ou remoto.

o erro accidental, ou sanável, é o que diz respeito a qualidades essenciais ao objeto da declaração ou da pessoa a quem se refira a declaração de vontade.

se as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anulação do negócio jurídico.

Quanto ao negócio jurídico, é correto afirmar:
a boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico não têm relevância para sua interpretação.
a reserva mental no negócio jurídico encerra a manifestação de vontade pelo declarante sem correspondência com sua vontade real, com o fim de enganar ou iludir o declaratório.
em nenhuma hipótese o silêncio pode ser considerado como manifestação de vontade.
negócio jurídico unilateral é o que cria obrigações para apenas uma das partes.

"A" é devedor de "B" quanto à entrega de uma tonelada de laranjas. "B" é devedor de "A" quanto ao pagamento de R\$ 10.000,00 de dívida a vencer em trinta dias. Antes do vencimento da obrigação da qual "B" é devedor, "A" e "B" convencionam a extinção das obrigações por compensação. Nesse caso,
haverá extinção das obrigações por imputação em pagamento.
haverá a extinção das obrigações por compensação convencional.
é incabível a compensação em razão das prestações não serem da mesma natureza, donde não são fungíveis entre si.
não será possível a compensação pelo fato de uma das dívidas não estar vencida.

Com relação à cláusula penal e arras, é correto afirmar:

a cláusula penal, por expressa estipulação das partes, pode superar o valor da obrigação principal.
as arras têm natureza acessória, ao passo que a cláusula penal tem caráter de obrigação principal.
as arras confirmatórias estabelecem entre as partes o direito de arrependimento.
as arras, para sua eficácia, dependem da efetiva entrega do bem a outra parte.

"A" realizou a doação pura de um veículo em favor de "B". Uma semana após a tradição do bem, ele passou a apresentar problemas relevantes no motor, decorrentes de vício oculto existente antes da celebração do contrato. Nesse caso,

"B" poderá requerer perante "A" o valor equivalente ao pagamento do conserto do motor do veículo, por meio da ação estimatória.

não cabe ação de rescisão do contrato por vício redibitório.

"B" poderá requerer a rescisão do contrato por meio da ação redibitória ou o valor equivalente ao conserto do motor do veículo pela ação estimatória, a sua escolha.

"B" poderá pedir a rescisão do contrato por meio da ação redibitória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
julgará o processo extinto, sem resolução do mérito.

se em grau de recurso, deverá devolver os autos ao 1º grau de jurisdição para a correção do vício.
suspenderá o processo e nomeará curador especial à parte processualmente incapaz.

A gratuidade da Justiça compreende

os honorários advocatícios contratados com seu advogado.

os honorários de seu assistente técnico.

o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução.

os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial, ainda que não decorrentes do processo judicial no qual o benefício foi concedido.

A respeito da penhora de imóvel, leia as afirmações a seguir:

será realizada por termo nos autos, quando o imóvel estiver localizado na comarca do processo e o exequente apresentar certidão da respectiva matrícula.

recaindo a penhora sobre bem imóvel indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

a inscrição da penhora no cartório de registro imobiliário competente constitui presunção relativa de conhecimento por terceiros.

da penhora deverá ser o cônjuge do executado intimado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

II e III.

II e IV.

I e IV.

I e III.

O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, dentre elas

as causas cujo valor não exceda oitenta salários-mínimos e a execução dos seus julgados.

as causas cujo valor não exceda quarenta salários-mínimos e as ações de despejo por denúncia vazia, qualquer que seja o seu valor.

as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens imóveis, estas desde que seu valor não exceda quarenta salários-mínimos.

as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens móveis, desde que não excedam oitenta salários-mínimos.

DIREITO PENAL

Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz **não** poderá determinar

- a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.
- a anulação dos atos e contratos relativos à venda, compra e locação do patrimônio em comum.
- a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- a suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.

Especificamente em relação aos crimes contra o patrimônio, a isenção de pena e a ação penal condicionada à representação, contempladas, respectivamente, nos artigos 181 e 182, ambos do Código Penal, aplicam-se:

- quando haja emprego de grave ameaça à pessoa.
- ao estranho que participa do crime.
- se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- se o agente comete o crime em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal e/ou se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Em matéria de competência em Direito Processual Penal, é lícito afirmar que nos casos de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do querelado, ainda que conhecido o local da infração.

quando o último ato da execução for praticado fora do território nacional, será competente o foro do domicílio ou residência do réu.

quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas duas ou mais jurisdições, a competência fixar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.

DIREITO COMERCIAL

Sobre o cheque, é correto afirmar que

- a morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão invalida os efeitos do cheque.
- o cheque é transmissível por via de endosso, total ou parcial.
- as obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
- a assinatura do emitente do cheque deve ser de próprio punho, sendo vedada a utilização de chancela mecânica ou processo equivalente.

Para o Código Civil, o empresário é

- equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.
- o sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

A inabilitação para o exercício da atividade empresarial decorrente da condenação por crime previsto na Lei nº 11.101/2005:

- é efeito automático da sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.
- deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.
- deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.
- é efeito automático da sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.

Segundo o Código Civil, é correto afirmar que

- o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial, caso o capital não esteja integralizado.

- é necessário examinar o contrato social para verificar se o empresário individual casado necessita de anuência do cônjuge para alienar bens integrantes do ativo imobilizado.

- o empresário individual casado pode alienar bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.

- o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens móveis empregados na atividade empresarial se o regime for de comunhão.

Entende-se por propriedade industrial

- patentes de invenção, registro de marca e de desenho industrial.
- concessão de modelo de utilidade, direitos autorais do empresário e clientela.
- repressão à concorrência, registro de invenção e de marca notória.
- clientela, patentes de invenção e desenho industrial.

O administrador de sociedade empresarial

- pode ser pessoa física maior e capaz, sócio ou não.
- não pode ser designado fora do contrato social por documento à parte.
- pode ser pessoa física maior e capaz, desde que seja sócio com mais de dez por cento do capital.
- pode ser incapaz, desde que representado por seu responsável e seja titular de quota integralizada.

CONHECIMENTOS GERAIS

A respeito de Thomas Mann, é correto afirmar:

grande dramaturgo, autor da famosa peça *Guilherme Tell*, que versa sobre a luta vitoriosa dos suíços na Idade Média contra a tirania e pela liberdade.

renomado escritor, conhecido por suas reflexões filosóficas, recebeu grande influência do dinamarquês Soren Kierkegaard e foi autor da célebre obra *O Estrangeiro*.

célebre romancista, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1929 e, dentre suas inúmeras obras, pode-se destacar *A Morte em Veneza*.

famoso poeta, filósofo e escritor que, ao lado de Schiller, Wieland e Herder, fez parte do denominado “Classicismo de Weimar”.

Versão 3 (GABARITO)

1 - B	2 - D	3 - B	4 - C	5 - A	6 - B	7 - D	8 - B	9 - C	10 - B
11 - D	12 - A	13 - C	14 - A	15 - D	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - B	22 - D	23 - D	24 - A	25 - B	26 - D	27 - C	28 - B	29 - D	30 - B
31 - A	32 - B	33 - C	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - C	39 - B	40 - C
41 - A	42 - D	43 - C	44 - A	45 - D	46 - B	47 - C	48 - B	49 - A	50 - D
51 - B	52 - A	53 - C	54 - B	55 - D	56 - B	57 - C	58 - C	59 - D	60 - A
61 - A	62 - B	63 - D	64 - A	65 - C	66 - A	67 - B	68 - D	69 - A	70 - A
71 - B	72 - D	73 - A	74 - C	75 - B	76 - B	77 - A	78 - C	79 - B	80 - D
81 - C	82 - A	83 - B	84 - B	85 - D	86 - B	87 - A	88 - C	89 - B	90 - C
91 - B	92 - D	93 - A	94 - C	95 - D	96 - B	97 - C	98 - A	99 - A	100 - C

VERSÃO 4

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

A pretensão de reparação civil contra notários e oficiais de registro prescreve no prazo de:

3 (três) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

10 (dez) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

5 (cinco) anos, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

1 (um) ano, contado o prazo da data de lavratura do ato notarial ou registral.

De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, quando o documento contiver mais de duas páginas, a apostila será emitida por

página, cobrando-se metade do valor a partir da segunda página.

folha, cobrando-se um único ato para a frente e o verso.

documento, salvo se o solicitante do serviço requerer de outra forma.

página.

A reabilitação, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, alcançará somente a pena de repreensão.

as penas de repreensão, multa e suspensão.

as penas de multa e suspensão.

as penas de repreensão e multa.

Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, após a investidura do titular em outra delegação pela aprovação em novo concurso, caso o início de exercício não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias,

a investidura será tornada sem efeito, facultando-se nova investidura no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da delegação anterior.

a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, instaurando-se procedimento administrativo disciplinar para aplicação de pena.

a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, permanecendo o titular na delegação anterior.

a investidura e a outorga de delegação serão tornadas sem efeito, sem revigorar a delegação anterior.

A Lei Estadual nº 11.331/2002 define a repartição da receita do Estado sobre os emolumentos, prevista na alínea “b” do inciso I do art. 19, sendo a maior parte destinada

ao custeio das diligências dos oficiais de justiça incluídas na taxa judiciária.

ao Fundo de Assistência Judiciária.

à Fazenda do Estado.

ao Fundo Social de Solidariedade.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a recepção de títulos e outros documentos encaminhados por via postal é

possível, desde que o formulário esteja acompanhado de xerocópia simples da cédula de identidade do signatário, dispensado o reconhecimento de firma.

possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida, por semelhança ou por autenticidade.

possível, desde que a firma do apresentante constante do formulário de apresentação esteja reconhecida por autenticidade.

vedada.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o Tabelião

o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.

comunicará que o título ou o documento de dívida permanece no tabelionato, à disposição do Juízo respectivo.

comunicará ao Juízo respectivo que a ordem não pôde ser cumprida, salvo se constar expressa previsão de cumprimento como ordem de sustação dos efeitos do protesto.

submeterá o caso à apreciação do Juiz Corregedor Permanente.

Conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante

requerimento escrito de qualquer interessado.

requerimento, verbal ou escrito, de qualquer interessado.

ordem judicial, a requerimento escrito do devedor.

requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.

No Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o registro da constituição de sociedade de advogados

é vedado.

conterá a indicação de que é necessária a inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

será comunicado ao respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

depende da comprovação do pedido de inscrição no respectivo órgão de disciplina e fiscalização do exercício profissional.

Não se admite a constituição de fundação de direito privado para fins de atividades religiosas.

segurança alimentar e nutricional.

promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

habitação de interesse social.

Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos que pretenda utilizar sistema de microfilmagem na serventia deverá

efetuar comunicação ao órgão competente do Ministério da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente.

estar autorizado pelo órgão competente do Ministério da Justiça.

efetuar comunicação ao Juiz Corregedor Permanente.

obter autorização do Juiz Corregedor Permanente.

No Registro de Títulos e Documentos, salvo má-fé, devidamente comprovada, o Oficial

não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, nem pelos erros ou vícios no processo do registro.

será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, bem como pelos erros ou vícios no processo do registro.

não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.

não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco, documento ou papel, mas, tão somente, por vícios extrínsecos ou pelos erros ou vícios no processo do registro.

No registro de imóveis, a escritura de compra e venda com condição resolutiva por falta de pagamento

não poderá ser registrada em razão da vedação legal de cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, em caso de falta de pagamento.

poderá ser registrada como compra e venda pura, considerando-se como não escrito o pacto comissório vedado em lei.

poderá ser registrada na matrícula, seguida da averbação da cláusula resolutiva por falta de pagamento.

poderá ser registrada na matrícula, desde que, no próprio ato do registro, conste a condição de sua resolução, em caso de falta de pagamento.

Em relação à alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que

somente poderá ter como objeto a propriedade ou o domínio útil.

somente poderá ser contratada no momento da aquisição do imóvel.

poderá ser contratada por qualquer pessoa, independentemente de estar esta autorizada a operar no Sistema Financeiro Imobiliário ou ser Instituição Financeira.

não poderá ter como objeto imóvel submetido ao Registro Torrens.

Em relação à usucapião extrajudicial, no caso de o imóvel ser unidade autônoma em condomínio edilício, fica dispensada a apresentação da planta e memorial descritivo.

a falta de anuência expressa do confinante notificado faz presumir a sua discordância, inviabilizando o registro.

não basta o notificado não ser encontrado, sendo necessário que o oficial se valha de todos os meios de localização; frustradas as diligências, este certificará estar o notificado em lugar incerto ou não sabido e promoverá a publicação de editais. por ser aquisição originária, sempre uma nova matrícula deverá ser aberta para o seu registro.

Quando, no registro de aquisição constante da matrícula, faltarem os elementos de identificação unívoca do comprador, como os números do CPF e do RG, a qualificação de uma escritura de compra e venda do imóvel, que tenha por objeto o imóvel desta matrícula, deverá ser precedida de averbação para a inserção desses dados com base

em documentos oficiais, cabendo ao registrador a responsabilidade de verificar a correta identificação.

em qualquer documento idôneo a critério e responsabilidade do oficial.

nos elementos já constantes da escritura, visto que os mesmos já foram verificados pelo Tabelião.

na decisão judicial, visto caber ao juiz corregedor permanente verificar a coincidência da identidade do vendedor com aquele constante do registro.

No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, o par de chaves criptográficas será gerado pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.

sempre pelo próprio titular.

pela Autoridade de Registro (AR), na presença do titular.

em conjunto pela Autoridade de Registro (AR) e pela Autoridade Certificadora (AC), na presença do titular.

Com relação às certidões expedidas pelo registrador de imóveis,

poderão ser fornecidas no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive as emitidas de forma eletrônica.

caberá exclusivamente ao oficial escolher a melhor forma para a sua expedição, mesmo existindo pedido expresso, especificando determinada forma.

quando tiverem por objeto imóvel matriculado, deverão ser de inteiro teor da matrícula.

não poderão ter como objeto inteiro teor de título devolvido cuja prenotação esteja cancelada por decurso de prazo.

A Regularização Fundiária Urbana (Reurb)

desde que com autorização da autoridade militar competente, poderá ser realizada em área indispensável à segurança nacional ou de interesse da defesa.

não poderá ser realizada em área de preservação permanente, área de unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais.

poderá ser realizada nos imóveis rurais com uso e características urbanas, cuja área seja inferior à fração mínima de parcelamento, tanto na modalidade Reurb-S quanto na Reurb-E.

poderá ser realizada somente nos imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana.

No procedimento de retificação da descrição do terreno perante o registro de imóveis, em havendo impugnação por parte de um dos confrontantes notificados,

deverá o registrador encaminhar os autos ao Corregedor Permanente, a quem cabe examiná-la.

entendendo ser essa fundamentada, o registrador deverá ouvir, no prazo de 5 (cinco) dias, o requerente e o profissional que houver assinado a planta e, após, encaminhar os autos ao Juiz Corregedor Permanente.

o registrador deverá rejeitá-la de plano, se entender, em ato fundamentado, ser ela infundada e prosseguir na retificação caso o impugnante não recorra no prazo de 10 (dez) dias.

o registrador deverá intimar o requerente e o profissional que houver assinado a planta, para se manifestarem; se as partes não formalizarem transação, o cabimento da impugnação será por ele examinado.

Em relação às consultas por meio eletrônico no registro de imóveis, é correto afirmar que elas

poderão também ser feitas por terminal de autoatendimento, desde que operado e mantido dentro das dependências físicas da serventia.

somente poderão ser feitas por meio da Central Registradores de Imóveis.

poderão também ser feitas por meio de correio eletrônico, sendo obrigatório que as respostas por esse meio sejam sempre assinadas eletronicamente.

poderão tanto ser feitas pela internet, quanto pela Central Registradores de Imóveis, ou por meio de página mantida pela própria serventia.

Com relação ao Livro nº 5 – Indicador Pessoal do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

Nos termos do art. 3º da Lei nº 6.015/1973, poderá ser escriturado em livros encadernados.

Mesmo mantendo banco de dados relacional, será obrigatória a utilização em paralelo de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Somente poderá ser escriturado eletronicamente em forma de banco de dados relacional.

A critério do oficial, poderá ser escriturado por meio de fichas arquivadas em ordem alfabética.

Em relação ao registro de imóveis, assinale a alternativa correta.

A nota de crédito rural é registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, da circunscrição da situação do imóvel destinatário do financiamento, salvo se o emitente for uma cooperativa.

Os imóveis dados em garantia na cédula rural hipotecária devem estar todos localizados em uma mesma circunscrição imobiliária.

A nota de crédito rural, por ser um título de crédito sem qualquer garantia real, não tem acesso ao registro de imóveis.

Em uma mesma cédula de crédito rural, não podem ser dadas em garantia bens móveis e imóveis, simultaneamente, devendo ser emitida uma cédula rural pignoratícia, no primeiro caso, e uma cédula rural hipotecária, no segundo.

Quanto à emancipação, é correto afirmar que será registrada no Livro E, apenas na hipótese decorrente de sentença judicial. obrigatoriamente averbada no Livro A, tanto nos casos estabelecidos por concessão dos pais mediante escritura pública, como também nas hipóteses decorrentes de sentença judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos. averbada no Livro A, quando oriunda de concessão dos pais e formalizada por instrumento público. registrada no Livro E.

Em relação à morte presumida, é correto afirmar que o registro da morte presumida não tem aptidão para dissolver o casamento válido. será registrada no Livro E, quanto ao ausente, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva. do registro da sentença de declaração da morte presumida não deverá constar a data provável do falecimento. será lavrado no Livro E o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, mediante o cumprimento de mandado judicial, expedido nos autos de justificação, quando esteja provada a presença daquela pessoa no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

Em relação ao registro da interdição, é correto afirmar que o registro da sentença de interdição será levado a efeito no domicílio do interdito. o Registro Civil com atribuição para registrar a interdição é o da comarca em que foi proferida a sentença. não se fará menção ao lugar onde está internado o interdito, ainda que a sentença apresente de forma explícita tal informação. o nubente interdito, seja qual for a data ou os limites da interdição, não poderá contrair casamento.

Em relação ao registro da ausência, é correto afirmar que a abertura de sucessão provisória não poderá ser objeto de averbação no registro de ausência. a partir do registro da sentença declaratória de ausência, considera-se legalmente morto o ausente. o registro da sentença declaratória que nomear curador será feito no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição. após efetivado o registro de ausência, deverá o Registrador Civil, no prazo de 5 (cinco) dias, promover a devida comunicação à serventia detentora dos registros de nascimento e, ou, de casamento do ausente, ficando dispensado de realizar as remissões recíprocas de anotação, na hipótese de os assentos primitivos encontrarem-se registrados na sua própria unidade de serviço.

No que se refere ao registro de união estável, resta autorizado afirmar que o registro das sentenças de união estável serão automaticamente convertidos em casamento após o prazo de 15 (quinze) dias, verificando-se a inexistência de impedimentos ou causas suspensivas. não se fará menção, no registro, do nome que os companheiros passam a ter em virtude da união estável, mesmo que a sentença declaratória de reconhecimento ou a escritura pública de contrato assim disponham. terão ingresso no Livro E apenas os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento de união estável, ao passo que as escrituras públicas de contrato de união estável, após prévia habilitação, serão registradas no Livro B-auxiliar. não poderá ser promovido o registro de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, ressalvados os casos em que a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

Com relação à adoção, assinale a alternativa correta. A adoção unilateral do menor ou do maior será averbada sem cancelamento do registro original. A certidão de nascimento de inteiro teor de pessoa adotada que ainda não atingiu a maioridade somente poderá ser fornecida aos seus pais adotivos e a mais ninguém, independentemente de autorização judicial, mas com o arquivamento no classificador próprio do respectivo pedido, devidamente assinado e com firma reconhecida. Após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a adoção do maior passou a ser estabelecida exclusivamente por escritura pública, não se permitindo, entretanto, a adoção por procuração. A adoção do maior de 18 (dezoito) anos independe da assistência efetiva do poder público e, ou, de sentença constitutiva.

No que se refere às averbações, assinale a alternativa correta. Nos casos de averbação relativa aos programas de proteção às vítimas e testemunhas de que trata o art. 57, § 7º da Lei de Registros Públicos, em nenhuma hipótese serão os dados excluídos da Central de Informações do Registro Civil – CRC. No âmbito do Registro Civil, são inadmissíveis as averbações requeridas pelos próprios interessados, uma vez se tratar de matéria reservada ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Poderá ser averbada no Livro A a suspensão do poder familiar, decretada liminarmente pela autoridade judiciária, sem menção ao trânsito em julgado. A averbação será feita pela Unidade de Serviço em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

A respeito dos atos que alteram o conteúdo ou os efeitos do casamento, assinale a proposição correta. A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos, e, ou, partilha de bens, independe de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. O restabelecimento da sociedade conjugal pode ser feito por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial, porém, a averbação do restabelecimento somente poderá ser efetivada depois de averbada a separação, podendo ser simultâneas. Inexistindo bens a partilhar, dispensa-se o trânsito em julgado para a averbação das sentenças de separação judicial e divórcio litigioso. Na averbação de divórcio decorrente de escritura pública, conforme a Lei nº 11.441/2007, não será facultado ao cônjuge a retomada de seu nome de solteiro, uma vez que o acordo entre as partes não poderá envolver a alteração de nome.

Quanto às retificações administrativas processadas no âmbito do Registro Civil das Pessoas Naturais, afirma-se corretamente que

o art. 110 da Lei de Registros Públicos foi revogado, conservando-se unicamente a via judicial para a obtenção das retificações.

os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício, pelo Registrador Civil, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

a correção dos erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, submetendo-se o feito ao órgão do Ministério Público e, igualmente, à conclusão do Juiz Corregedor Permanente.

o Registrador Civil retificará o assento, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento, mediante petição assinada pelo interessado, independentemente de prévia autorização judicial ou da manifestação do Ministério Público, nos casos de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.

A respeito dos traslados de assentos lavrados em país estrangeiro, é correto afirmar que

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, de qualquer serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais localizada no território nacional, ou, na hipótese de o brasileiro residir no exterior, no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal.

a autorização para o traslado será concedida exclusivamente pela via jurisdicional.

a autorização para o traslado será concedida na esfera administrativa pelo Juiz Corregedor Permanente.

os traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro serão efetuados no Livro E, do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado, sem necessidade de autorização judicial.

Quanto ao registro de nascimento, assegura-se como verdadeira a seguinte proposição:

os registros de nascimento de nascidos no território nacional, nos casos em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país, no Brasil, deverão ser efetuados no Livro E, mediante a ressalva de que o registrado não possui a nacionalidade brasileira.

a naturalidade do registrando deverá ser lançada no assento de nascimento, podendo corresponder ao município em que ocorreu o parto, ou, ainda, sob a opção do declarante, ser escolhido o município de residência da mãe, localizado ou não no território nacional.

todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser objeto de assentamento no Registro Civil das Pessoas Naturais, inclusive o do indígena não integrado.

no caso do indígena, integrado ou não, o Registrador Civil não admitirá a utilização de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo o seu portador, facultado, entretanto, o lançamento de sua etnia como sobrenome.

Quanto à escrituração dos Livros do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar:

findando-se um livro, conserva-se o seu número, promovendo-se a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinitivamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ. 2-BA a 2-BZ, etc.

para facilidade do serviço, podem os livros ser escriturados em folha do tipo A4, destinando-se a frente e o verso de cada folha para um único assento, facultando-se a utilização de etiquetas adesivas para a prática das anotações à margem dos assentos, atendidas as exigências normativas.

os números de ordem dos registros serão interrompidos no fim de cada livro, reiniciando-se, nos seguintes da mesma espécie.

os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Registrador Civil ou por seus prepostos, facultando-se a cada Unidade de Serviço a livre escolha dos modelos a serem utilizados.

A respeito da publicidade e das certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

o Registrador Civil goza de independência no exercício de suas atribuições, não sendo obrigado a emitir certidão do lhe for requerido.

a certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos, sendo que, neste último caso, na hipótese de inexistir especificação no pedido, ficará dispensado o Registrador Civil de mencionar eventual alteração do registro, quer seja advinda de averbação ou anotação.

apesar de facultativa, recomenda-se a inserção do número de matrícula nas certidões, evidenciando-se, por meio de seus algarismos, o código nacional da serventia, o código do acervo, o código 55, vinculado ao registro civil, o ano do registro, o tipo de livro, os números do livro, da folha e do termo, além do dígito verificador.

por intermédio da Central de Informações do Registro Civil – CRC permite-se ao Registrador Civil a emissão de certidões eletrônicas.

De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas é o responsável pelo ato notarial praticado:

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; quanto à redação do ato, a responsabilidade do Tabelião de Notas é subsidiária à responsabilidade do preposto escrevente que o lavrou.

apenas no que se refere a seu conteúdo jurídico; a redação do ato é responsabilidade do escrevente responsável pela lavratura.

tanto por sua redação, quanto por seu conteúdo jurídico, mesmo quando lavrado pelos substitutos.

apenas quando subscrito por ele.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a abertura e o encerramento dos livros e a rubrica das respectivas folhas competem
ao Tabelião de Notas, seus substitutos ou escrevente autorizado.
exclusivamente ao Tabelião de Notas.
ao Tabelião de Notas e, apenas nas suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal.
ao Tabelião de Notas ou ao seu substituto legal.

No Estado de São Paulo, as Normas da Corregedoria Geral da Justiça determinam que, lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer
em até 15 (quinze) dias.
somente no momento da lavratura do ato.
em até 30 (trinta) dias.
em até 60 (sessenta) dias.

Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, afirma-se que:
O testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e assinado pelo testador, deve ser apresentado ao Tabelião de Notas, na presença de três testemunhas, com a declaração de que aquele é seu testamento e que o quer aprovado.

O Tabelião de Notas deverá numerar e rubricar todas as páginas do testamento cerrado.

Lavrado o auto de aprovação do testamento cerrado, este será assinado apenas pelo Tabelião de Notas.

O testamento cerrado é vedado aos que não sabem ou não podem ler.

O Tabelião de Notas, ou seu substituto legal, na presença do testador e das testemunhas, iniciará, imediatamente após a última palavra, e no próprio instrumento do testamento, a lavratura do auto de aprovação do testamento cerrado.

Estão corretos os itens:

II, IV e V, apenas.

I, II, III, IV e V.

I, III, IV e V, apenas.

I, II e III, apenas.

No Estado de São Paulo, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, as certidões de escrituras públicas de testamento serão expedidas,

enquanto não comprovado o falecimento do testador, somente mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

enquanto não comprovado o falecimento do testador, apenas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial.

a qualquer tempo, a pedido de qualquer interessado, independentemente do interesse jurídico de quem a solicite.

De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à escrituração dos atos notariais.

Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

A cláusula em tempo não é admitida, ainda que exarada antes da assinatura das partes e dos demais comparecentes.

A escrituração far-se-á apenas em cor azul ou preta indelével.

Os atos notariais, redigidos obrigatoriamente na língua nacional, serão manuscritos, datilografados ou impressos nos livros de notas.

Sobre a escrituração dos atos notariais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

As atas notariais poderão conter imagens coloridas, mas não poderão conter expressões em outras línguas ou alfabetos.

Os espaçamentos entre as linhas e as tabulações não precisam ser rigorosamente iguais até o encerramento do ato.

O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, sem necessidade de expor suas razões por escrito.

Pelo ato notarial incompleto serão devidos os emolumentos e as custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

Quanto à ficha-padrão e ao reconhecimento de firmas, e nos termos da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

apenas os maiores de 18 anos, ou menores emancipados, poderão abrir ficha-padrão.

é permitido o reconhecimento de firma em documentos sem data ou que contenham, no contexto, espaços em branco.

é vedado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, mesmo se adotados os caracteres comuns.

o preenchimento do cartão de firmas deve ser feito na presença de Tabelião de Notas ou do escrevente que deve conferi-lo e visá-lo.

Conforme a Lei Federal nº 8.935/94, é correto afirmar que

o Tabelião pode realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, e poderá cobrar por esses atos.

é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

o Tabelião de Notas pode praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação.

é vedado ao Tabelião de Notas realizar gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais.

No que concerne ao *habeas data*, assinale a alternativa correta.

É incabível para mera retificação ou complementação de dados a respeito da pessoa do impetrante.

É indispensável para sua impetração o recolhimento integral das custas judiciais e a constituição de advogado.

Pode ser concedido para assegurar acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de banco de dados de pessoas jurídicas que prestem serviço de interesse público.

É cabível quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Um tratado internacional, ratificado pelo Brasil, que verse sobre títulos de crédito, tem valor hierárquico de emenda constitucional.

norma constitucional.

lei complementar.

lei ordinária.

Patrick, irlandês, reside no Brasil há mais de dez anos e é casado com uma brasileira. Ele ajuíza ação popular para anular um ato lesivo ao meio ambiente. Considerando esse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

O autor é parte ilegítima para propor a demanda.

O autor carece de interesse processual, devendo ajuizar ação de perdas e danos em face do responsável pelo ato lesivo.

A ação é incabível, pois não se subsume a nenhuma das hipóteses previstas para o seu ajuizamento.

O autor deverá providenciar o recolhimento integral das custas judiciais, como requisito indispensável para a propositura da demanda.

Sobre a Organização do Estado da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

o Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, é regido pela Constituição Distrital e tem a competência legislativa exclusiva reservada aos Estados.

a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada e aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.

compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios Federais, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.

nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

Compete privativamente à União legislar sobre:

proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

registros públicos.

desapropriação.

previdência social, proteção e defesa da saúde.

Assinale a alternativa com os itens corretos.

I e III.

I e II.

II e III.

II e IV.

A respeito dos servidores públicos, é correto afirmar que

os servidores públicos estáveis perderão o cargo por decisão judicial do 2º grau de jurisdição, mesmo sem trânsito em julgado.

ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se a regra geral de aposentadoria do servidor público civil.

os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

o servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Sobre a emenda à Constituição da República, é correto afirmar que

a emenda à Constituição será promulgada pela Presidência da República, com o respectivo número de ordem.

a proposta poderá ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

a proposta poderá ser apresentada por um terço das Assembleias Legislativas das unidades de Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.

Entre os preceitos constitucionais da educação, está

o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

a obrigatoriedade de o ensino fundamental regular ser ministrado exclusivamente em língua portuguesa, inclusive nas comunidades indígenas.

a educação básica obrigatória e gratuita, dos 3 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.

A respeito do estado de sítio, é correto afirmar que é decretado por prazo indeterminado e o seu decreto indicará as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais, que ficarão suspensas.

deve o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar ou prorrogar o estado de sítio, com a exposição dos motivos determinantes do pedido, por prazo inicial de trinta dias, cabendo ao Congresso Nacional decidir por maioria simples.

pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

pode o Presidente da República decretar o estado de sítio, ouvidos previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

Assinale a alternativa correta.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social.

A seguridade social será financiada pelo Poder Público, de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O trabalhador, o aposentado e o pensionista pelo regime geral da previdência sujeitam-se à contribuição social para o financiamento da seguridade social.

São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Quanto à Administração direta e indireta, assinale a alternativa correta.

A Presidência da República, por ser um órgão superior do Executivo, não integra a Administração direta.

A autarquia somente desempenha funções de caráter econômico voltadas ao melhor funcionamento da gestão administrativa e financeira.

As fundações públicas integram a Administração direta.

A Administração indireta é composta exclusivamente por pessoas jurídicas que podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado.

Com relação ao ato administrativo, é correto afirmar:

é incompatível com o regime jurídico do ato administrativo a subordinação de seus efeitos a evento futuro e certo.

o ato administrativo, assim que praticado, pode ser imediatamente executado pela Administração.

o ato administrativo depende da concordância tácita do administrado para imposição de obrigações ao mesmo.

a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.

No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que

a imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.

a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.

não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.

a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.

Em conformidade às decisões da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ocorrendo o não provimento de recurso administrativo interposto em face de decisão disciplinar do Juiz Corregedor Permanente, pela Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que

cabe interposição de recurso administrativo perante a Presidência do Tribunal de Justiça.

cabe interposição de recurso perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

não há previsão normativa da interposição de recurso administrativo perante outro órgão administrativo.

cabe a interposição de recurso administrativo perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça.

Com relação à coisa julgada administrativa, no âmbito do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

A coisa julgada administrativa somente é passível de modificação em benefício do administrado.

Configurada a coisa julgada administrativa, não é possível sua modificação em processo judicial.

A coisa julgada administrativa impede a alteração da decisão administrativa pela própria Administração.

Após o decurso do prazo para interposição de recursos em face da decisão final do processo administrativo, pode ocorrer reexame do mérito da questão pela Administração.

Os Notários e Oficiais de Registro, no Estado de São Paulo, podem requerer a reabilitação das penas disciplinares de repreensão, multa e suspensão, após o decurso do prazo de

três anos do cumprimento da pena.

dois anos do cumprimento da pena.

um ano do cumprimento da pena.

cinco anos do cumprimento da pena.

Para caracterização do ato de improbidade que importe em enriquecimento ilícito, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar:

a caracterização do ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito pode decorrer de culpa ou dolo.

imprescindível a presença de dano material à Administração.

o sujeito ativo do ato de improbidade, que importe em enriquecimento ilícito, pode ser somente agente público.

ser dispensável a presença do dano ao erário.

A impossibilidade do Notário ou Registrador negar o atendimento a qualquer usuário do serviço público encerra a concretização do seguinte princípio do regime jurídico dos serviços públicos:

- igualdade ou generalidade do serviço público.
- modicidade da remuneração do serviço público.
- continuidade do serviço público.
- eficiência do serviço público.

Os recursos administrativos relativos a dúvidas registrárias, decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, apresentados perante o Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, têm a natureza jurídica de

- recurso hierárquico próprio.
- pedido de reconsideração.
- recurso hierárquico impróprio.
- agravo interno.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a competência para o julgamento de Processo Administrativo Disciplinar em face de Titular de Delegação de Serviço Notarial ou de Registro

- é do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.
- é da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.
- é da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
- é das Comissões Permanentes eleitas pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO TRIBUTÁRIO

A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.

A alíquota de qualquer tributo somente poderá ser alterada por força de lei.

As taxas estão submetidas apenas à anterioridade de exercício, mas não se vinculam à anterioridade nonagesimal.

As contribuições sociais poderão ser exigidas após 90 (noventa) dias da lei que as instituiu ou modificou, sendo inaplicável a anterioridade de exercício.

Assinale a alternativa correta.

Os serviços notariais e de registros são exercidos em caráter privado, sendo, portanto, vedada a instituição de isenções tributárias em relação aos emolumentos.

O princípio da anterioridade não deve ser observado em relação aos emolumentos.

São sujeitos passíveis por substituição, no que se refere aos emolumentos, os notários e registradores.

Em relação aos emolumentos, a competência tributária poderá ser delegada ao Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.

Assinale a alternativa correta.

Os emolumentos possuem natureza jurídica de taxa.

As pessoas jurídicas não podem ser consideradas contribuintes dos emolumentos.

Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos.

A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

De acordo com o Código Tributário Nacional,

o emprego de equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

não se interpreta de maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações.

o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo ainda não previsto em lei.

Sobre o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doação – ITCMD – assinale a opção correta.

Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a instituição do imposto será regulada por decreto legislativo estadual.

Terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.

No que diz respeito a bens móveis, títulos e créditos, o imposto compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

Constitui tributo não vinculado a qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte:

- contribuição de melhoria.
- tarifa.
- taxa.
- imposto.

No que se refere ao casamento celebrado mediante procuração, assinale a alternativa correta.

O estrangeiro não pode se casar no Brasil mediante procuração, se sua lei nacional apresentar disposição legal em sentido contrário.

No casamento nupcial, nenhum dos nubentes pode se fazer representar por mandatário.

Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.

A outorga da procuração deve se dar por instrumento público, com poderes especiais, e eventual revogação do mandato precisa chegar ao conhecimento do mandatário para produzir efeitos.

Tibério, viúvo, tem sessenta anos de idade, sofre de problemas cardíacos e dispõe de uma única fonte de renda, consistente nos proventos de sua aposentadoria, no valor de um salário-mínimo. Possui quatro filhos, Floriano, Júlio, Caio e Adriano, todos maiores e capazes e pretende ajuizar uma ação de alimentos, visando ao arbitramento de uma pensão alimentícia no valor correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que o alimentando

pode ajuizar a demanda em face de apenas um dos filhos, pleiteando o pagamento integral daquele valor, pois a obrigação alimentar é solidária.

deve ajuizar a demanda contra os quatro filhos, respondendo cada um deles por um quarto do montante pleiteado.

pode ajuizar a ação contra um dos filhos, mas para postular o pagamento de um quarto daquele valor, pois a obrigação é divisível.

pode ajuizar a ação em face de qualquer um dos filhos, mas este poderá pleitear a denunciação da lide aos outros filhos, pois a obrigação é divisível.

Tito e Flávia, em 7 de março de 2017, firmaram pacto antenupcial, mediante escritura pública, adotando o regime da separação de bens. Em 7 de outubro do mesmo ano, convolveram núpcias, mas não levaram a registro a convenção antenupcial. Nesse caso, é correto afirmar que

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, pois o registro é indispensável para que produza efeitos.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges e seus herdeiros, porém não produzirá efeitos perante terceiros.

o pacto antenupcial é ineficaz entre os cônjuges e perante terceiros, porque o casamento foi celebrado após o prazo de noventa dias da lavratura da escritura pública.

o pacto antenupcial produz efeitos entre os cônjuges, seus herdeiros, bem como perante terceiros, retroagindo seus efeitos à data da celebração da convenção.

Configura-se a adição quando

há a extensão do legado às benfeitorias que venham a ser feitas no imóvel legado, após o testamento.

aberta a sucessão, designa-se o herdeiro sucessível para quem se transferirão os direitos e obrigações de titularidade do falecido.

os quinhões dos herdeiros testamentários ou legatários são acrescidos com o quinhão do coerdeiro testamentário ou do colegatário excluído da sucessão.

o testador, de modo expresso ou tácito, no mesmo testamento ou em outro posterior, revoga o legado.

Ocorre o rompimento do testamento

com a pré-morte do herdeiro sucessível ou a inexistência de bens a serem herdados.

por violação do lacre do testamento cerrado, após a conclusão do auto de aprovação, acarretando sua revogação.

por ato voluntário do testador, revogando expressamente o testamento anterior.

com a superveniência de descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, se aquele descendente sobreviver ao autor do testamento.

Configura-se a erepção quando

aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança é admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

inexistindo testamento e não havendo herdeiros sucessíveis, ou tendo todos eles renunciado, a herança passa ao domínio do Município ou do Distrito Federal.

o testador, que não possui herdeiros necessários, dispõe de todo o seu patrimônio sem contemplar os herdeiros facultativos.

o sucessor indigno é obrigado a restituir os bens ereptícios que recolheu no momento da abertura da sucessão.

Cícero faleceu, *ab intestato*, sem deixar cônjuge ou companheira supérstite, descendentes e nem genitores vivos. Deixou, todavia, um avô paterno e um bisavô – pai de sua avó paterna premorta – bem como dois avós maternos. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta relativa à divisão da herança.

A divisão se fará por linha, metade da herança será destinada ao avô paterno e a outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) a cada um destes.

A divisão se fará por stirpe, recebendo o avô paterno metade da herança, por representação do pai premorto do autor da herança, afastando da sucessão o ascendente de grau mais remoto. A outra metade será destinada aos avós maternos, por representação da mãe premorta do *de cujus*, cabendo a cada um destes 1/4 (um quarto) do acervo hereditário.

A divisão se fará por cabeça, cabendo a cada um dos três avós vivos 1/3 (um terço) do acervo hereditário.

A divisão se fará por linhas, metade da herança será destinada à linha paterna, cabendo 1/4 (um quarto) para o avô paterno e 1/4 para o bisavô, que herdará por direito de representação. A outra metade será destinada aos avós maternos, cabendo 1/4 (um quarto) da herança para cada um destes.

No que concerne ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

Tanto os negócios jurídicos unilaterais como os bilaterais são suscetíveis de celebração com reserva mental.

A integração do negócio jurídico visa apurar o sentido da declaração de vontade manifestada pelas partes.

O estado de perigo acarreta a nulidade do negócio jurídico, uma vez comprovada a onerosidade excessiva da obrigação e o conhecimento do perigo pela outra parte.

Os institutos da lesão e da onerosidade excessiva coadunam-se com o princípio da função social do contrato.

Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

há perda da propriedade.

a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, é correto afirmar:

a confusão só pode verificar-se a respeito de toda a dívida.

a sub-rogação é convencional em favor do credor que paga a dívida do devedor comum.

efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

Com relação ao erro, dolo e coação, é correto afirmar que

o erro accidental, ou sanável, é o que diz respeito a qualidades essenciais ao objeto da declaração ou da pessoa a quem se refira a declaração de vontade.

se as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anulação do negócio jurídico.

a coação também se caracteriza pela ameaça de um mal impossível ou remoto.

na coação física (*vis absoluta*) o negócio jurídico é nulo ou inexistente em razão da ausência de manifestação de vontade.

Quanto ao negócio jurídico, é correto afirmar:

a reserva mental no negócio jurídico encerra a manifestação de vontade pelo declarante sem correspondência com sua vontade real, com o fim de enganar ou iludir o declaratório.

a boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico não têm relevância para sua interpretação.

negócio jurídico unilateral é o que cria obrigações para apenas uma das partes.

em nenhuma hipótese o silêncio pode ser considerado como manifestação de vontade.

“A” é devedor de “B” quanto à entrega de uma tonelada de laranjas. “B” é devedor de “A” quanto ao pagamento de R\$ 10.000,00 de dívida a vencer em trinta dias. Antes do vencimento da obrigação da qual “B” é devedor, “A” e “B” convencionam a extinção das obrigações por compensação. Nesse caso,

não será possível a compensação pelo fato de uma das dívidas não estar vencida.

haverá extinção das obrigações por imputação em pagamento.

haverá a extinção das obrigações por compensação convencional.

é incabível a compensação em razão das prestações não serem da mesma natureza, donde não são fungíveis entre si.

Com relação à cláusula penal e arras, é correto afirmar:

as arras, para sua eficácia, dependem da efetiva entrega do bem a outra parte.

a cláusula penal, por expressa estipulação das partes, pode superar o valor da obrigação principal.

as arras têm natureza acessória, ao passo que a cláusula penal tem caráter de obrigação principal.

as arras confirmatórias estabelecem entre as partes o direito de arrependimento.

“A” realizou a doação pura de um veículo em favor de “B”. Uma semana após a tradição do bem, ele passou a apresentar problemas relevantes no motor, decorrentes de vício oculto existente antes da celebração do contrato. Nesse caso,

não cabe ação de rescisão do contrato por vício redibitório.

“B” poderá requerer a rescisão do contrato por meio da ação redibitória ou o valor equivalente ao conserto do motor do veículo pela ação estimatória, a sua escolha.

“B” poderá pedir a rescisão do contrato por meio da ação redibitória.

“B” poderá requerer perante “A” o valor equivalente ao pagamento do conserto do motor do veículo, por meio da ação estimatória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado

se em grau de recurso, deverá devolver os autos ao 1º grau de jurisdição para a correção do vício.

suspenderá o processo e nomeará curador especial à parte processualmente incapaz.

julgará o processo extinto, sem resolução do mérito.

suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

A gratuidade da Justiça compreende

os honorários de seu assistente técnico.

o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução.

os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial, ainda que não decorrentes do processo judicial no qual o benefício foi concedido.

os honorários advocatícios contratados com seu advogado.

A respeito da penhora de imóvel, leia as afirmações a seguir:
será realizada por termo nos autos, quando o imóvel estiver localizado na comarca do processo e o exequente apresentar certidão da respectiva matrícula.

recaindo a penhora sobre bem imóvel indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

a inscrição da penhora no cartório de registro imobiliário competente constitui presunção relativa de conhecimento por terceiros.

da penhora deverá ser o cônjuge do executado intimado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

I e IV.

I e III.

II e III.

II e IV.

O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, dentre elas

as causas cujo valor não exceda quarenta salários-mínimos e as ações de despejo por denúncia vazia, qualquer que seja o seu valor.

as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens imóveis, estas desde que seu valor não exceda quarenta salários-mínimos.

as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens móveis, desde que não excedam oitenta salários-mínimos.

as causas cujo valor não exceda oitenta salários-mínimos e a execução dos seus julgados.

DIREITO PENAL

Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz **não** poderá determinar

a suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.

a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.

a anulação dos atos e contratos relativos à venda, compra e locação do patrimônio em comum.

a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Especificamente em relação aos crimes contra o patrimônio, a isenção de pena e a ação penal condicionada à representação, contempladas, respectivamente, nos artigos 181 e 182, ambos do Código Penal, aplicam-se:

se o agente comete o crime em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal e/ou se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

quando haja emprego de grave ameaça à pessoa.

ao estranho que participa do crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Em matéria de competência em Direito Processual Penal, é lícito afirmar que quando o último ato da execução for praticado fora do território nacional, será competente o foro do domicílio ou residência do réu.

não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.

quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

nos casos de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do querelado, ainda que conhecido o local da infração.

DIREITO COMERCIAL

Sobre o cheque, é correto afirmar que

a morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão invalida os efeitos do cheque.

as obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.

a assinatura do emitente do cheque deve ser de próprio punho, sendo vedada a utilização de chancela mecânica ou processo equivalente.

o cheque é transmissível por via de endosso, total ou parcial.

Para o Código Civil, o empresário é

o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

o sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.

equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

A inabilitação para o exercício da atividade empresarial decorrente da condenação por crime previsto na Lei nº 11.101/2005:

- é efeito automático da sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.
- é efeito automático da sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.
- deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade.
- deve ser motivadamente declarada na sentença e perdurará por 2 (dois) anos após a extinção da punibilidade.

Segundo o Código Civil, é correto afirmar que

é necessário examinar o contrato social para verificar se o empresário individual casado necessita de anuência do cônjuge para alienar bens integrantes do ativo imobilizado.

o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens móveis empregados na atividade empresarial se o regime for de comunhão.

o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial, caso o capital não esteja integralizado.

o empresário individual casado pode alienar bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.

Entende-se por propriedade industrial

clientela, patentes de invenção e desenho industrial.

repressão à concorrência, registro de invenção e de marca notória.

concessão de modelo de utilidade, direitos autorais do empresário e clientela.

patentes de invenção, registro de marca e de desenho industrial.

O administrador de sociedade empresarial

não pode ser designado fora do contrato social por documento à parte.

pode ser pessoa física maior e capaz, sócio ou não.

pode ser incapaz, desde que representado por seu responsável e seja titular de quota integralizada.

pode ser pessoa física maior e capaz, desde que seja sócio com mais de dez por cento do capital.

CONHECIMENTOS GERAIS

A respeito de Thomas Mann, é correto afirmar:

renomado escritor, conhecido por suas reflexões filosóficas, recebeu grande influência do dinamarquês Soren Kierkegaard e foi autor da célebre obra *O Estrangeiro*.

grande dramaturgo, autor da famosa peça *Guilherme Tell*, que versa sobre a luta vitoriosa dos suíços na Idade Média contra a tirania e pela liberdade.

famoso poeta, filósofo e escritor que, ao lado de Schiller, Wieland e Herder, fez parte do denominado "Classicismo de Weimar".

célebre romancista, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1929 e, dentre suas inúmeras obras, pode-se destacar *A Morte em Veneza*.

Versão 4 (GABARITO)

1 - A	2 - C	3 - B	4 - D	5 - B	6 - C	7 - A	8 - D	9 - A	10 - D
11 - B	12 - C	13 - D	14 - C	15 - A	16 - A	17 - B	18 - B	19 - C	20 - D
21 - A	22 - C	23 - A	24 - D	25 - B	26 - A	27 - C	28 - D	29 - A	30 - C
31 - B	32 - D	33 - D	34 - A	35 - B	36 - D	37 - C	38 - B	39 - C	40 - A
41 - C	42 - B	43 - D	44 - D	45 - B	46 - C	47 - D	48 - A	49 - D	50 - C
51 - D	52 - B	53 - A	54 - C	55 - D	56 - D	57 - B	58 - A	59 - C	60 - C
61 - B	62 - D	63 - A	64 - C	65 - A	66 - D	67 - C	68 - A	69 - B	70 - D
71 - D	72 - C	73 - A	74 - B	75 - D	76 - D	77 - C	78 - A	79 - A	80 - B
81 - D	82 - D	83 - A	84 - C	85 - A	86 - A	87 - D	88 - B	89 - D	90 - B
91 - C	92 - A	93 - D	94 - B	95 - A	96 - C	97 - D	98 - D	99 - B	100 - D

Os recursos ou impugnações contra o gabarito da Prova de Seleção, bem como contra o conteúdo das questões deverão ser apresentados à Comissão de Concurso no prazo de **02 (dois) dias** a partir desta publicação, **exclusivamente** através da Fundação Vunesp, somente no endereço eletrônico www.vunesp.com.br, sob pena de não serem conhecidos. É imprescindível que o candidato se identifique (nome completo + RG + CPF) e indique do que está recorrendo (prova de provimento ou remoção, de qual versão e qual o nº da questão impugnada), conforme disposto nos subitens 10.2, 10.7 e 10.7.1 do Edital nº 01/2017.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.
São Paulo, 06 de março de 2018.

(a) MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO - DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 11º CONCURSO